



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR
Mestrado Profissional

JOSÉ ROBERTO SILVA DE SOUZA

**O MST E A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA EM FEIRA DE SANTANA: uma
alternativa para o Acampamento Estrela Vive que passa por uma outra
economia**

Feira de Santana
2021

JOSÉ ROBERTO SILVA DE SOUZA

**O MST E A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA EM FEIRA DE SANTANA: uma
alternativa para o Acampamento Estrela Vive que passa por uma outra
economia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima

Feira de Santana

2021

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Souza, José Roberto Silva de
S715m O MST e a luta por Reforma Agrária em Feira de Santana: uma alternativa para o Acampamento Estrela Vive que passa por outra economia / José Roberto Silva de Souza. - 2021.
115f.: il.

Orientador: José Raimundo Oliveira Lima.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR, 2021.

1. Reforma agrária. 2. Relações socioprodutivas. 3. Movimento social. I. Lima, José Raimundo Oliveira, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

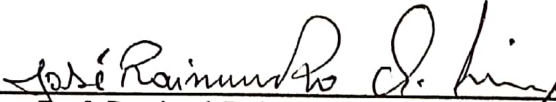
CDU: 333.013.6

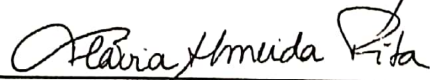
JOSÉ ROBERTO SILVA DE SOUZA

**O MST E A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA EM FEIRA DE SANTANA: uma
alternativa para o Acampamento Estrela Vive que passa por uma outra
economia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial - PLANTERR (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Raimundo de Oliveira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana


Prof. Dr^a. Flávia Almeida Pita
Universidade Estadual de Feira de Santana


Prof. Dr. Emmanuel Oguri Freitas
Universidade Estadual de Feira de Santana

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é um fruto individual, ele foi tecido com a contribuição de diversas pessoas às quais ofereço toda minha gratidão por terem participado deste processo tão importante para minha vida. Desenvolver esta pesquisa não seria possível sem o esforço coletivo que aqui foi atribuído.

Poder frequentar a universidade pública é um privilégio que poucos trabalhadores podem ter, ser um filho de camponês transforma isso em uma tarefa ainda mais difícil, pois este espaço em muito foge da realidade vivida pelo homem do campo, dificultando o processo de formação que enfrentamos.

Não fosse a solidariedade encontrada pelo caminho, com certeza não teria chegado até aqui. Agradeço especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST por ter permitido o desenvolvimento desta pesquisa no acampamento em Feira de Santana. Penso que é um espaço rico em fenômenos sociais que precisam ser pesquisados, transformados em projetos de pesquisas a serem desenvolvidos nas universidades.

Agradeço à coordenação do acampamento Estrela Vive, da qual também faço parte, por não ter colocado qualquer barreira a esta pesquisa, por terem contribuído na articulação dos participantes da pesquisa, pelo apoio moral, militante e amigável que sempre tiveram comigo.

Agradeço a todas e todos os companheiros e companheiras que me receberam em suas casas com o objetivo de desenvolver a pesquisa, participando ativamente dela, pelos relatos e paciência em me ouvir e responder às entrevistas aplicadas durante o processo. Com certeza, sem vocês, este trabalho não teria se realizado.

Meus agradecimentos também vão para Universidade Estadual de Feira de Santana, aos quadros administrativos que sempre foram muito gentis sempre que apareceu algum problema burocrático referente às matrículas semestrais e demais demandas administrativas que nesse tempo ocorreram.

À Coordenação do curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial – PLAN TERR onde tive um aprendizado enorme: aprender como funciona a estrutura administrativa de um curso de mestrado é fantástico. Levarei lições maravilhosas desse espaço para o resto de minha vida.

Agradeço à Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS por sempre me acolher. Sem esse espaço muito provavelmente não estaria aqui apresentando esta dissertação. A Incubadora em grande medida me ajudou a superar as dificuldades enfrentadas no longo processo de formação acadêmica desde que me propus a encarar os estudos em 2012.

Agradeço ao meu precioso professor e orientador José Raimundo de Oliveira Lima, por quem tenho uma incondicional admiração. Obrigado pela paciência, por ter sido um educador de verdade durante todo esse tempo. O aprendizado com você foi constante, em cada texto, em cada frase, em cada reunião, em cada estudo, estava lá para socializar o conhecimento. Não há gratidão que pague tanta dedicação ao seu trabalho docente: és um profissional dedicado, seu método nos desafia a estudar, a pesquisar e, principalmente, estudar e pesquisar para transformar nossa realidade. Com certeza, tu és a minha maior fonte de Inspiração como professor e pesquisador, sua conduta neste espaço é um exemplo para todos nós acadêmicos, a qual quero reproduzir também como profissional que pretendo ser agora e no futuro.

Agradeço aos meus irmãos, José Leonardo, Elionor Júnior, Gesse e Débora que sempre admiraram minha persistência em estudar. Sonho com o dia em que verei mais de vocês adentrando este lugar, nunca é tarde pra tentar, iniciaria tudo de novo se fosse preciso.

Agradeço e dedico todo este trabalho e minha vida também aos meus pais: obrigado pelo apoio constante, pelo afeto e pelo amor a todo tempo demonstrado. Agradeço por serem fontes de inspiração, sempre fiz tudo com o objetivo também de deixá-los felizes, satisfeitos com o filho estudante. Portanto, tudo que tenho realizado na minha vida acadêmica é dedicado especialmente a vocês.

Aos dois grandes amores de minha vida, João Pedro e Hildete, não existem palavras capazes de expressar minha gratidão, minha satisfação em ter vocês dois por perto. São meu abrigo nas horas difíceis, minha razão pra continuar firme nessa luta árdua. Sem vocês dois, este caminho não seria minimamente suportável.

Agradeço aos colegas de turma pela relação sempre amistosa, pela relação respeitosa que desenvolvemos, por compartilharem um pouco de suas vidas e experiências no decorrer desse tempo. Foi um prazer intenso ter passado mais essa fase da vida em sala de aula com vocês.

Agradeço aos professores e professoras pelo aprendizado, por oferecerem todo o conhecimento ministrado na sala de aula e fora dela: foram momentos de muito entusiasmo e satisfação no ato de aprender. Agradeço em especial à professora Nacelice Barbosa com toda sua militância como educadora; um exemplo a ser seguido na docência e como ativista.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB pelo investimento nesta pesquisa, sem o qual não haveria condições econômicas nem estruturais para desenvolvimento do trabalho. O investimento em pesquisa é importante para o desenvolvimento do Estado, do país e do povo. Queremos uma FAPESB com mais recursos para pesquisa, que contemple todas as pós-graduações de nossas universidades públicas do Estado. FAPESB é esperança de que a ciência em nosso país não morrerá.

RESUMO

A Reforma Agrária faz parte de uma pauta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras do campo no Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é fruto dessa luta permanente pela terra. Este trabalho busca retratar a realidade das famílias do acampamento *Estrela Vive*, no município de Feira de Santana, na Bahia. Para tanto, metodologicamente utilizei a Pesquisa Social, Sociologia Clínica e Pesquisa Militante para realização deste trabalho, aplicando instrumentos metodológicos como pesquisa documental, entrevista semiestruturada, análise de documentos jurídicos e decretos, e ainda marcos jurídicos da reforma agrária além de literaturas que dialogam com o objeto de pesquisa aqui apontado. Identifiquei tipologias socioprodutivas, discuti os marcos jurídicos da Reforma Agrária e caracterizei a organização do acampamento. Como resultados, observei que o imóvel ocupado deveria estar cumprindo o dispositivo constitucional da função social da terra e que a criação de assentamento sobre a área contribui com essa perspectiva. As famílias produzem alimentos sem utilização de agrotóxicos ou de qualquer produto químico, demonstrando dessa forma cuidado com o meio ambiente e com a saúde humana. A organização e seu modo de representação são princípios da territorialização dos Sem-Terra. A luta por Reforma Agrária é uma luta territorial em suas diversas dimensões, pois estão presentes no espaço conflitos e relações de natureza econômica, social, política, ambiental, cultural, etc. Concluo, portanto, que as terras públicas devem ser destinadas à Reforma Agrária e, neste caso específico, o Estado da Bahia reúne condições de efetuar essa ação por meio de legislação já existente no âmbito estadual e/ou por meio de políticas próprias da administração pública garantidas pela Constituição do Estado da Bahia.

Palavras Chave: Reforma Agrária; Relações Socioprodutivas; Movimento Social.

ABSTRACT

The Land Reform is part of a historical agenda of the rural workers in Brazil. The Landless Rural Workers Movement (MST) is the result of this permanent struggle for land. This work seeks to portray the reality of the Estrela Vive camp families, in the municipality of Feira de Santana, Bahia. For this, methodologically, we used Social Research, Clinical Sociology and Militant Research to conduct this work, applying methodological tools such as documentary research, semi-structured interviews, analysis of legal documents and decrees, and also of the legal framework of land reform, in addition to literature that dialogues with the object of the research. We identified socio-productive typologies, discussed the legal framework of land reform, and characterized the organization of the camp. As a result, we observed that the occupied property should be complying the constitutional provision of the social function of the land and that the creation of a settlement on the area contributes to this perspective. The families produce food without using pesticides or any chemical products, thus demonstrating care for the environment and for human health. The organization and its mode of representation are principles of territorialization of the Landless. The struggle for land reform is a territorial struggle in its various dimensions, because there are in that space conflicts and economic, social, political, environmental, cultural etc. relations. We conclude, therefore, that public lands should be destined for land reform and, in this specific case, the State of Bahia is in a position to carry out this action by means of legislation that already exists at the state level and/or by means of public administration policies guaranteed by the Constitution of the State of Bahia.

Key-words: Land Reform; Socio-productive relationships; Social Movement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Variedade de alimentos orgânicos produzidos no acampamento Estrela Vive	51
Figura 2 – Bandeira do MST	54
Figura 3 – Criação de Animais no acampamento Estrela Vive.....	66
Figura 4 – Feira Nacional da Reforma Agrária realizada pelo MST em São Paulo, em 2018.	70
Figura 5 – Mapa do município de Feira de Santana: expansão urbana	92
Figura 6 – Localização da área de estudo	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Roteiro de entrevista: tipologias socioprodutivas	35
Quadro 2 Roteiro de entrevista: marcos jurídicos	36
Quadro 3 Roteiro de entrevista: organização do acampamento	37
Quadro 4 Modelo de ficha documental.....	38
Quadro 5 Modelo de organização do acampamento <i>Estrela Vive</i>	61
Quadro 6 Perfil de funcionamento da Associação Rural Comunitária <i>Estrela Vive</i> ...	62
Quadro 7 Finalidades da Associação Rural Comunitária <i>Estrela Vive</i>	63
Quadro 8 Direitos dos associados da Associação Rural Comunitária <i>Estrela Vive</i> ...	64
Quadro 9 Órgãos Administrativos da Associação Rural Comunitária <i>Estrela Vive</i> ...	64
Quadro 10 Modelo de produção adotado no acampamento <i>Estrela Vive</i>	68
Quadro 11 Modalidades de comercialização da produção do <i>Estrela Vive</i>	71
Quadro 12 Funções desempenhadas coletivamente no <i>Estrela Vive</i>	78

LISTA DE SIGLAS

ARCEV	Associação Rural Comunitária Estrela Vive
CEP	Comitê de Ética na Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
EPS	Economia Popular e Solidária
ES	Economia Solidária
IEPS	Iniciativa de Economia Popular e Solidária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
PLANTERR	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
SAEB	Secretaria da Administração do Estado da Bahia
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAMINHOS TRILHADOS NA PESQUISA: ASPECTOS DE ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA	17
2.1 RELAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA COM A VIDA DO AUTOR	17
2.2 MINHA VINDA PARA O MST.....	23
2.3 CHEGANDO NO UNIVERSO ACADÊMICO.....	26
2.4 PESQUISA-AÇÃO	30
2.5 PESQUISA MILITANTE.....	32
2.6 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	33
2.7 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	34
2.8 ESTUDOS DOCUMENTAIS DA PESQUISA	37
2.9 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	39
2.10 RISCOS E BENEFÍCIOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA	39
2.11 SIGILO DA PESQUISA	40
2.12 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE).....	40
3 REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA TERRITORIAL DO MST	43
3.1 A TERRITORIALIDADE DOS SEM-TERRA.....	43
3.2 OCUPAÇÃO, FRUTO DO TRABALHO DE BASE	46
3.3 COMO PERCEBEM O CENÁRIO JURÍDICO QUE ESTÃO ENVOLVIDOS	48
3.4 ACAMPAMENTO TERRITÓRIO DE PRODUÇÃO ALIMENTAR	49
3.5 TERRITÓRIO COM REPRESENTAÇÃO JURÍDICA	52
3.6 TRABALHO COLETIVO CONSTRUINDO O TERRITÓRIO.....	52
4 REFORMA AGRÁRIA, ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: UMA RELAÇÃO DIALÓGICA NO ACAMPAMENTO ESTRELA VIVE	56
4.1 A ORGANICIDADE DO MOVIMENTO.....	58
4.2 PERSONALIDADE JURÍDICA COMO PROPULSORA DE TECNOLOGIA SOCIAL.....	61
4.3 MEIOS DE SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS	65
4.4 ÁGUA UM DIREITO NEGADO.....	72
4.5 MUTIRÕES	78

4.6 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, AS TECNOLOGIAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO.....	79
4.7 UMA RELAÇÃO NÃO ORGANIZADA.....	83
5 A CONJUNTURA POLÍTICO-JURÍDICA QUE ENVOLVE O MST EM FEIRA DE SANTANA.....	88
5.1 EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: UMA EMPRESA ESTATAL EXTINTA	89
5.2 LOCALIZANDO O IMÓVEL.....	90
5.3 TERRA COMO PATRIMÔNIO PERTENCENTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	93
5.4 LEGISLAÇÃO BAIANA E FEDERAL SOBRE TERRAS – UMA SÍNTESE.....	97
5.5 CONCEITUANDO A REFORMA AGRÁRIA	99
5.6 SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	101
5.7 REFORMA AGRÁRIA POPULAR: PROPOSTA DO MST.....	104
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	110

1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) dá continuidade às lutas do campesinato brasileiro, uma vez que reivindica a reforma agrária como uma política pública estatal, na esperança de que assim seja feita justiça aos que foram historicamente excluídos de acessarem a terra para trabalhar e viver.

Como participante do MST desde 1999, conheci esse movimento em Mato Grosso, onde vivia, sendo filho de assentados pela reforma agrária. No ano de 2013, me mudei para a Bahia, onde me estabeleci e permaneço vinculado às lutas do MST neste Estado, especificamente acompanhando as demandas do acampamento cujo nome é *Estrela Vive*, formado no ano de 2009 no município de Feira de Santana.

O MST surge em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, procurando sensibilizar e mobilizar a população em torno da concretização da reforma agrária. Ao longo dos anos, o movimento foi se organizando em outros estados da federação, tendo chegado no município de Alcobaça, no sul da Bahia, em 1987.

Caldart (2001, p. 207) diz que “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, também conhecido como Movimento dos Sem-Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil”, no sentido de que o movimento buscou, na história dos mais diversos movimentos de luta por terra ou pela reforma agrária, elementos que dessem continuidade ao processo histórico de lutas populares no Brasil.

Posso afirmar que, atualmente, a reforma agrária continua na pauta dos movimentos sociais campestres do Brasil pois, apesar de a Constituição Federal contemplar, em seu artigo 184, diretrizes para realização desse processo, o Estado brasileiro pouco agiu no sentido de distribuir a terra.

No *Dicionário da Educação do Campo* (2012, p. 659), João Pedro Stédile afirma que “Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”. Nesse sentido, a distribuição de terras é uma política pública que deveria ser desenvolvida com mais determinação do Estado, visando uma dinâmica econômica que favoreça o sustento típico ao modo de vida dessas famílias. Considero que esse modo de vida passa por outra forma socioprodutiva, outra economia (a popular e solidária), conforme Lima (2016).

Despossuídas, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, constituídas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, algumas famílias do município de Feira de Santana decidiram, em 2009, se organizar e ocuparam uma área de terra pública pertencente ao Estado da Bahia. Lá montaram o único acampamento atualmente existente em Feira de Santana e onde permanecem até hoje (2020) acampadas sem serem assentadas. O acampamento tem o nome de *Estrela Vive* e se situa numa fazenda conhecida como *Cruzeiro do Mocó*.

A já liquidada Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), antes localizada no espaço onde hoje está o acampamento, era uma empresa pública de direito privado sob forma de sociedade anônima, e havia sido constituída com base na Lei Delegada n.º 16, de 16 de abril de 1981. Era a EBDA que administrava a *Estação Experimental Fazenda Cruzeiro do Mocó*, no município de Feira de Santana.

A empresa não exercia e não exerce atualmente nenhuma forma de exploração econômica. Dedicava-se exclusivamente à prestação de serviços de assistência técnica, pesquisa e extensão agrícola, atuando sozinha ou em conjunto com outros órgãos estaduais, federais e municipais visando a implantação de projetos sociais de desenvolvimento agrário no Estado da Bahia.

Dentro do acampamento, foi desenvolvida uma forma de organização na qual as famílias participam de grupos, e cada sujeito desses grupos tem o compromisso de participar de equipes que, coletivamente, tratam de assuntos relacionados à saúde, à produção, à educação, infraestrutura do acampamento, finanças, associação, dentre outras necessidades que possam aparecer.

As famílias acampadas, cansadas de esperar pela constituição do assentamento por parte do governo estadual, resolveram por conta própria organizar a divisão da fazenda – que contém 1.300 tarefas de terra – a partir de um acordo coletivo. A fazenda foi dividida em dois grandes espaços, um deles onde se produz milho, feijão e abóboras e no outro, coletivamente, as famílias criam animais como gado e ovelhas. Podemos chamar esses espaços de “unidade de produção” ou “local de onde se retira toda a subsistência para que a família possa reproduzir sua vida” (SOUZA, 2018, p.64). Nesses espaços, as famílias movimentam uma economia de acordo com suas necessidades. Esse modo de pensar a economia, de forma associada, cooperada dentro de uma compressão solidária do que o trabalho

propicia enquanto princípio educativo, coaduna com a definição de Lima (2017) sobre economia popular e solidária:

[...] trata-se de uma expressão que demarca uma passagem de transição organizativa, por vezes vinda de economia popular, bem como pela representatividade epistemológica forjada na América Latina [...].

Atua, de maneira geral, desconstruída, sob o protagonismo popular que se manifesta em trabalhos familiares e coletivos, pela escolha por atividades autônomas ou por não se adequar ao modelo mercadológico vigente ou, ainda, por opção consciente em relação a outro modelo socioproductivo (LIMA, 2017, p. 69).

Os cidadãos ali acampados, para além de reproduzirem suas existências naquele local plantando e criando animais são protagonistas de toda uma forma de luta que busca, em discussão com diversos setores da sociedade, reafirmar o direito à terra e à Reforma Agrária. Nesse sentido, norteando nossa pesquisa, pergunto: como as famílias do Acampamento *Estrela Vive* lutam por Reforma Agrária e se organizam socioeconomicamente para conquistar direitos? Com intuito de responder a essa questão, estabeleci o objetivo geral, qual seja, discutir o processo pelo qual as famílias do MST do acampamento *Estrela Vive* lutam por Reforma Agrária e se organizam jurídico e socioeconomicamente para conquistar direitos. Para atingir essa meta, aponto os seguintes objetivos específicos:

- a) Diagnosticar tipologias socioproductivas adequadas às famílias;
- b) Discutir os marcos jurídicos da Reforma Agrária no processo de organização do futuro assentamento;
- c) Caracterizar como os acampados se organizam politicamente, de acordo com as normas internas do MST;
- d) Produção de instrumento referencial, um projeto Socioambiental de segurança alimentar, para orientar as famílias na produção de alimentos orgânicos.

Com efeito, esta dissertação, com escopo de atender os objetivos determinados, foi estruturada além da introdução e das considerações finais, dos seguintes capítulos temáticos:

2) Caminhos trilhados na pesquisa: aspectos de orientação metodológica. Afirmando, no decorrer desse capítulo, que minha relação como autor do trabalho com o objeto da investigação está intimamente vinculada ao meu histórico de vida e, fundamentado nas experiências da Sociologia Clínica, apresento outras metodologias que estão prática e intrinsecamente ligadas ao trabalho, como a Pesquisa Social e a Pesquisa Militante. Também apresento os instrumentos utilizados na pesquisa, tais como a entrevista estruturada e a pesquisa documental.

3) Reforma agrária: uma luta territorial dos Sem-Terra. Compreendo que a luta por reforma agrária é uma luta territorial, uma luta pela construção de um território ou luta por territorialização. Essa é grande discussão desse capítulo, onde analiso questões sobre os elementos da construção do território dos Sem-Terra pois acredito que fazem parte da luta cotidiana desses trabalhadores e trabalhadoras.

4) Reforma agrária, economia popular e solidária e desenvolvimento local solidário: uma relação dialógica no acampamento Estrela Vive. Indico, nesse capítulo, que a Reforma Agrária pode ser um instrumento que possibilita uma mudança social, pois quando uso como referência a luta pela terra organizada pelo MST, entendo que o movimento pretende promover um modelo de desenvolvimento que foge aos padrões de exploração capitalista, caminhando, por vezes, para a perspectiva de uma outra economia.

5) A conjuntura político-jurídica que envolve o MST em Feira de Santana. Abordaremos no decorrer deste capítulo, elementos da condição agrária deste imóvel ocupado pelo MST, uma vez que o mesmo é terra pública pertencente ao estado da Bahia, o que nos demandou estudos de direito agrário brasileiro, através dos quais buscamos respostas sobre como agir para possibilitar a realização do sonho de assentamento daquelas famílias.

2 CAMINHOS TRILHADOS NA PESQUISA: ASPECTOS DE ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

2.1 RELAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA COM A VIDA DO AUTOR

Este trabalho está fundamentado em uma metodologia de pesquisa escorada na experiência da Sociologia Clínica que, de acordo com Nunes e Silva (2018, p.189), pressupõe, do ponto de vista metodológico, a proximidade e implicação do sociólogo em relação ao objeto de pesquisa e às pessoas investigadas. Tendo em vista, que há uma crescente oferta de disciplinas acadêmicas que se interessam pela abordagem clínica da pesquisa, inclusive nas áreas interdisciplinares, me parece muito pertinente trazer para este trabalho essa perspectiva metodológica. Sendo assim, afirmo no decorrer deste trabalho que minha relação de pesquisador com o objeto da pesquisa está extremamente vinculada ao meu histórico de vida, como se poderá ver.

Sou neto de migrantes nordestinos que partiram de suas terras natais, Bahia e Ceará, num transporte conhecido como Pau de Arara com destino à Região Centro-Oeste do Brasil em busca de terra e trabalho. Isso ocorreu na década de 1950. Meus avós, ao chegarem na Região, conseguiram, por meio do trabalho duro na roça, adquirir alguns hectares de terra para produzirem e sustentarem suas famílias. Com o passar do tempo, uns, com a intenção de prosperar no garimpo localizado nas proximidades de onde meus avós viviam, e outros devido à necessidade de tratar o patriarca da família que adquirira um câncer, venderam suas terras, se tornando agricultores Sem-Terra.

Os meus avós paternos vieram da Bahia, do município de Macaúbas, localizado em uma grande região da Bahia conhecida por Chapada Diamantina. Deixaram as terras que possuíam para tentar a sorte em Mato Grosso, onde conseguiram adquirir uma propriedade de 100 hectares próximo ao distrito de Jarudore, município de Poxoréu. No entanto, meu avô Pedro descobriu que tinha leucemia em estado bastante avançado e, por não haver tratamento na região, em plena década de 1980, procurou tratamento em Goiás num hospital da rede privada. Para isso, foi necessária a venda da pequena propriedade que possuía. Meu avô acabou não resistindo ao tratamento e faleceu por conta da doença. Minha avó paterna havia se mudado para Poxoréu junto com o único filho, que é meu pai, e as

demais filhas. Viveu 81 anos e era uma mulher muito religiosa e, após o falecimento de meu avô, não quis mais se envolver com o trabalho na terra, e não retornou à Bahia para tomar posse novamente das terras que havia deixado.

Meus avós maternos são cearenses do município de Acopiara, lugar que pretendo conhecer um dia. As recordações que tenho da avó materna são do tempo da minha infância pois ela faleceu quando eu tinha 10 anos. Ela era funcionária pública do colégio Juracy Macêdo em Poxoréu, onde eu estudava. Ela trabalhava na direção da escola, lembro que era uma avó que nos amava muito, muito carinhosa. Quando ela veio do Ceará, foi morar em uma vila hoje conhecida como Paraíso do Leste, um outro distrito de Poxoréu. Também trabalhou muito na roça, mas conseguiu ir para capital, Cuiabá, e estudar, terminando o ensino médio. Anos depois, casou-se com meu avô e mudou-se para Poxoréu. Meu avô vendeu o pequeno pedaço de terra que possuía e foi tentar a sorte nos garimpos de Poxoréu e minha avó foi trabalhar na escola.

Meu avô materno foi lavrador por muitos anos até mudar-se para Poxoréu, onde iniciou a lida com o garimpo, pegou muitos diamantes, mas tinha sempre que dividir com o pessoal que trabalhava com ele. Sempre teve muita dificuldade em administrar os recursos advindos do garimpo, era bastante esbanjador, gastava muito dinheiro em bares e festas. Depois de se aposentar, ele foi acampar em um acampamento do MST que, por incrível que pareça, eu estava organizando. Foi uma surpresa muito grande, ele foi para cuidar de mim eu acho, provavelmente deveria ter medo de alguma possível ameaça. Ele dizia que iria lutar para ter uma terra que iria deixar para os filhos, que sonhava em deixar alguma coisa como herança sua. Não foi possível: faleceu sem conquistar a terra que tanto queria.

Estou de acordo com o que Diniz (2006, p.5) quando afirma em seu artigo:

A forma como decidi narrar e analisar todo o processo de pesquisa está marcada pelo método clínico, pois, esse procedimento exigiu-me entender a minha relação com o objeto de pesquisa proposto, a minha implicação neste processo, a construção/reconstrução do objeto, e os efeitos de deslocamento que o fato de tê-lo assumido como método teve sobre o meu trabalho de pesquisadora e de formadora.

Nasci na cidade Poxoréu, um município na região sul do Estado de Mato Grosso, para onde meus avós se mudaram após venderem suas pequenas

propriedades de terra. Meus pais, com muita dificuldade e esforço, conseguiram ainda jovens terminar a oitava série do ensino fundamental, desistindo dos estudos depois de alcançarem esta escolaridade.

Poxoréu é uma cidade onde a economia predominante é a pecuária conforme Censo Agropecuário de 2017 (IBGE). Tendo uma manada de boi de mais 260.000 cabeças, a economia na região sempre esteve ligada à criação desses animais: as grandes propriedades de terra que predominam na região são as autoras desses números.

Meu pai, o senhor Elionor Lino de Souza, às vezes trabalhava em uma madeireira como serrador, onde fabricava pranchas, tábuas e ripas de madeiras extraídas no próprio município de Poxoréu, onde o bioma que predomina é ameaçado de extinção: o Cerrado. Outras vezes, trabalhava no garimpo de diamante extraindo cascalho dos leitos dos rios ou de encostas de barrancos.

O garimpo sempre foi a alternativa das famílias pobres Sem-Terra da região. Não se tem notícias de que algum fazendeiro tenha explorado diamante como fonte de renda, no entanto, nas grandes propriedades onde existiam garimpos os garimpeiros deveriam pagar uma certa porcentagem dos ganhos adquiridos para o proprietário da terra.

Minha mãe desde sua juventude trabalha como enfermeira de um hospital do município. Não fez um curso superior para isso, na época isso não era exigido. Ela auxiliava os médicos nos mais diversos trabalhos na enfermaria. Nunca ganhou um salário digno. Com muita dificuldade e sacrifício, ela e meu pai sempre sustentaram a família de cinco filhos, sendo eu o mais velho deles.

Nós, os cinco irmãos, sendo quatro homens e uma mulher, desde muito cedo aprendemos a dureza do trabalho doméstico. Minha mãe trabalhava à noite, chegava pela manhã e nos deixava diariamente as tarefas que cada um deveria desenvolver durante o dia. Como meu pai trabalhava durante o dia, aparecia em casa ao meio-dia para almoçar e voltava para o trabalho na madeireira ou no garimpo.

Meus pais adquiriram um terreno em um dos bairros da cidade. O terreno media 15 metros de largura por 30 de comprimento. Lá construíram uma casa com paredes de barro e telhado de palha. A maioria das casas daquele local tinham essa característica. Mais tarde, meu pai foi construindo no mesmo lote uma casa de madeira com o material comprado na serraria onde ele trabalhava. No quintal havia

uma horta onde incansavelmente minha mãe, eu e meus irmãos trabalhávamos diariamente. Essa horta era cultivada para atender nossa demanda alimentar, não vendíamos; minha mãe entendia que só fato de ela atender nossa demanda já era uma grande ajuda, pois os proventos que ela e meu pai ganhavam não eram suficientes para comprar no mercado toda alimentação que precisávamos para o consumo familiar.

Lavar louças, limpar o chão da casa, lavar roupas, fazer café da manhã, almoço e jantar eram atividades cotidianas em nossas vidas, as vezes carpir e varrer o quintal. Cada um dos cinco irmãos participava da divisão de tarefas domésticas sempre que atingiam capacidade suficiente para fazer alguma coisa. Todos os cinco irmãos estudavam, meus pais sempre foram muito exigentes quanto isso, diziam que só iríamos parar de estudar quando fizéssemos 18 anos. Enquanto vivêssemos sobre o teto dado por eles, deveríamos estudar.

Com 12 anos de idade, fui pela primeira vez trabalhar fora de casa, na madeireira com meu pai, onde conheci seus colegas de trabalho, o patrão dele e, naquele momento, meu também. Era um grande proprietário de terra e pouco conversava com seus funcionários.

Minha função era retirar de cima do carrinho que carregava uma tora de madeira, as pranchas serradas por uma máquina enorme, que movimentava uma serra em formato de fita, transformando a madeira às vezes em pranchas e às vezes em tábuas. Eu ganhava a metade do que meu pai ganhava. Lembro-me de que os filhos dos colegas de meu pai, com minha idade, também trabalhavam na serraria. Criamos uma amizade que existe até hoje. Só a família do proprietário da serraria que era a mais distante da gente, uma relação inalcançável.

O trabalho na serraria era um trabalho temporário, às vezes tinha madeira para serrar outras não. Quando ocorria a descoberta de um novo garimpo meu pai saía da serraria, onde ganhava muito pouco, e ia para o garimpo. Em várias oportunidades acompanhei meu pai. Trabalhei em um garimpo chamado “Balaio de Gato”, foi um garimpo que deu muito diamante, mas não o suficiente para deixar alguém rico ou para mudar consideravelmente a vida econômica de alguma pessoa ou família.

Garimpar era um processo. Primeiro, se tira todo o solo que está sobre o cascalho: deve-se cavar sempre entre 4 a 6 metros de profundidade para atingir o cascalho. Depois de encontrado, iniciávamos a quebra com picaretas e alavancas,

retirando do meio as grandes pedras e deixando apenas o esmerilho, as pedras menores. Depois, transportávamos o cascalho para um lugar onde fosse possível um caminhão encostar para que jogássemos na caçamba no veículo. Esse carregamento ocorria sempre no sábado pela manhã, e era levado para um local chamado “lavador”, um local de acesso a água que, depois de o cascalho ter sido despejado do caminhão, era jogada para retirar o máximo de areia e barro possível, deixando assim as pedras que seriam colocadas no kit de peneiras, na esperança de poder encontrar, dessa forma, algum diamante.

Aos 15 anos de idade, em 1993, meus pais resolveram mudar de cidade. Fomos para Primavera do Leste, onde o agronegócio é considerado a grande fonte de desenvolvimento da região. No início, foram dias difíceis, mas com grande esforço conseguimos nos instalar e dar continuidade à nossa vida familiar.

Ao chegar naquela cidade, quase todos conseguimos trabalho. Só Débora, nossa irmã, e Gesse que não conseguiram trabalho, pois eram muito jovens, crianças. Meu pai, eu e meus irmãos José Leonardo e Júnior conseguimos emprego na construção civil como auxiliar de serviços gerais.

Fomos trabalhar nas construções das casas dos fazendeiros, na verdade, pareciam mais mansões ou castelos enormes. Essas casas eram, sem dúvida alguma, construídas com dinheiro público emprestados nos bancos para plantação de soja e eram utilizados no mercado imobiliário pois era mais lucrativo.

O trabalho na construção é muito duro, fazer massa para assento de tijolos e reboco de paredes, fazer a mistura de concreto para construção dos pisos, lajes, sapatas e colunas e pilares das fundações é um trabalho realmente árduo, pesado, exigindo um esforço muscular enorme.

Apesar de trabalhar bastante tempo nas construções, não consegui virar pedreiro, as empresas que nos contratavam não nos davam a oportunidade de evoluir com a mão de obra e permanecíamos o tempo todo como auxiliares de serviços gerais.

Algumas vezes, nos períodos de férias da escola, fui trabalhar em fazendas como auxiliar de serviços gerais e passava as férias todas na fazenda construindo silos e prédios nas sedes das fazendas, sem vir na cidade, e ganhando um pouco mais por isso que nas construções da cidade.

Em 1998 terminei meu ensino médio e, a partir de então, relaxei com os estudos. A grande verdade é que abandonei completamente. Hoje penso que foi um

erro, mas foi também um meio de aliviar um pouco tanto sofrimento, todos os dias estava às 07h no trabalho fazendo concreto, saía às 17h30 morto de cansado, como se tivesse passado o dia inteiro sendo torturado e, no período da noite, ainda tinha que ir para sala de aula naquelas condições.

Não estou aqui justificando meu erro, mas para um jovem que aos 20 anos já tinha inclusive mais escolaridade que os pais, já era um grande avanço em meu entender na época. No entanto, reconheço hoje o grande equívoco que isso representou.

O agronegócio, tão consagrado naquela região, não oportunizou um desenvolvimento digno nem para mim nem para qualquer integrante de minha família. Não conseguimos uma casa própria, morávamos em uma casa que construímos com nosso esforço, mas o terreno foi doado por uma tia, irmã de meu pai.

Trabalhamos feito máquinas, sem parar, com muito esforço e continuamos pobres. Nossos ganhos davam muito mal para comer e nos vestirmos, muito esforço e muita miséria oferecida pelo agronegócio. Não há uma só vantagem oferecida por esse setor da economia: exploram, exploram e exploram.

Tive uma juventude marcada por situações muito ruins. Morar em uma cidade onde a maioria da população veio da região sul do país, eu com minha cabeça enorme, descendente de nordestinos, era motivo de muitas piadas. Os jovens que estudavam comigo eram majoritariamente sulistas, os da minha cidade natal, em sua maioria pararam de frequentar a escola.

Preguiçoso, cuiabano, nordestino, cabeçudo, cabeção, eram os nomes que frequentemente eram direcionados a mim dentro da sala de aula e no trabalho. Aqueles que estudavam comigo não queriam frequentar minha casa, não me convidavam para sair no final de semana e, por diversas vezes, ao caminhar pela cidade, vi eles saírem da calçada por onde eu estava andando, atravessarem a rua para assim não se encontrarem comigo. Esse é perfil da juventude formada pelos ideais do agronegócio. Sem empatia, acham que por dirigir um trator ou uma carreta são intocáveis, estão em púlpito imaginário da arrogância, seres manipulados por uma classe dominante agrária que até a cultura assaltou de seu povo.

Serviços que exigiam maior formação técnica para o trabalhador quase sempre eram oferecidos a sulistas, restando aos demais a mão de obra nas lavouras e na construção civil, áreas que não exigem tanta capacitação técnica.

Em 1999 minha mãe aceitou o convite de um de seus irmãos – nós, seus sobrinhos, sempre o chamávamos de tio Assis – para ir para um acampamento do MST onde ele estava acampado. Era no município de Pedra Preta, também no sul do Estado de Mato Grosso, distante 145 km de Primavera do Leste. Meu irmão José Leonardo foi junto com ela. Dois meses depois, já bastante contrariado com a situação em que vivíamos, decidi, como em um ato de revolta, sair de Primavera do Leste e ir para o acampamento do MST onde minha mãe se encontrava. Ali se iniciou uma nova etapa da minha vida que mudaria meu modo de ver o mundo, confirmando tudo o que eu pensava a respeito do agronegócio e me iniciando numa militância da qual tenho muito orgulho.

2.2 MINHA VINDA PARA O MST

Combinei com um amigo (inclusive, esse amigo não era sulista) para me levar em seu carro no acampamento em Pedra Preta. Lembro-me como se fosse hoje que cheguei em uma tarde na porteira do acampamento, desci do carro e olhei os barracos feitos de lona preta cobertos de palhas de palmeiras que havia em grande quantidade na região. Fui inquirido pela segurança se estava atrás de alguém. Logo respondi que sim, que procurava pela minha mãe Maria Auxiliadora, e aguardei até que fosse liberada a minha entrada e a do carro com meus pertences.

Encontrei minha mãe junto com minha tia Elenice, esposa do tio Assis. Minha mãe havia construído um pequeno barraco com lona e palha. Confesso que quando vi fiquei bastante assustado. Era uma paisagem bastante estranha, mas já havia passado por isso nos acampamentos dos garimpos em Poxoréu. Não chegava a ser algo repugnante, era um novo ambiente ao qual decidi me adaptar.

Depois de chegar, fui me inserindo na organicidade interna do acampamento. Fui colocado num núcleo de família, numa equipe dentro núcleo de Juventude. Já no dia seguinte haveria uma reunião desse grupo. Já na primeira reunião da equipe de juventude do acampamento fui escalado para participar de uma atividade do MST em Brasília, onde faria atividades de agitação e propaganda para recebimento de uma Marcha de companheiros e companheiras Sem-terra que estavam vindo em caminhada da cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Foi uma grande atividade de formação política, ideológica e com certeza foi o momento da minha vida em que decidi de uma vez por todas estar na militância e

seguir essa caminhada junto com aquele movimento social em cujas fileiras me inseri. Concordo com Nunes e Silva (2018, p.190) quando afirmam:

Um dos grandes diferenciais da sociologia clínica frente a outras abordagens sociológicas é levar realmente a sério a máxima: “não há ciência neutra”. Este é um chavão repetido por vários dos intelectuais das ciências sociais, mas cujas consequências realmente são pouco exploradas

E Tauketi (2000, p.78) assim aduz:

Não existe uma neutralidade na questão da produção do conhecimento; todo conhecimento é uma forma de ação, assim, todo conhecimento implica uma certa reação àquilo que esse conhecimento concerne. (...) O pesquisador está sempre intrincado nos seus objetos de pesquisa, de forma que não pode haver neutralidade do pesquisador.

Não há que se falar em neutralidade neste trabalho, aqui estou em defesa de um pensamento, mantenho uma postura que implica também, dentre outras coisas, a demonstração de uma postura política e ideológica, uma postura que busca transformar a vida real das pessoas.

A experiência em Brasília me marcou para o resto da vida: conhecer a capital de meu país, ter ante minhas vistas as principais estruturas de poder da nação foi, para um jovem pobre, nascido no interior, com a pouca instrução educacional que eu tinha na época, um feito grandioso, só podendo ser alcançado por meio da organização do movimento social do qual eu participava.

Tudo no MST é muito grandioso: os esforços, às vezes, são para reduzir a amplitude de nossas atividades para torna-las economicamente mais viáveis, mas há ações realmente grandiosas e eu tive a oportunidade de participar de cada uma delas: ocupações de latifúndios, marchas estaduais e nacionais, mobilizações nas capitais em frente ao INCRA e aos Palácios dos governadores, reuniões de negociações com governadores, secretários de Estado, Polícia militar, ações de solidariedade distribuindo alimentos produzidos nos assentamentos nas comunidades pobres das cidades.

Mais uma vez, tenho por referência o olhar da pesquisa clínica. De acordo com Nunes e Silva (2018, p.189):

Por um lado, a sociologia clínica se propões a intervir em determinada situação de modo a trazer melhorias significativas na

qualidade de vida dos atores implicados. Existe aí um compromisso político que busca a mudança e transformação. ... a abordagem da sociologia clínica vai buscar transformar a maneira com que os sujeitos se relacionam com as condições objetivas e/ou com o peso de suas histórias pessoais.

Neste trabalho as definições de Nunes e Silva (2018) para pesquisa clínica estão presentes. Há uma mescla de minha experiência com as experiências daqueles que estão envolvidos na pesquisa.

Na região onde morava, no sul do Mato Grosso, uma de minhas tarefas foi a de acompanhar a organização política dos assentamentos e acampamentos. Era uma atividade bastante dinâmica, pois havia na região 18 assentamentos do MST e dois acampamentos. Naquela época, tínhamos reuniões marcadas em todos eles. Discutíamos sobre créditos, projetos de produção agrícola, mobilizações, desapropriação de terras pelo governo federal dentre outras questões sempre muito importantes para as comunidades.

Meus pais foram finalmente assentados no município de São José do Povo em 2001. O nome do assentamento é Salete Strozak, em homenagem a uma companheira paranaense que era professora em nossos acampamentos naquele Estado e que faleceu num acidente de automóvel. O assentamento sempre foi um lugar pelo qual tenho muito sentimento de pertença, pois foi um dos primeiros frutos de minha jornada militante.

Em 2007, o MST em Mato Grosso me convocou para contribuir na coordenação do Centro de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – CECAP que fica dentro do assentamento Dorcelina Folador no município de Várzea Grande nas proximidades da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá. Convocação aceita, me mudei para o CECAP, onde tive a oportunidade fazer outros cursos de formação política e ter acesso a diversos livros e materiais de estudos como apostilas e artigos. Lá havia uma divisão de tarefas, havia uma escala por período e sempre estávamos trocando de posição nas tarefas: um período na cozinha, outro na horta, outro na marcenaria, outro na limpeza do espaço do centro, outro dirigindo o carro e o ônibus – sou habilitado – e assim por diante. Não houve tarefa da qual eu não tenha participado.

Takeuti (2000, p.76) em seu estudo sobre a abordagens socioclínicas em Gaulejac, ao citar Revault-D'Allone (1988) diz que não podemos fazer tábula rasa da “ [...] Questão do sujeito (da sua história pessoal, da sua experiência vivida, da sua

criação continua de si...) ou, mais exatamente, da questão da subjetividade, do seu lugar no campo social, de suas relações complexas com o funcionamento social. [...]”

Apesar de todo meu empenho na organização, de toda militância desenvolvida, e apesar de todo apoio que o MST sempre ofereceu para que estudasse, passei anos sem investir em minha escolarização. Só mais tarde realmente me dispus a encarar esse desafio.

Em 2012, por motivos diversos, resolvi voltar para o assentamento dos meus pais na região sul do Estado. Foram mais de seis anos de um trabalho militante voluntário maravilhoso, uma experiência extremamente enriquecedora. Em meados de agosto, recebi um e-mail da Direção Nacional do MST convidando o conjunto da militância para se inscrever no vestibular da Universidade Estadual de Feira de Santana. Haveria um processo seletivo para um curso especial de Direito oferecido para os mais diversos movimentos sociais do campo. Foi quando aproveitei a oportunidade e decidi de uma vez por todas dar continuidade aos meus estudos e vim para a Bahia. Assim iniciei mais uma etapa que transformaria minha vida para sempre.

Dando seguimento à perspectiva clínica de meu trabalho, cito Jean-Philippe Bouilloud (2008, p. 88) *apud* Nunes e Silva (2018, p.190): “Em que medida o pesquisador em ciências sociais, enquanto autor, fala de si mesmo? Eis uma questão que nós cientistas sociais devemos nos colocar, caso contrário de nada valerá o esforço de objetivação de nosso objeto de pesquisa. ”

2.3 CHEGANDO NO UNIVERSO ACADÊMICO

Tomei uma decisão de grande impacto na minha vida. Feira de Santana fica aproximadamente a 2.400 km de São José do Povo, município onde meus pais são assentados. Caso passasse no vestibular, deveria encarar com muita responsabilidade, pois havia um esforço imenso familiar, com despesas de viagens caras e ainda o fato de ser uma turma de Direito para camponeses ligados a movimentos sociais do campo, o que nos comprometia ainda mais com o curso.

Aos 35 anos de idade à época, já havia entrado em outras faculdades, mas não para estudar. Aquela vez seria a minha vez. Ao chegar em Feira de Santana,

encontrei na rodoviária um companheiro do MST de Rondônia, Claudinei, de apelido Tijolão, que também veio para fazer o vestibular. Isso me deu ainda mais segurança, pois sabia que não estaria sozinho àquela distância de minha terra. Aguardamos e no dia certo fizemos a avaliação. Fiquei muito feliz com o resultado, fui aprovado em 17º lugar da turma. Aquilo para mim foi a concretização de um sonho: o de fazer um curso superior numa área que eu queria muito estudar. Esse foi um dos momentos mais felizes de minha estadia na UEFS, meus pais, irmãos e amigos comemoraram comigo essa conquista. Muitas coisas boas ainda aconteceriam nesse processo, dentre elas a existência de um corpo de professores simpatizantes das lutas dos movimentos sociais, a força moral, política e de tudo quanto foi natureza foi importantíssima nesse processo. Sem eles não poderíamos ter resistido a cinco anos de muita dedicação ao estudo, num esforço comum de toda a turma que com muito empenho conseguiu superar essa fase.

Importante dizer que organizamos a turma da mesma forma como os movimentos sociais se organizam: tínhamos uma coordenação geral, com um homem e uma mulher, criamos as equipes para realização das mais diversas tarefas de cunho acadêmico e de cunho doméstico também, tendo em vista que em uma das casas moravam mais de vinte e cinco pessoas. Todos e todas as integrantes da turma participavam de uma equipe e todos durante os cinco anos de curso passaram pela coordenação da turma, não ficou ninguém de fora.

Considero que nosso curso tinha os mesmos requisitos dos cursos regulares, só que com o diferencial de ser mais comprometido com a realidade da classe trabalhadora camponesa, pois necessitamos da formação de um advogado comprometido com essas causas e, portanto, os esforços dos docentes e discentes neste rumo eram maiores.

No quarto semestre entrei na iniciação científica, apresentei um plano de trabalho que foi aprovado em primeira chamada. Isso contribuiu para que minha permanência na universidade se tornasse mais sólida, até mesmo porque eu morava de aluguel e a bolsa seria a ajuda que me daria mais segurança.

Foram dois anos de iniciação científica, uma experiência que foi fundamental para que eu sentisse uma satisfação enorme com a pesquisa. A ação de pesquisar foi uma descoberta, um achado que deu muito sentido à minha vida acadêmica. A relação que desenvolvi com os professores da Incubadora de Economia Popular e Solidária foi fundamental nesse processo, os professores José Raimundo de Oliveira

Lima e Flávia Pita, pelos quais tenho muito apreço e estima, estenderam suas mãos solidárias tornando essa jornada acadêmica um pouco mais segura, o que sem dúvida possibilitou minha permanência naquele espaço.

Os títulos dos planos foram respectivamente “Impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): uma análise comparativa entre a realidade do assentamento Salete Strozak (Guiratinga - MT) e a dos produtores familiares de Feira de Santana – BA” e “Conhecendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): uma análise comparativa entre a realidade do assentamento Salete Strozak (Guiratinga - MT) e a dos pequenos agricultores de Feira de Santana – BA”. Esses dois desafios foram suficientes para me mostrar que havia encontrado mais um lugar neste universo, foi muito prazeroso poder falar do meu lugar, da minha terra, estudar para tentar transformar a realidade minha e de meu povo.

A iniciação científica contribuiu grandemente para a produção da monografia: eu me senti mais seguro com a experiência da iniciação. Meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, teve nota 10. O título foi “Relações socioproductivas no assentamento Salete Strozak no município de Guiratinga/MT: uma análise fundamentada na caracterização dos grupos categorizados como agronegócio, agricultura camponesa e agricultura familiar”.

Conforme aduz Nunes e Silva (2018, p.191):

[...] no sentido de nos desarmos de nossas prenoções e de desconfiar da interpretação do sujeito acerca da própria vida, devemos primeiramente tentar compreender nossa relação com aquilo que queremos pesquisar e, para isso, é mister trazer à tona aquilo que se encontra escondido, o que nos angustia em relação à realidade analisada. [...]

Durante a graduação, publiquei dois capítulos de livros com os seguintes títulos: “Agronegócio no Brasil: Elementos de uma relação contraditória para uma sociedade que se pretende justa” e “Crítica para uma estrutura agrícola juridicamente apropriada: um estudo no assentamento Salete Strozak no município de São José do povo”. Esses foram elementos que com certeza contribuíram para minha ida para o Mestrado Profissional da UEFS, mais uma de minhas conquistas nesta jornada acadêmica que está longe, assim espero, de terminar, tendo em vista que tenho pretensões de ir ao doutorado. Para Tauketi (2000, p.77):

O indivíduo é produzido pela história: sua identidade é construída, por um lado, a partir dos eventos pessoais por ele vivido e que forma a trama de sua biografia, de sua história singular e única, e, por outro, a partir dos elementos comuns à sua família, ao seu meio social, à sua classe de pertença que o posiciona como um ser sócio-histórico; O indivíduo é um ator da história: se ele é um produto da história, ele é também produtor. Ele é portador de historicidade, isto é, da capacidade de intervir sobre aquilo que o produziu, de agir sobre as determinações, não para as suprimir, mas para modificar os seus efeitos.

Penso que toda minha historicidade está relacionada com este trabalho, não é só rigor científico que está presente, mas também minha vivência, minha experiência de vida, minha militância, minha história. Não seria muito dizer que neste caminho me aconteceram tantas coisas maravilhosas quanto essas. Em uma determinada altura dessa luta por minha formação acadêmica, eis que surge uma amizade que se tornou uma relação muito linda. Conheci uma companheira, parceira, sem a qual esse processo teria sido muito mais difícil.

Nasce um grande amor no círculo acadêmico, Hildete de Jesus Silva, estudante de Matemática na época, hoje já professora, me encontrou pelos corredores da UEFS. Com certeza nossa relação foi um dos pilares de sustentação de minha insistência em permanecer estudando. Tive a felicidade de com ela gerar um filho, João Pedro, coisa que jamais imaginei que ocorreria devido a diversas questões na saúde que ela me ajudou a enfrentar e, dessa forma, poder me tornar pai, que é mais do que qualquer outro um evento transformador de minha vida. Sou apaixonado por meu filho.

Jamais imaginei que ser pai era tão prazeroso e, com certeza, o fato de depois de ser homem maduro vir a ser pai tem certamente uma diferença grandiosa. Espero ser o pai que toda criança merece ter, oferecer o carinho, a educação e suprir todas as necessidades tão importantes para um crescimento seguro e saudável.

Após cursar a graduação, fui instigado a apresentar um projeto de pesquisa para o Mestrado em Planejamento Territorial da UEFS. Para apresentá-lo, o primeiro pensamento que me veio à cabeça foi justamente minha história de vida, propor o estudo de um objeto com o qual eu teria uma relação profunda. Logo me veio a ideia de apresentar aquilo que sempre fez parte de minha vida, a luta por Reforma

Agrária, e desta vez dentro da nova realidade na qual estava inserido, morando e vivendo em Feira de Santana.

Como a um soldado chamado para derrotar o inimigo em uma guerra, aqui estou para combater com a força que a ciência pode oferecer aquilo que entendo ser o maior inimigo da classe trabalhadora no Brasil: o latifúndio. Tenho dedicado todo meu esforço acadêmico e político para eliminar da face de nosso país a representação do atraso social, a razão de nossa pobreza e sofrimento conhecida como latifúndio.

“O MST e a luta por Reforma Agrária em Feira de Santana: uma alternativa para o Acampamento *Estrela Vive* que passa por uma outra economia” é mais uma pesquisa que está relacionada com minha vida, com algo muito presente em toda minha vida, inclusive como herança da ancestralidade.

Logo que vim para Feira de Santana, em 2013, entrei em contato com acampamento *Estrela Vive*, pois algumas atividades dos movimentos sociais ligados à Via Campesina Brasil, ocorreram naquele espaço, o que me levou a ter uma relação mais próxima do acampamento de cuja coordenação faço parte atualmente. Este trabalho é também uma homenagem aos meus avós, uma forma de dizer que a luta deles tem um sentido muito mais amplo, não é um sonho individual, e que esse sonho de ver a terra repartida ainda permanece. É também uma forma de mostrar a meus familiares, ainda vivos, que nunca é tarde para estudar e que nossas realidades podem ser exploradas em processo de pesquisa científica.

Já foram publicados dois artigos em revistas eletrônicas vinculados a esta pesquisa do mestrado, são eles: “A luta pela terra no município de Feira de Santana-BA: considerações sobre alguns limites legais para a Reforma Agrária”, publicado na *Revista Geografia em Questão*, de Qualis B2 e “A Reforma agrária como elemento base para um relevante movimento territorial em Feira de Santana-BA”, publicado na *Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo-USP*, de Qualis A2. Há mais dois artigos que foram submetidos a outras revistas eletrônicas das quais aguardo respostas. Mantenho a esperança de que serão mais dois trabalhos para cumular minha trajetória de sucesso no mestrado.

2.4 PESQUISA-AÇÃO

Podemos considerar que este trabalho também desenvolve o que Thiollent (1986) chama de Pesquisa-Ação, uma vez que existe uma ampla e explícita interação entre o pesquisador e as pessoas implicadas na situação investigada. Há um movimento social que luta por terra cujas fileiras eu, como pesquisador, engrosso participando de atividades organizadas em diversas partes do Estado da Bahia e no próprio acampamento em Feira de Santana.

Para Thiollent (1986), a Pesquisa-Ação consiste em resolver, ou pelo menos em esclarecer os problemas da situação observada. Sendo assim, este trabalho convoca o desafio de transformar a realidade por este analisada. Nesse sentido, utilizo como base da prática investigativa o que Thiollent (1986) denomina como coleta de dados, que é efetuada em grupos de observação tendo como técnica a aplicação de entrevistas nos locais de moradia ou de trabalho das pessoas, de forma coletiva ou individual. Minayo (2009, p.13) fala de uma dimensão muito importante da pesquisa, ao anunciar que “ Na investigação Social, a relação entre o pesquisador e o seu campo de estudo se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação. ”

O perfil social do pesquisador, adequado à tipologia de pesquisa proposta, se torna mais conveniente ao desenvolvimento do trabalho, o que possibilita que a pesquisa seja realizada com segurança e eficiência. Isso dá uma noção da movimentação que trago neste trabalho, principalmente no meu interesse de produzi-lo me orientando pelos princípios da pesquisa social. Nesse sentido, utilizo como base de minha prática acadêmica o que Minayo (2009, p.61) denomina como trabalho de campo, trazendo formulações importantes a esse respeito:

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os atores que conformam a realidade e, assim constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social.

No trabalho de campo utilizei como procedimento da pesquisa a observação participante, que é definida por Minayo (2009, p.70) como “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”, uma vez que o proponente participa frequentemente das atividades e ações planejadas pelas famílias do

acampamento desde 2013, inserido naquele espaço social, relacionando-se com os sujeitos ali existentes de forma permanente.

2.5 PESQUISA MILITANTE

Posso afirmar que esta pesquisa também está em larga medida conectada com as diretrizes da pesquisa militante tendo em vista que esta modalidade pesquisa é, de acordo com Bringel e Varella (2016, p.482), associada a:

[...] diversas formas de ação coletiva, que são orientadas em função de objetivos de transformação social. Nesse sentido, militância ético e político com a mudança social e que, por isso, implica posicionamentos e atuações proativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Há, no MST, ações com objetivo de mobilizar a sociedade em torno da necessidade de se fazer a Reforma Agrária e, principalmente, na importância de fazer do espaço ocupado pelo acampamento *Estrela Vive* um assentamento, ou seja, se trata de discussões coletivas, comunitárias, num esforço de juntar as diversas forças políticas presentes no município e no Estado da Bahia como um todo. Concordando com Bringel e Varella (2016, p.482):

[...] o diferencial do campo da pesquisa militante é que, para além da reflexão teórica, as críticas teórico-metodológicas e epistemológicas geraram ricas articulações entre a teoria e a prática. Em outras palavras, foi possível efetivamente a produção compartilhada de conhecimento orientada para a ação transformadora, através de uma contínua retroalimentação entre os marcos teóricos e as práticas transformadoras dos movimentos organizados, modificando tanto o referencial teórico quanto as ações práticas das coletividades.

A intenção deste trabalho é que ele possa causar impactos no ambiente rural de modo a contribuir para a desconstrução de mais um latifúndio, trazendo dessa forma dignidade, terra e trabalho para os companheiros e companheiras que há doze anos lutam para ver a terra repartida.

2.6 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Utilizo como instrumento metodológico a entrevista semiestruturada, levantando dessa forma os dados qualitativos necessários à investigação. Para Minayo (2009, p.64), “a entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador”. Esta foi a fórmula aplicada para extração das informações que pretendi de acordo ao objetivo da pesquisa.

A entrevista é classificada como semiestruturada porque, ainda de acordo com Minayo (2009, p.64), “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Isso me pareceu mais conveniente para o desenvolvimento do trabalho, pois deixa diversas possibilidades de resposta ao entrevistado.

Segundo Gil (2008), a entrevista pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, numa tentativa de se obter por esse meio os dados que interessam à pesquisa que está sendo desenvolvida. Entrevistei dez pessoas no percurso da pesquisa, número que considerei necessário para coletar os dados pretendidos. Em razão do número de pessoas escolhido, cada entrevista foi realizada individualmente, sem a necessidade de fazer o procedimento de forma coletiva.

O tempo despendido para a entrevista de cada um dos participantes se deu de forma diversificada porque eu pretendia tanto entrevistar quanto fazer visita domiciliar, objetivando conhecer não só a residência, mas também o meio de sobrevivência do participante (a terra, a roça e a plantação). A partir disso, formulei e realizei as entrevistas.

Seguindo as orientações metodológicas definidas pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP), as entrevistas foram gravadas em áudio por meio de aparelho eletrônico específico para esse processo e armazenadas em disco rígido. Logo após foram inseridas em sistema de nuvens, para acesso por meios digitais.

A relação que mantenho com a comunidade foi um elemento facilitador para o desenvolvimento da pesquisa. A organização das famílias do acampamento no qual estou inserido proporciona esse tipo de metodologia, já que as atividades coletivas são programadas mensalmente, como reuniões e assembleia geral dos acampados,

o que favorece o processo de comunicação na comunidade. O local da coleta dos dados foi a moradia de cada um dos companheiros e companheiras participantes da pesquisa, uma vez que eles já ocupam parcelas pequenas de terras para produzirem e residirem.

2.7 ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Os objetivos, geral e específicos deste trabalho foram a fonte para meu roteiro de entrevista semiestruturada. Cada tópico foi organizado em quadros, visando tornar o trabalho mais didático. Para tratar das tipologias socioprodutivas, inseri temas relacionados a:

- 1- **Produção:** A forma como as famílias lidam com a terra; se há utilização de insumos químicos, como agrotóxicos; se a produção é orgânica ou agroecológica, o que entendem sobre o assunto. Abordar questões relacionadas à agroindústria, se já pensaram nisso, se é importante. Se há problemas vinculados ao uso de água para produzir e até mesmo para consumo próprio.
- 2- **Modelo produtivo:** Avaliar como os acampados entendem e analisam o que significa agricultura familiar, agricultura camponesa, economia popular e solidária, e agronegócio. Quais sentidos políticos e ideológicos conseguem perceber em cada um desses modelos produtivos.
- 3- **Pessoa jurídica:** Que tipo; como está organizada sua representação; como cada membro participa das decisões; como é dirigida; o que entendem e como anda a cooperação; quais os fins da cooperação.
- 4- **Comercialização da produção:** Venda na cidade de Feira de Santana, em feiras, a atravessadores; como anda a infraestrutura de comércio, armazenamento, transporte da produção.

Vejamos abaixo, no quadro 1, como foi organizada a entrevista relacionada ao tema proposto.

Quadro 1 – Roteiro de entrevista: tipologias socioprodutivas

TIPOLOGIAS SÓCIOPRODUTIVAS			
PRODUÇÃO	MODELO PRODUTIVO	PESSOA JURÍDICA	COMERCIO DA PRODUÇÃO
Orgânica	Agricultura familiar	Representatividade	Mercado local
Agroecológica	Agricultura camponesa	Participação	Feiras
Aplicação de insumos químicos	Economia popular e solidária (uma outra economia)	Gestão	Atravessadores

Fonte: Elaboração do autor (2019).

Num segundo momento, conversei sobre questões jurídicas com a pretensão de analisar a situação em que se encontra o acampamento não só com a justiça, mas também com o governo estadual e os elementos que justificam a reivindicação de terra para assentar.

- 1- **Acampamento:** História; como foi pensado e organizado; como se deu a ocupação da propriedade; a quem pertence a área da fazenda; qual a pauta de reivindicação; como se organiza internamente; como permanecem na fazenda resistindo à Ação de Reintegração de Posse.
- 2- **Estado da Bahia:** como o governo do Estado tem reagido à ocupação; se há possibilidades de assentar as famílias em terra pública, sendo este o caso da fazenda reivindicada para assentamento.
- 3- **Onde encontram na legislação brasileira elementos que justificam a luta pela terra:** Como foi ou é o comportamento da sociedade feirense em relação ao acampamento (prefeitura, câmara de vereadores, instituições públicas, dentre outros); que modelo de assentamento pretendem construir.
- 4- **Ação de Reintegração de Posse:** Qual a situação atual do processo; quem é o polo ativo da demanda; quais os riscos, caso seja realizada; para onde vão; as manifestações do Estado no processo; o que acreditam que pode ocorrer.

No quadro 2 podemos ver de forma objetiva a temática tratada no segundo momento da entrevista:

Quadro 2– Roteiro de entrevista: marcos jurídicos

MARCOS JURÍDICOS			
ACAMPAMENTO	ESTADO DA BAHIA	REFORMA AGRÁRIA	AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Ocupação	Proposta do governo	Referências Legais	Sujeito
Reivindicações	Terra Pública	Apoio da Sociedade	Riscos
Organização	Assentamento	Modelo de assentamento	Alegações do Estado no processo
Resistência	Argumento jurídico	Movimento/Direitos	Expectativas

Fonte: Elaboração do autor (2019).

Outro elemento discutido nas entrevistas foi a organização interna do acampamento, ou do próprio MST.

- 1- **Representação:** Como funciona; sua forma de ser; de que maneira as decisões são tomadas no conjunto do acampamento; quem e como participam dessa organização; qual tarefa desenvolve.
- 2- **Brigada Orgânica:** O que é; como se opera; o significado do núcleo de família ligado à brigada; como se dá a divisão de tarefas; o que se entende por coordenação e direção.
- 3- **Setores de Atividade:** O que é; como atua cada um desses setores; suas demandas.
- 4- **Relação com a sociedade:** Quem são os aliados da luta pela terra em Feira de Santana; qual relação há com a prefeitura e a câmara municipal, vereadores e outras representações políticas; entidades da sociedade civil que prestam apoio e se identificam com a luta por Reforma Agrária.

O quadro 3 apresenta a estrutura da entrevista sobre a organicidade interna do acampamento *Estrela Vive*:

Quadro 3– Roteiro de entrevista: organização do acampamento

ORGANIZAÇÃO DO ACAMPAMENTO			
REPRESENTAÇÃO	BRIGADA ORGÂNICA	SETORES DE ATIVIDADES	RELAÇÕES COM A SOCIEDADE
Forma	Núcleos de famílias	Educação	Aliados políticos
Tomada de Decisão	Divisão de Tarefas	Saúde	Poder Público Local
Quem participa	Coordenação	Produção	Câmara
Sempre coletiva (2 ou 3, nunca 1)	Direção	Comercialização	Entidades da Sociedade Civil

Fonte: Elaboração do autor (2019).

2.8 ESTUDOS DOCUMENTAIS DA PESQUISA

Dados foram coletados também através de pesquisa documental, recorrendo-se a atas de reuniões – onde registram-se informações e encaminhamentos provenientes de membros das coordenações e das reuniões gerais – e ainda na documentação da associação – pessoa jurídica integrada pelas famílias do acampamento.

Coletei também documentos fotográficos do local, para utilização tanto no trabalho de dissertação, bem como para publicações de artigos em revistas e eventos científicos.

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindane (2009, p.4-5) “ [...] a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos [...]”. Desta forma, é um procedimento adequado para contribuir com a construção do trabalho aqui desenvolvido. Nessa linha, adotei uma concepção de documentos,

para evitar qualquer equívoco de interpretação. De acordo com Houaiss (2008, p. 260 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANE, 2009, p.6), um documento é:

1. declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado;
2. Qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento;
3. Arquivo de dados gerado por processadores de texto

Nessa perspectiva conceitual, entendo que a documentação aqui indicada como fonte da pesquisa está de acordo com a definição de Houaiss, uma vez que contemplam as características por ele apontadas. Utilizei como instrumento para análise documental a ficha apresentada no quadro 4, onde foram registradas as informações encontradas, para fins da análise de interpretação dos dados.

Quadro 4 – Modelo de ficha documental

INFORMAÇÕES SOBRE ESPAÇO E TEMPO		
DATA	LOCAL	HORÁRIO DE INICIO E FIM DA REUNIÃO
QUANTIDADE E PERFIL DOS PARTICIPANTES		
QUANTIDADE DE PESSOAS PRESENTES	CARGOS	
PROPÓSITO DA REUNIÃO		
PAUTA DA REUNIÃO	DISCUSSÕES ABORDADAS	
ACORDOS REALIZADOS		
REGISTRO DAS DECISÕES	COMPROMISSOS	
INFORMAÇÕES FUNCIONAIS		
NORMAS INTERNAS DO ACAMPAMENTO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	

Fonte: Elaboração do autor (2019).

A análise e interpretação de dados como parte fundamental da pesquisa científica foi o que possibilitou a realização dos objetivos propostos. Sobre ela, Gomes (2009, p.80-81) diz que:

Estamos falando de um momento em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e à sua fundamentação teórica.

Para além da dissertação, os métodos empregados na pesquisa e aqui descritos devem possibilitar a produção de um instrumento – uma cartilha – que possa servir como material de orientação para a luta pela Reforma Agrária em Feira de Santana.

2.9 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Utilizei como critérios de inclusão e de exclusão dos participantes da pesquisa o tempo de vivência no acampamento. Participaram dela os acampados mais velhos, ou seja, os primeiros a entrarem nele; conseqüentemente os que estão a menos tempo ficaram de fora. Um segundo critério de participação estava ligado ao gênero – 50% de homens e 50% de mulheres, independentemente da idade, não podendo nenhum dos gêneros ser majoritário.

2.10 RISCOS E BENEFÍCIOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA

O risco da pesquisa foi mínimo, considerado como não invasivo à intimidade do indivíduo. Haja vista a natureza dos instrumentos metodológicos – a entrevista semiestruturada e pesquisa documental – não houve nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas dos indivíduos que participam do estudo. No entanto, procuro afirmar que a pesquisa tem grande potencial de trazer benefícios, não só aos que dela participaram, mas para a maioria das famílias ali acampadas, já que os resultados alcançados se constituem num diagnóstico socioeconômico e político-jurídico da realidade local, apontando saídas para os problemas encontrados.

2.11 SIGILO DA PESQUISA

No que tange ao quesito da confidencialidade, como pesquisador me comprometi a:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do CEP da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e que os dados coletados serão armazenados pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;
- Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais, além do devido respeito à dignidade humana;
- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Final.

2.12 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

A etapa inicial do processo de obtenção do consentimento livre e esclarecido aconteceu através das reuniões que são organizadas regularmente no acampamento. Primeiramente informei sobre a realização da pesquisa, e posteriormente foram apresentados os temas, os objetivos e a metodologia da pesquisa. Solicitei, então, ao conjunto da comunidade acampada, autorização para realizá-la, o que foi feito oficialmente com a anuência da liderança. Após essa autorização coletiva, abordou-se individualmente, conforme critério de inclusão e exclusão, aqueles que se interessaram em participar da pesquisa.

Com o intuito de preservar a identidade dos sujeitos que participaram das entrevistas, utilizei um recurso para não revelar seus nomes verdadeiros: trocar os reais por fictícios. Tal procedimento possibilita que o leitor não tome conhecimento

de suas identidades, tendo acesso somente à idade, sexo e ocupação dos sujeitos, dados que servirão unicamente como meio de identificação do perfil dos investigados.

Informe aos participantes da pesquisa que suas participações são voluntárias e que eles terão acesso pleno às informações, tendo conduzido o processo de obtenção do consentimento livre e esclarecido da seguinte forma:

1- Explicação a respeito do consentimento livre e esclarecido realizada por meio oral, nas reuniões do acampamento, levando em conta adequação da linguagem em função das características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa, e as abordagens metodológicas aplicadas;

2- O registro do consentimento foi realizado através de termo impresso, em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa, que devia ser assinado pelo participante;

3- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contém:

- a) Justificativa, os objetivos e os procedimentos a serem utilizados na pesquisa, com informação sobre os métodos utilizados, em linguagem clara e acessível para os participantes da pesquisa, respeitada a natureza da mesma;
- b) Explicação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa;
- c) A garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase, sem prejuízo algum;
- d) A garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa, seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as suas fases, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o seu término;
- e) Informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver;

- f) Garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa;
- g) Explicação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;
- h) A informação do endereço, e-mail e contato telefônico dos responsáveis pela pesquisa;
- i) Breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP);
- j) A informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado;
- k) Nos casos de algum dos itens não ser contemplado na modalidade de registro escolhida, a informação foi entregue ao participante em documento complementar, de maneira a garantir que todos os itens supracitados fossem informados aos envolvidos;
- l) Nos casos em que o consentimento livre e esclarecido não foi registrado por escrito, o participante teve acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado;
- m) Nos casos em que o consentimento livre e esclarecido for registrado por escrito, uma via, assinada pelo participante e pelo pesquisador responsável, foi entregue ao primeiro.

Em cada entrevista foi apresentado o TCLE, tendo cada um dos participantes assinado em duas vias. Após a realização das entrevistas e coleta dos demais dados, esse conjunto foi processado e tratado e, partir dele, foram produzidos artigos para submissão em revistas eletrônicas, bem como esta dissertação, que constitui a etapa final do processo de pesquisa.

3 REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA TERRITORIAL DO MST

Entendo que a luta por Reforma Agrária é uma luta territorial, uma luta pela construção de um território ou luta por territorialização. Esse é o grande desafio deste trabalho: me debruçar sobre os elementos da construção do território dos Sem-Terra, pois acredito que fazem parte da luta cotidiana desses trabalhadores e trabalhadoras. Nesse contexto, os problemas enfrentados pelas famílias assentadas podem ser qualificados como uma luta territorial existente no âmbito do município de Feira de Santana e do Estado da Bahia, algo não comum, enquanto movimento territorial por Reforma Agrária, nessa região. Por conseguinte, pretendo, por meio de sustentação teórica focada na área, discutir sobre a concepção de territórios e seus desdobramentos, analisando como o MST, em Feira de Santana, constrói esse movimento territorial.

3.1 A TERRITORIALIDADE DOS SEM-TERRA

Meu desafio, neste primeiro tópico, está em compreender a territorialidade da questão agrária enfrentada pelas famílias do MST em Feira de Santana. Para isso, precisarei, dentre outras coisas, conceituar território me posicionando sobre o assunto e analisando o conceito e as tipologias territoriais encontradas na vasta literatura sobre o tema.

Inicialmente, trago as lições que tratam o território como um fragmento do espaço geográfico, ou seja, um lugar físico e aberto para as ações humanas. É um espaço contínuo, porém dividido, limitado, por mais que esteja em pleno crescimento, onde há transformações diversas e constituído de forma organizada. Assim, conforme Gottmann (2012), o território é fruto de repartição e de organização. Nessa afirmação é possível identificar alguns elementos que constituíram meu objeto de estudo: um território – a porção do espaço geográfico – qual seja, a fazenda, onde são realizadas diversas atividades humanas. Trata-se de um espaço contínuo, no entanto, repartido. As famílias se organizam para garantir o acesso à terra a todos ali presentes. Dessa forma, podemos afirmar que o acampamento *Estrela Vive* é um território, tendo em vista que possui todos os elementos indicados na definição apresentada por Gottmann (2012).

O conceito de Gottmann (2012), no entanto, não é suficiente, por si só, para abarcar completamente os sentidos possíveis de um território, havendo outros elementos que ajudam a compreender melhor esse termo. Assim, a definição apresentada por Saquet (2009) dialoga com o conceito anteriormente exposto e amplia a compreensão de território para uma concepção comunitária de múltiplas dimensões, múltiplas territorialidades, diferenciando-o de espaço geográfico a partir de três atributos primordiais, quais sejam: as relações de poder, as redes e as identidades. Nesse sentido, são processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço, nas formas área-rede, rede-rede ou área-rede-lugar (SAQUET, 2009).

Ao adentrar o acampamento, pude perceber que se trata de uma construção coletiva e multidimensional, tendo em vista que ali se encontram diversos elementos que caracterizam variadas territorialidades. As famílias lutam por terra, mas não apenas isso, elas também querem educação para seus filhos, saúde para o conjunto da comunidade, produção de alimentos saudáveis na terra ocupada – o que já faz do acampamento um território coletivo e multidimensional, tendo em vista que “o homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente” (SAQUET, 2009, p.81).

Em um esforço para diferenciar o espaço de território, apontando alguns processos que oferecem base para essa distinção, Saquet (2009) aponta as relações de poder num entendimento multidimensional, criando campos de força econômicos, políticos e culturais imateriais. Considera também a construção histórica e relacional das identidades e, por fim, a dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, aprimorado ao jeito de cada um (SAQUET, 2009).

Tendo por referência o conjunto do acampamento *Estrela Vive*, posso afirmar que nele estão presentes os processos que são base da territorialização à qual se refere Saquet (2009). As relações de poder que envolvem a realidade estão voltadas para os entes federados que administram os conflitos agrários – União, Estado e Município – envolvidos nessa relação. Na mesma esteira, há o Poder Judiciário, onde o enfrentamento é ainda mais acirrado. Tais relações caracterizam o princípio da “multiescalaridade” do território, reconhecendo assim os diversos territórios existentes (FERNANDES, 2008, p. 280).

O MST é um movimento de trabalhadores, fruto da concentração de terras no Brasil, caracterizada como um problema histórico. Assim, o latifúndio é a grande razão da existência do MST. Geralmente, um acampado tem, em sua família, alguém que um dia teve terra, de alguma forma, dela foi expulso, e tenta retornar a sua raiz camponesa, realizando o complexo movimento da territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Com efeito, estou de acordo com Saquet (2009) quando afirma que “tal diferenciação é necessária, porém é fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro” (SAQUET, 2009, p.83).

Assim, para sintetizar ainda mais a definição de território, afirmo que a territorialidade é sinônimo das ações humanas na tentativa de controle em que se influencia ou afeta objetos, pessoas e relações numa área delimitada (SAQUET, 2009), no caso, o espaço do assentamento. Portanto, as questões enfrentadas pelo acampamento são uma das dimensões do território, pois se trata da tentativa de controlar o acesso e a posse da terra.

Dentre outros tantos problemas que poderíamos encontrar em um acampamento do MST, que é uma construção de múltiplos territórios, existem questões que exigem uma análise atenciosa. Partindo da concepção de que o território é multidimensional, compreendo que suas dimensões são concebidas pelas práticas sociais dos sujeitos na relação com a natureza e entre seus pares. Assim, a multiplicidade dimensional é produzida no âmbito das relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. Segundo Fernandes (2008), é por meio das ações e das intencionalidades que se constroem o espaço e suas relações. Destarte, posso afirmar que o território organizado pelo MST, criado com a intencionalidade de ver a terra repartida, é multidimensional, como analisarei no decorrer deste trabalho.

Fernandes (2008) alerta que tipologia de territórios e a multiterritorialidade são objetos distintos. O segundo nasce do primeiro, sendo as territorialidades representações dos tipos de uso dos territórios (FERNANDES, 2009).

Tendo discutido a complexidade pela qual um território é caracterizado, e conhecidas as mais diversas teorias que a apresentam, conceituam e tipificam, analisarei agora, dentro da multidimensionalidade do território, o território de luta pela terra das famílias do MST, em Feira de Santana.

3.2 OCUPAÇÃO, FRUTO DO TRABALHO DE BASE

As lideranças do MST, Coordenação e Direção, procuram os líderes dos bairros, nas cidades da região, propondo que reúnam os moradores com o objetivo de discutir a necessidade de lutar pela Reforma Agrária. Essa reunião só é possível quando as lideranças dos bairros expressam certa simpatia pela luta agrária, caso contrário, o bairro que seria alvo das reuniões fica de fora.

Após a programação das reuniões, os representantes do MST comparecem na data e no horário previstos para dar início ao diálogo. Essa reunião é apenas uma das muitas que ocorrerão. Não é um processo curto, e exige a programação de outros encontros, uma vez que não é possível abordar todo diálogo necessário para mobilizar as famílias interessadas em um único momento.

Olha, eu trabalhava e aí eu tinha saído da firma estava em casa, aí minha vizinha me chamou, vamos ali que tem umas terra ali, e minha família vem da agricultura mesmo, aí eu vim, aí cheguei aqui, mas, eu não sabia qual o movimento que tava aqui. . Então, minha vizinha que me trouxe para aqui, eu fui me envolvendo, me envolvendo, e acabou ela indo embora eu ficando, e aí eu tô até hoje né.
(ENTREVISTADA E4)

A pauta dessas reuniões refere-se, principalmente, a assuntos relacionados à Reforma Agrária, mais especificamente no que tange a seus aspectos jurídicos, numa tentativa de demonstrar que se trata de um direito da classe trabalhadora. No entanto, não são apenas essas questões que são tratadas, é necessário também dialogar sobre o que cada família ou indivíduo deve contribuir para montar o acampamento. Dentre as necessidades mais emergentes, estão a doação de ferramentas como machados, foices, facões e enxadas, além de lona preta que é um símbolo da luta pela terra no MST. Deve-se pensar também na alimentação para passar pelo menos 15 dias no acampamento. O transporte é uma preocupação imediata, pois é preciso fretar carros para as famílias que não tiverem transporte próprio.

Antes de ir para ocupação, há uma última reunião no bairro para perceber se as famílias estão preparadas e, ainda, para marcar a data, horário e local de partida da cidade. Esse local de partida costuma ser em alguma estrada ou caminho que dá acesso ao imóvel que será ocupado – local onde as famílias de todos os bairros se

reuniram durante a fase de planejamento. É costumeiro também ocorrer esse encontro no local de partida durante as madrugadas.

Faz-se o trabalho de base, aí chama um grupo, e aí vai, por exemplo, já tem gente no campo do Gado, e aquele pessoal do campo do Gado já informa para outra ali no campo do Gado mesmo, aí já tem uma no Jorge Américo, aí já informa o outro lado do Jorge Américo, e assim sucessivamente. (Entrevistado E1)

A ocupação da *Fazenda Cruzeiro do Mocó* se deu assim, durante uma madrugada. Um militante pertencente à coordenação do MST, conhecido pelo apelido de “Estrela”, foi um dos organizadores da ocupação. É certo que houve outras pessoas contribuindo nesse processo, no entanto, ele foi uma das pessoas que marcaram a vida das famílias. Infelizmente, após liderar esse processo de ocupação, acabou falecendo. Ele foi homenageado pelas famílias que batizaram o acampamento com o seu apelido “Estrela”.

Atualmente, mais de 11 anos depois, ficaram poucas pessoas que naquela madrugada do dia 16 de março de 2009 ocuparam a propriedade. Muitas desistiram e outras tantas foram assentadas em outros locais. Vale lembrar que não é só por meio desse processo de mobilização que as famílias conseguem fazer parte do acampamento.

Após a ocupação, depois que as primeiras famílias chegam, se inicia um novo processo de mobilização, dessa vez, de forma diferenciada. Os acampados, geralmente, percebendo que é um ambiente seguro, convocam parentes, familiares, vizinhos para virem para o acampamento, pois todos e todas ali são solidários enquanto companheiros de movimento.

Eu estava no rio pescando, aí o senhor sabe que notícia boa corre longe? Aí disseram, a fazenda Mocó foi invadida, a gente estava com o barraco no rio. Ai a gente largou a barraca lá feita, que a gente deixava feita, arrumou a carroça e subiu, quando chegou aqui o pessoal estava no movimento dividindo cada um seu pedacinho, aí a gente pegou a da gente. (ENTREVISTADA E2)

Há casos de pessoas que ficam sabendo da existência do acampamento pelos meios de comunicação e vão até lá para saber se podem acampar. Caso haja autorização, eles passam a compor o movimento.

3.3 COMO PERCEBEM O CENÁRIO JURÍDICO QUE ESTÃO ENVOLVIDOS

Conforme apontaram as entrevistas semiestruturadas, as famílias têm clareza de que a fazenda é um bem público que pertence ao Estado da Bahia e, por isso, toda a pauta de reivindicação é tratada com o governo estadual e com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), que são responsáveis pelo imóvel e pelas políticas agrárias do estado.

Uma área do governo do Estado gerida pela EBDA, que não atendia seus objetivos, a EBDA ela foi criada para poder gerar pesquisa para desenvolver agricultura familiar, mas, ela não atendia, o que nós víamos aqui era uma produção de jegue Pêga pra poder servir os fazendeiros da região. Cansamos de ver entrar aqui na Mocó os fazendeiros em seus carrões e sair carregando os jegues e sêmen dos animais, todos produzidos aqui. Em vez de servir a comunidade rural, a agricultura familiar, aquela área estava a serviço dos fazendeiros. (ENTREVISTADO E10)

De acordo com o registro de imóvel anexado aos autos do processo judicial movido contra as famílias acampadas na fazenda, a área foi formada a partir da compra de 4 imóveis pelo Estado, sendo as duas primeiras aquisições efetuadas no ano de 1938 e duas outras em 1948. Vale lembrar que se trata de um período governado por Getúlio Vargas que ficou conhecido por “Estado Novo”.

Existe, na Justiça Estadual, uma Ação de Reintegração de Posse desde 2009, na qual o juiz julgou procedente o pedido e concedeu a liminar. Entretanto, a liminar nunca foi executada, tendo em vista as manifestações da polícia militar acostadas aos autos do processo, alegando que não tem contingente suficiente de policiais para promover a Ação de reintegração de Posse contra as famílias.

Logo no início da ocupação a EBDA entrou com uma reintegração de posse no fórum de Feira de Santana. Tem uma liminar de despejo que foi deferida ainda em 2009, está em vigor até hoje, mas o processo está pardo. Com a extinção da EBDA em 2018, a Procuradoria do Estado da Bahia entra no processo para que seja gerido por ela, pois antes quem geria era o advogado da EBDA. Com a extinção da empresa, os bens passam para SAEB, passando a Procuradoria do Estado responder no processo e reintegração. (ENTREVISTADO E10)

Há, segundo o levantamento da pesquisa, uma promessa antiga do governo do Estado que, ao dialogar com o movimento, expressa que não assentaria as

famílias naquela área, mas que compraria uma outra propriedade para abrigá-las. No entanto, onze anos se passaram e as famílias permanecem na mesma fazenda, sem nenhuma ação administrativa por parte das autoridades públicas no sentido de transformar aquela fazenda em um assentamento.

Questionados sobre o que achavam da ocupação da fazenda, se era uma ação legal ou ilegal, as afirmações foram no sentido de que não há ilegalidade em ocupar um bem que não cumpre sua função social e, na opinião deles, ilegal é quando não se cumpre a lei. Percebi que eles demonstraram algum conhecimento sobre as leis brasileiras que regem a propriedade no país, principalmente a Constituição Federal que trata da Reforma Agrária.

A ocupação é uma ação legal, a Constituição diz que a área que não cumpre sua função social ela tem que ser destinada para reforma agrária, destinada para o interesse social, e este é nosso objetivo. Isto também é válido para os bens públicos, não distinção, a Constituição não define se área deve ser pública ou privada. Apesar de atender apenas os fazendeiros, ainda sim não cumpria sua função social, pois não explorava seu potencial produtivo. (ENTREVISTADO E10)

Quando questionados sobre para onde iriam caso houvesse a execução da Ação de Reintegração de Posse determinada pela Justiça, alguns responderam que voltariam para suas casas, outros disseram que permaneceriam no local para onde fossem transferidos. Muitos não têm casa e, muito menos, recursos para pagar aluguel. Assim, não resta outra alternativa a não ser permanecerem no acampamento.

As relações públicas com os mais diversos representantes da sociedade civil são uma estratégia de luta e de apoio do MST. As lideranças do acampamento têm contato permanente com os partidos de esquerda, com as associações comunitárias, com entidades sindicais das mais diversas representações de trabalhadores desde rural a sindicatos do Comércio, Indústria e Petróleo. Relacionam-se também com as escolas e universidades públicas e, no caso específico, com a Universidade Estadual de Feira de Santana. Ou seja, não é uma luta solitária, diversos setores da sociedade apoiam a luta pela Reforma Agrária e todos e todas têm consciência disso, não só do acampamento *Estrela Vive*.

3.4 ACAMPAMENTO TERRITÓRIO DE PRODUÇÃO ALIMENTAR

O plantio de alimentos e a criação de animais são elementos que brotam do território construído pelos Sem-Terra, característica fundamental dos camponeses. A forma como se produz e se comercializa essa produção foi representada nos dados e nas informações obtidas na pesquisa.

Em primeiro lugar, dada a importância da produção de alimentos para o próprio consumo, há uma diversidade grande de espécies cultivadas no acampamento, como: milho, feijão carioquinha e andu; hortaliças como alface, couve, coentro e cebolinha verde; frutas como umbu, laranja, banana, cajá, caju, manga, tamarindo, coco, melancia e seriguela; raízes como aipim e batata doce; e legumes como tomate, abóbora, maxixe e caxixe (figura 1).

O que a gente planta é feijão, milho, batata, aipim, andu, caju, laranja, caxixe, melancia, pé de Umbu, cajá, seriguela, aqui no meu quintal tem também, couve pimenta, de tudo, abóbora. A produção é orgânica, sem veneno. (ENTREVISTADA E9)

Os animais também têm seu espaço para criação no acampamento. São gado bovino, ovelhas, cabras, porcos, galinhas, cavalos, jumentos e burros, alguns para comercialização, outros para consumo próprio e para utilização no trabalho. Até aqui, demonstrei o que se produz no acampamento, mas a pesquisa também coletou dados sobre os métodos empregados na produção, e todos afirmaram que têm preferência pelo cultivo de alimentos sem a utilização de agrotóxicos e sem insumos químicos, pois pretendem, dessa forma, preservar a saúde dos acampados e dos que consomem os alimentos produzidos.

É meritória a inclinação por se produzir sem a aplicação de agrotóxicos ou de fertilizantes químicos. Por inteiro, os entrevistados rejeitam o emprego desse tipo de artifício em suas lavragens.

Olha, eu tenho 6 anos aqui. 7 anos, nunca vi ninguém, ninguém, ninguém até quem planta mais do que a gente usar, a gente aqui geralmente é sempre virando os matos que que nasce e deixa fermentando terra, e passa o gradeado. Orgânica, uma produção natural sem venenos, sem 10/10, que é um adubo forte né, para crescimento. Esterco, geralmente a gente só usa mais esterco, quando a gente ver que vai plantar. (ENTREVISTADO E1).

Figura 1 – Variedade de alimentos orgânicos produzidos no acampamento Estrela Vive



Fonte: Elaboração do autor (2020)

O conjunto do imóvel rural ocupado está dividido em duas partes, um dos lados – menos da metade da propriedade – corresponde à área reservada à plantação de vegetais, e o outro é reservado para criação de animais de médio e de grande porte, como bovinos e caprinos.

Aqui o que eu produzo eu vendo é na porta de casa aqui no sitio. Eu vendo na porta, as vezes eu levo pro Campo do Gado e vendo lá eu mesmo. As vezes minha filha também vende para mim lá no Campo do Gado. (ENTREVISTADA E7)

A produção é comercializada de diversas maneiras pelos acampados. Cada um opta pela forma como lhe convém comercializar de acordo com sua especificidade, apesar de existirem formas mais coletivas de vender os produtos da roça. Alguns acampados recebem os compradores em suas próprias residências. Outros levam sua produção para a cidade de Feira de Santana para vender nas ruas ou praças. Há também produtores que procuram o Centro de Abastecimento, quitandas e pequenos supermercados do município para ali venderem suas mercadorias. Ainda podem recorrer às feiras e eventos realizados pelo MST, tanto no Estado da Bahia quanto em outros estados do Brasil. Nesses eventos, o MST garante toda a logística necessária para a realização e participação dos grupos.

3.5 TERRITÓRIO COM REPRESENTAÇÃO JURÍDICA

A representação por personalidade jurídica é mais um dos elementos que constituem a territorialidade Sem-Terra. Há, no acampamento, uma pessoa jurídica que tem a função de representar essa comunidade em situações que necessitam da sua presença, tais como em apresentação de projetos e solicitações junto às instituições estatais e da sociedade civil.

Fundada no final de 2018, a associação tem objetivo contribuir na organização da comunidade, mas só nas questões mais burocrática entendeu? então a gente segue as diretrizes do movimento e Associação é mais na questão burocrática. (ENTREVISTADO E10)

Trata-se de uma associação que representa os mais diversos interesses de seus associados, moradores do acampamento, seja esse interesse econômico, produtivo, cultural, formativo, etc. Criada em 2018, recebeu o nome de Associação Rural Comunitária Estrela Vive (ARCEV).

Por meio da ficha documental, observei que a associação traz em seu estatuto algumas finalidades, como a proteção do meio ambiente, qualificação dos filiados capacitando-os para produção de alimentos saudáveis e dentro de um padrão de preservação ambiental, bem como soberania alimentar do território em construção. Além disso, prevê a contratação de assistência técnica e representação do acampamento diante dos poderes públicos de qualquer esfera, seja municipal, estadual ou federal.

Os associados possuem diversos direitos e deveres, como participar das discussões em assembleias e reuniões convocadas; solicitar informações sobre as atividades da ARCEV; consultar livros e documentos; participar de todas as atividades promovidas pela ARCEV; gozar das vantagens e benefícios que esta conceder aos filiados.

A associação apresenta uma estrutura administrativa necessária para sua existência composta por uma Assembleia Geral, Direção Executiva e um Conselho Fiscal – todos órgãos compostos por pessoas que foram eleitas para cada um dos cargos, como veremos em momento posterior.

3.6 TRABALHO COLETIVO CONSTRUINDO O TERRITÓRIO

Além de serem representadas por uma associação, as famílias ainda se organizam para executarem tarefas que necessitam de grande força de trabalho. Todas as terças-feiras, as famílias se reúnem na sede da associação para determinarem a execução de algum serviço necessário no interior do acampamento. Elas constroem casas, arrumam cercas, roçam as beiras da estrada de acesso ao acampamento, limpam os mais diversos açudes de contenção de água da chuva para utilização dos animais, contribuem, ajudam, orientam ou acompanham aqueles que se encontram com problemas de saúde, limpando seus quintais e roças dentre outras tarefas que possam surgir.

O trabalho coletivo é roçar os berços da estrada de dentro do acampamento, é tapar algum buraco na estrada que tá atrapalhando a passagem dos carros, e as pessoas vão, quando vão fazer as roças de feijão e milho da coletiva mesmo, vamos todo mundo fazer. (ENTREVISTADA E2)

Considerando a existência de diversas estruturas físicas deixadas pela EBDA, como casas, galpões, currais e apriscos, o grupo também atua no sentido de manter preservadas e limpas essas estruturas. Nessa esteira, está entre as tarefas desse coletivo preparar o solo, efetuar o plantio de lavouras e cuidar delas, colher os frutos e ainda comercializar a produção das lavouras pertencentes à associação, uma vez que todo o recurso arrecadado por esse meio será investido nas necessidades da associação e também dos associados.

3.7 ELEMENTOS SIBÓLICOS DO MST

Ao observar qualquer acampamento do MST, encontraremos algumas coisas que são tidas como símbolos da organização dos Sem-Terra, o mais famoso deles é a bandeira. Cada uma das cores e cada um dos desenhos presentes na bandeira contêm um significado especial, vejamos:

Figura 2 – Bandeira do MST



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

A cor vermelha representa o sangue que corre nas veias de todos os trabalhadores e trabalhadoras, representando também a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação de nossa sociedade. A cor branca representa a paz, mas a que ainda pretendemos conquistar, e isso só será possível quando houver a justiça social.

A cor preta representa luto, uma homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras que morreram em luta pela criação de uma nova sociedade. A cor verde representa a esperança dos Sem-Terra quanto a vitória de cada latifúndio que conquistamos.

O facão simboliza a ferramenta de trabalho, de luta e de resistência. A ponta do facão ultrapassa o mapa do Brasil, significando que se trata de um movimento internacionalista.

O mapa do Brasil representa a luta nacional dos Sem-Terra, que podem estar presentes em todo o território nacional lutando pela Reforma Agrária no país. O homem e a mulher representam a necessidade de a luta ser feita por ambos, por famílias inteiras.

No entanto, não é apenas a bandeira que tem simbologia. Há outros elementos simbólicos como o Hino do MST (1987), que tem como autor Ademar Bogo. Vejamos a duas primeiras estrofes do Hino nacional do Sem-Terra:

Vem Teçamos a nossa liberdade
Braços fortes que rasgam o chão
Sobre a sombra de nossa valentia
Desfraldemos a nossa rebeldia
E plantemos nesta terra como irmãos!

Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular. (MST, 2019)

Ainda há outra simbologia muito importante nos acampamentos do MST: a lona preta significa um rito de passagem presente na transição entre o acampamento e o assentamento das famílias, o caminho para a conquista da terra. Todos esses elementos carregam a simbologia dos Sem-Terra, são eles que alimentam o sentimento da luta pela Reforma Agrária, que trazem a mística que anima todas as famílias a lutarem.

4 REFORMA AGRÁRIA, ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: UMA RELAÇÃO DIALÓGICA NO ACAMPAMENTO ESTRELA VIVE

Em 2020 enfrentamos uma pandemia de COVID-19, causada pelo novo vírus SARS-CoV-2 que vem ameaçando a vida e a saúde humana no planeta. Já são milhares de mortos, em parte devido à elevada taxa de propagação do vírus, em parte em função de limitações estruturais dos sistemas de saúde de vários países.

Seguindo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), diversos governos adotaram medidas de isolamento social na tentativa de desacelerar a propagação do vírus e, conseqüentemente, reduzir as perdas em vidas humanas.

Nunca em nossa geração foi tão necessário praticar a solidariedade. O cenário é de indústrias, empresas e comércios fechados, desemprego em alta; fome; e sistemas de saúde em colapso. Diante disso, práticas solidárias podem apontar soluções para os graves problemas que atravessamos. Nesse contexto, torna-se necessário discutir tanto a própria economia quanto alternativas ao sistema capitalista, no sentido de inspirar novas ações que, principalmente, apontem soluções emergenciais em tempos de crise. Assim, este trabalho traz um exemplo de como outras formas de organização econômica podem ser importantes.

No acampamento *Estrela Vive*, pratica-se uma forma de organização baseada em grupos familiares nos quais cada sujeito tem o compromisso de participar de equipes que, coletivamente, tratam de assuntos relacionados à saúde, à produção, à educação e à infraestrutura do acampamento. Além do mais, os acampados cuidam das finanças da associação dentre outras necessidades que possam aparecer. Possuem processo organizativo próprio, de protagonismo orgânico, por vezes articulado ou acompanhado pela relação universidade/sociedade, seja na perspectiva da pesquisa ou da extensão.

Do ponto de vista político e socioeconômico, em se tratando de uma política de distribuição de terras, a reforma agrária pode ser um instrumento que possibilita uma mudança social, e quando uso como referência a luta pela terra organizada pelo MST, entendo que o movimento pretende promover um modelo de desenvolvimento que foge aos padrões de exploração capitalista, caminhando, por vezes, para a perspectiva de uma outra economia (LIMA, 2016).

Com efeito, posso afirmar que não há sentido em implementar uma Reforma Agrária com a lógica capitalista, sendo este um modelo que tem por objetivo apenas o lucro, sem nenhuma preocupação com a deterioração da natureza ou com o futuro da humanidade. Neste trabalho, como exemplo de outra economia, apresento a Economia Popular e Solidária como um meio de promover um modelo de assentamento produtivo mais justo, preocupado com meio ambiente e com as gerações futuras.

O MST se apresenta como um movimento combativo à prática de produção hegemônica do agronegócio, defendendo a produção orgânica e agroecológica como matriz tecnológica de seus assentamentos, tendo a solidariedade como esteio da sua existência.

De acordo com Souza (2018), o agronegócio é o modelo de agricultura de padrão capitalista e carrega consigo consequências destrutivas ao meio ambiente, sendo o modelo combatido pelos mais diversos movimentos sociais existentes no meio rural, os quais buscam potencializar alternativas econômicas que possibilitem uma distribuição de renda justa entre os trabalhadores e trabalhadoras.

Acredito que o tipo de desenvolvimento pensado e oferecido pela Economia Popular e Solidária é capaz de construir uma Reforma Agrária mais qualificada, um modelo que se contraponha ao pensamento da burguesia agrária brasileira.

Este capítulo está focado em apontar elementos da organização política do acampamento *Estrela Vive* e demonstrar sua relação com as teorias da Economia Popular Solidária, das Tecnologias Sociais e o Desenvolvimento Local Solidário.

Tendo em vista a prática solidária como meio de enfrentar a crise provocada pelo novo coronavírus, nada mais pertinente do que observar as experiências solidárias de um movimento social no que se refere ao cuidado com o outro e às relações de companheirismo para nos inspirarmos a construir um mundo mais justo e fraterno. Ressalto que a pesquisa ocorreu entre os anos de 2019 e 2020, e o processo participativo de vivência no acampamento, bem como as entrevistas, ocorreram antes da publicação do decreto nº 19529 de 16/03/20, do Governador do Estado da Bahia, que determinou medidas de isolamento social.

4.1 A ORGANICIDADE DO MOVIMENTO

O formato funcional do acampamento é parte da análise aqui proposta por ser fruto da militância do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra que nas proximidades das cidades convocam as comunidades urbanas para se mobilizarem e lutarem pela terra.

Depois de todo o processo de mobilização realizado nos bairros de Feira de Santana, as famílias que aceitaram participar da mobilização iniciaram todo um processo organizativo na construção do novo acampamento. Esse processo é uma característica que marca a organicidade do MST no Brasil. Chama a atenção o fato de que essa ação só é possível com a participação de muitas pessoas, ou seja, por natureza, o movimento só pode existir de forma coletiva, o que já é o suficiente para demonstração de solidariedade.

No primeiro momento da ocupação, as famílias se reúnem em grupos de, no mínimo, onze pessoas e, no máximo, vinte para a delimitação dos locais onde serão construídos de seus barracos, utilizando a lona preta que adquiriram. Cada grupo é chamado de núcleo de família, nome que passarei a fazer maior referência a partir de agora.

O núcleo de família é o espaço onde serão tomadas todas as decisões que envolvam aquele grupo. Todos podem dar sugestões a respeito das questões que envolvam o acampamento, assim como expor suas preocupações, ideias e opiniões nas reuniões ordinárias, sustentando lugar de fala e construindo reflexões relevantes sobre suas visões de mundo.

A quantidade de famílias agrupadas em um núcleo faz parte da base organizativa do acampamento. O núcleo de família é numerado e, no caso do acampamento *Estrela Vive*, existem dez núcleos. Cada integrante do núcleo é eleito para ser o representante que irá realizar algum tipo de atividade comunitária em favor do núcleo de família a que pertence.

Existem no acampamento, além da coordenação, nove setores distintos. Em cada um dos dez núcleos de família há a representação dos nove setores além da coordenação. Temos os seguintes setores: saúde, educação, juventude, gênero, disciplina, produção, comunicação, formação e trabalho.

Todo mundo que está na comunidade tem uma tarefa, toda família tem uma tarefa para realizar. Uns vão contribuir na produção, outros contribui na organização, na formação, na juventude, na questão de gênero, nos setores de comunicação temos hoje 10 setores, então, cada família é colocada em um setor. (ENTREVISTADO E10)

Entendo que esse método organizativo mantém consonância com as diretrizes da Economia Popular e Solidária, uma vez que possibilita o diálogo coletivo e a tomada de decisão em grupo fugindo da lógica individualista onde um manda e os demais obedecem. Mas isso não para aqui, a participação coletiva continua em outras dimensões da organicidade, conforme discute Lima (2016).

Para cada um dos setores devem ser eleitas até duas pessoas para representarem o núcleo de família no acampamento. Obrigatoriamente deve ser um homem e uma mulher a assumir cada um dos setores. Caso não haja ambos os sexos para assumir, deve ser eleita apenas uma pessoa, até que surja alguém de sexo oposto para ocupar o espaço.

A coordenação tem as mesmas características, um homem e uma mulher, mas nesse caso não pode haver apenas um representante, sendo necessário que sempre haja um homem e uma mulher para representar a coordenação do núcleo dentro do acampamento.

Essa configuração permite e amplia a participação feminina nas tomadas de decisão do acampamento, impedindo que apenas homens ocupem as esferas representativas consonante à determinação que estabelece 50% de mulheres e 50% de homens nessas instâncias. Sendo assim, o acampamento utiliza para sua estrutura organizativa a seguinte quantidade de pessoas: dez a vinte pessoas por setor e vinte pessoas na coordenação.

Deve-se calcular a quantidade de pessoas por setor multiplicando esse valor por nove, tendo em vista que existem nove setores em todo acampamento, podendo dessa forma, haver de noventa a cento e oitenta pessoas envolvidas nas representações dos setores no acampamento.

Adicionando a quantidade de vinte representantes da coordenação, termos entre cento e dez a duzentas pessoas participando das atividades organizativas. Assim, essas são as possibilidades de organização, considerando o número mínimo e máximo de pessoas que podem participar da atual estrutura orgânica.

No entanto, na realidade do *Estrela Vive* não adotei o número máximo, pois dentro do acampamento não existe, atualmente, nenhum núcleo de família que

tenha em cada um dos setores dois representantes pelo fato de as famílias optarem por não dar tarefas organizativas a todos os integrantes dos núcleos, uma vez que devido às demandas econômicas das famílias alguns precisam se ausentar por tempo indeterminado, não tendo como preencher as duas vagas em cada setor.

Aí assim, cada núcleo de família é composto por 10 pessoas, aquelas 10 pessoas, cada um tem uma tarefa, tem um setor, aquele setor, digamos assim, se eu me inscrevi no setor de educação, agora não que não tem colégio, mas no tempo da escola aqui, funcionando a escola aqui dentro do colégio, eu vou ter participação naquela função entendeu, eu vou tá sempre ajudando, olhando as crianças, olhando a limpeza, se tá faltando uma água, uma coisa assim, tem que tá ajudando nisso. ENTREVISTADA E5)

Os setores devem agir de acordo com as necessidades internas, ficando atentos às demandas que lhes cabem. O setor de educação, por exemplo, deve estar atento às questões que envolvem os estudantes do acampamento. Deve observar se há transporte para levá-los à escola, se existe algum jovem ou criança que não está frequentando as aulas e então promover ações que solucionem o problema.

A coordenação tem a função de representar seu núcleo nas reuniões onde são discutidos diversos temas relacionados tanto à organicidade quanto a questões políticas e administrativas que envolvam o acampamento. Esse grupo está legitimamente autorizado a representar o acampamento nas mais diversas atividades externas como audiências com prefeitos, vereadores, deputados, governo, secretários da administração pública, entre outros.

Além das relações com o poder público, a coordenação também é responsável por realizar as relações públicas do acampamento com as mais diversas entidades representativas da sociedade civil e as múltiplas categorias de sindicatos que apoiam a Reforma Agrária.

Diante do exposto, observo na forma de organização do acampamento semelhanças com os elementos apontados pelos teóricos da Economia Solidária como uma organização que privilegia a participação coletiva dos sujeitos, que não se preocupa apenas com as questões econômicas desse processo, entretanto, se preocupa com a questão gestonária, em especial, autogestonária (LIMA, 2016). Nesse sentido, conscientes de que a Economia Popular e Solidária privilegia métodos de organização que proporcionam a participação coletiva de seus

integrantes, posso afirmar em certa medida que o modelo de organização política do acampamento *Estrela Vive* mantém relações diretas com a supracitada economia.

O quadro 5 sistematiza o modelo de organização adotado no *Estrela Vive* e evidencia que o método organizativo do acampamento tem por natureza a afirmação da ação coletiva, o que possibilita indicar a solidariedade como elemento importante na ação cotidiana dos acampados, bem como um efetivo processo educativo de trabalho, aos moldes do que é discutido por Tiriba (2008).

Quadro 5–Modelo de organização do acampamento Estrela Vive

Núcleo de Famílias	10 núcleos em todo acampamento	11 pessoas por núcleo
Coordenação	20 pessoas no acampamento	2 pessoas por núcleo
Setores	90 pessoas no acampamento	9 pessoas por núcleo

Fonte: Elaboração do autor (2020)

4.2 PERSONALIDADE JURÍDICA COMO PROPULSORA DE TECNOLOGIA SOCIAL

Essa é uma tipologia jurídica adotada pelo acampamento e tem suas instalações dentro da ocupação. Entendo que a entidade também revela, em sua composição, elementos que estão ligados ao conceito de Economia Popular Solidária aqui apresentado, além de ser propulsora da tecnologia social que tem como principal interesse o desenvolvimento local solidário.

Por meio de análise documental do estatuto da associação, levantei dados relevantes para o entendimento do modelo organizativo do acampamento.

As famílias sempre quiseram fundar uma associação que as representasse em seus mais diversos interesses, fossem eles econômicos, produtivos, culturais, formativos, etc. Somente no ano de 2018 foi possível alcançar essa meta, com a criação da Associação Rural Comunitária Estrela Vive (ARCEV).

A ARCEV é uma sociedade civil de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, que tem sua sede localizada no próprio acampamento. Segundo o estatuto de sua fundação, ela foi criada com o objetivo de fortalecer a organização social, econômica, cultural e política dos seus filiados e filiadas.

Pode participar como associado qualquer pessoa que resida ou vier a residir no acampamento. Não há limites para quantidade máxima de associados,

entretanto, a quantidade mínima é de doze pessoas, sendo esta uma norma estabelecida pelo próprio estatuto.

A pessoa que tiver interesse em se associar deverá manifestar-se em assembleia ou para a Direção Executiva da associação que deve submeter o pedido à apreciação da assembleia, legalmente convocada, para a aprovação ou não.

Não é necessário que todos os membros da família se filiem, desde que morem na mesma residência do titular associado, entretanto, se for interesse de todos os componentes, a filiação total poderá ser efetivada.

A Direção Executiva, Conselho Fiscal e a Assembleia Geral são órgãos ou instâncias de decisão administrativa da associação, compostos apenas por integrantes do acampamento *Estrela Vive*. Não é permitida a associação ou participação de pessoas externas à comunidade. O perfil de funcionamento da ARCEV é apresentado no quadro 6.

Quadro 6– Perfil de funcionamento da Associação Rural Comunitária Estrela Vive

Modelo organizacional	Sociedade Civil.	De responsabilidade limitada.	Sem fins lucrativos.
Filiados	Residem no acampamento.	Um membro por família.	Quantidade mínima de 12 pessoas.
Órgão administrativo	Assembleia Geral.	Direção Executiva.	Conselho Fiscal.

Fonte:Elaboração do autor (2020)

O estatuto da associação estabelece algumas finalidades para a qual foi criada a pessoa jurídica, cujos propósitos se relacionam com a realidade dos acampados.

Sobre os cuidados dispensados ao meio ambiente, a pesquisa detectou que não há utilização de agrotóxicos e nem mesmo de insumos químicos na produção. Essa postura está entre os fins perseguidos pela associação, uma vez que tem como alvo a defesa, a preservação, a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Ainda examinando os regulamentos, pude ver que essa preocupação com o meio ambiente é ampliada visando a qualificação dos agricultores, uma vez que são realizados cursos de capacitação e formação dos filiados.

Há também a intenção de constituir uma assessoria por profissionais como agrônomos e engenheiros para auxiliar no processo de captação de água, para que as famílias possam ter um melhor desempenho na produção.

A associação ainda tem em suas finalidades representar o acampamento diante dos poderes públicos de qualquer esfera, seja municipal, estadual ou federal, podendo reivindicar ações que viabilizem a produção dos associados.

Essas finalidades da associação foram propostas e apreciadas na primeira assembleia da entidade, evento registrado na ata de fundação que, conforme consta, fora realizado na sede da associação localizada dentro do acampamento, onde, por unanimidade, foi aprovado todo o estatuto da sociedade. Estavam presentes na assembleia setenta pessoas. As finalidades da ARCEV, segundo o seu estatuto, são apresentadas no quadro 7.

Quadro 7– Finalidades da Associação Rural Comunitária Estrela Vive

Proteção do meio ambiente	Defesa, preservação, conservação e promoção do desenvolvimento sustentável.
Qualificação do pessoal	Formação voltada para uma produção saudável, com respeito ao meio ambiente.
Assessoria técnica	Para captação de água.
Representação do acampamento	Diante dos poderes públicos de qualquer esfera, municipal, estadual e federal.

Fonte: Elaboração do autor (2020)

Ainda sobre o regimento da agremiação aqui analisada, existem também garantias de direitos a seus membros, como o de participar das discussões nos eventos realizados, nas assembleias e reuniões convocadas.

O filiado ainda poderá solicitar aos órgãos administrativos informações sobre atividades da ARCEV, podendo consultar todos os livros e documentos da associação, desde que requerido com antecedência.

O associado tem direito de participar de todas as atividades e poderá gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos a seus filiados. A pessoa ainda pode desligar-se quando lhe convier, de acordo com as normas estabelecidas no estatuto.

O integrante da organização dispõe de alguns deveres intrínsecos a seu atributo de filiação, como participar de todas as reuniões convocadas; respeitar os compromissos assumidos pela associação; zelar pelo bom funcionamento e conservação do patrimônio; incentivar todas as formas de cooperação entre os grupos. Outra condição imposta ao componente associado é que ele deve ser um defensor da Reforma Agrária e da agroecologia como meio para produção de alimentos, como se pode ver no quadro 8.

A ARCEV possui alguns órgãos administrativos que fazem parte de sua estrutura organizativa de representação. São eles: a Assembleia Geral; Direção Executiva; e o Conselho Fiscal. A assembleia geral é composta por todos os associados; a Direção Executiva é formada por quatro pessoas – presidente (a), vice-presidente (a), secretário (a) e tesoureiro (a); e três pessoas formam o Conselho Fiscal.

Quadro 8– Direitos dos associados da Associação Rural Comunitária Estrela Vive

Participar das discussões	Nas assembleias e reuniões convocadas.	Processo educativo e político que faz do associado sujeito pleno.
Solicitar informações	Sobre as atividades da ARCEV e consultar livros e documentos.	Conhecer o processo educativo e político, bem como evoluir no movimento.
Participar de todas as atividades	Qualquer evento promovido pela ARCEV.	Exercer uma dinâmica permanente de movimento organizativo.
Gozar das vantagens e benefícios	Concedidas pela ARCEV a seus filiados.	Valorizar e consolidar o associativismo como base do movimento.

Fonte: Elaboração do autor (2020)

As eleições ocorrem a cada três anos, quando há troca de mandato decidido em assembleia eleitoral, no mínimo trinta dias antes de do término da gestão vigente. Nesse caso, uma comissão eleitoral é formada para esse fim (quadro 9).

Quadro 9 – Órgãos Administrativos da Associação Rural Comunitária Estrela Vive

Assembleia geral	Composta por todos os associados.	Órgão supremo.
Direção executiva	Presidente, vice-presidente e secretário.	Eleitos a cada 3 anos.
Conselho fiscal	Representado por três pessoas.	Eleitos a cada 3 anos.

Fonte: Elaboração do autor (2020)

Na relação de sócios da ARCEV consta uma quantidade de noventa e duas pessoas filiadas. Essa lista traz, em primeiro lugar, os nomes dos que se associaram no dia em que foi fundada e, em segundo, os novos filiados – aqueles que se associaram posteriormente. No que se refere às características da associação, fica

clara a relação da pessoa jurídica com a comunidade que a compõe, deixando evidente os vínculos da teoria solidária.

Tendo em vista que as associações são uma das principais formas de pessoa jurídica utilizadas pelos empreendimentos de Economia Solidária, apresentarei aqui como está organizada a associação para reafirmar minha posição desde o início deste trabalho.

4.3 MEIOS DE SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS

Uma vez que a Economia Popular Solidária propõe uma matriz tecnológica, um modelo de produção e do trabalho diferenciado do proposto pelo capitalismo, importa agora apresentar como as famílias acampadas produzem na terra, reforçando suas relações com essa proposta de economia.

Para se manterem no acampamento, todos procuram trabalhar com a terra, de onde retiram seu sustento. Plantam lavouras, pomares e criam animais para resistirem e permanecerem na terra ocupada.

Por meio do desenvolvimento da pesquisa, consegui listar algumas espécies de alimentos cultivados pelos acampados. Existe uma quantidade abundante de variedades de plantas que servem tanto para alimentação quanto para comercialização.

A gente deu um tempo de inverno, a gente planta milho, feijão, batata, abóbora, quiabo, não ficar quieto, de tudo a gente planta. E agora, a gente tá plantando pé de fruta, banana, imbu, eu já tenho ali pezinho já, é cajá, cajueiro, manga, mas, o resto é plantação de milho, que a gente vai plantar agora. (ENTREVISTADO E2).

Plantam grãos como milho, feijão carioquinha e andu; hortaliças como alface, couve, coentro e cebolinha verde; algumas espécies de frutas como umbu, laranja, banana, cajá, caju, manga, tamarindo, coco, melancia e seriguela; plantas de raízes tuberosas como aipim e batata doce; legumes como tomate, abóbora, maxixe e caxixe.

Há também a criação de animais como gado bovino, ovelhas, cabras, porcos, galinhas, cavalos, jumentos e burros, criados com interesse comercial, para o consumo próprio familiar e também para utilização no trabalho.

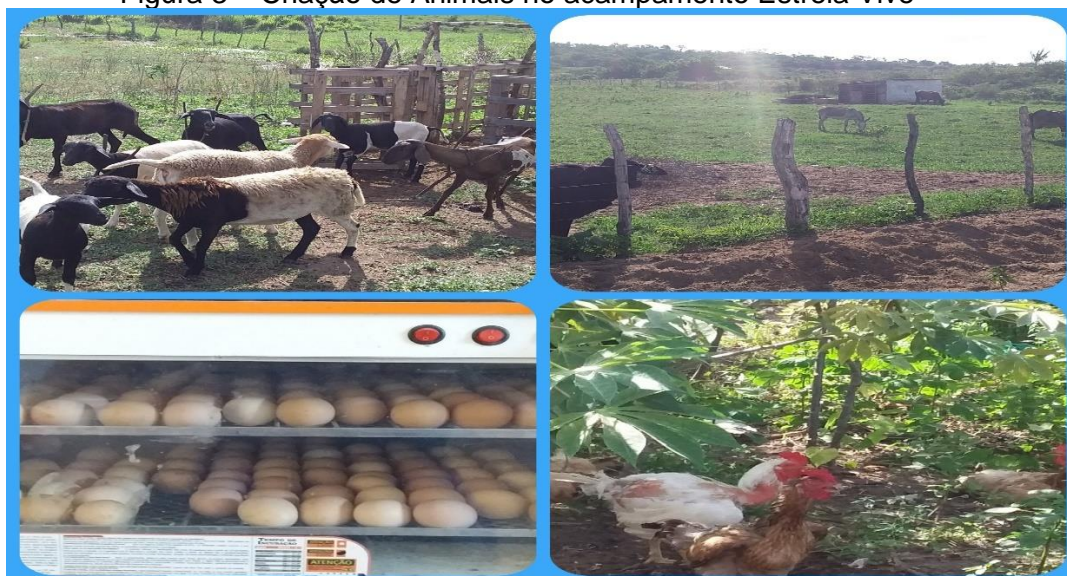
Costumam utilizar o cavalo, o burro e o jumento para transporte de água, para carregar as compras da cidade até o acampamento e para execução do trabalho na

roça, como arar a terra, transportar a produção, além de servir para transportar pessoas. Alguns animais criados do acampamento são mostrados na figura 2. A análise me mostrou que esses são elementos inerentes à vida econômica das famílias, uma vez que elas se sustentam com suas atividades agrícolas, garantindo através da produção de alimentos e da criação de animais suas permanências naquele espaço.

A pesquisa observou não só aquilo que é produzido, mas também a forma como se maneja a terra para que esta produza seus frutos. É notável que há uma preferência por se produzir sem a utilização de agrotóxicos ou de adubos químicos. Todos negaram o emprego desses tipos de insumos em suas lavouras.

A gente não usa porque ali é um veneno, porque quando se bota um produto numa roça, aquele produto envenena tudo, quando você chega aqui e pega um pé de milho daquele, com produto, ele nunca tem o jeito que é aquele ali, tá entendendo? Porque ali ele tá com a saúde do tempo, não tem remédio nenhum nele. (ENTREVISTADO E6).

Figura 3 – Criação de Animais no acampamento Estrela Vive



Fonte: Elaboração do autor (2020)

A maneira como foi pensada e desenhada a área da fazenda teve o objetivo de que cada uma das famílias acampadas ocupasse um espaço específico e ali pudesse trabalhar na produção de alimentos e na criação de animais. Assim que a ocupação do território foi efetivada, cada família decidiu pela melhor forma de aproveitamento do espaço com a plantação e criação de animais. Elas optaram

coletivamente em repartir a área e distribuir para aqueles que produziram apenas alimentos uma área medindo 50m x 100m (cinquenta metros por cem metros) de comprimento, ou seja, por volta de 5.000m² (cinco mil metros quadrados).

Assim me informou um dos entrevistados no processo de investigação:

Eu crio galinha, crio minhas ovelhas, têm uma mula de carroça que é para eu ganhar meu pão também quando eu acho uma viagem ou aqui ou na rua eu vou ganhar meu pão, e bota dentro de casa, minha família. Eles criam gado, cavalo, eles tudo criam ai, criam porco. (ENTREVISTADO, E6).

A análise dos dados mostrou que esses são elementos que tratam da vida socioeconômica das famílias, uma vez que elas utilizam as atividades agrícolas para se sustentar de um modo próprio, garantido assim, através da produção de alimentos e da criação de animais, suas permanências naquele espaço. Para os que planejavam criar animais, a medida distribuída foi de 50m x 150m (cinquenta metros por cento e cinquenta metros), o que dá uma medida de 7.500m² (sete mil e quinhentos metros quadrados), não restando dúvidas de que esses receberam uma quantia maior de terras.

Não, algumas pessoas que tem animal, que cria animal, já pegaram mais, um pedacinho a mais, mais de sete tarefas para completar 10 tarefas, até mesmo pela criação dos animais né, o manejo dos animais que fica ruim se ele ficar aqui junto com a gente, não tem nem como produzir, porque o animal a gente sabe que ele entra na plantação né, e prejudica a gente. (ENTREVISTADA E5)

Podemos perceber que há dois grandes espaços dentro da fazenda, um destinado à plantação de lavouras e outro à criação de animais de pequeno, médio e grande portes. A propriedade possui estruturas que se adequam a esse tipo de manejo de animais, como currais e apriscos.

Ao serem questionados sobre aplicação de produtos industrializados no plantio, são unânimes em dizer que a produção é “natural, sem veneno”, ou “sem adubo químico”. Optam por tratar a plantação com meios menos agressivos, adubando as plantas com insumos orgânicos.

Os entrevistados entendem que essa forma de produzir é considerada orgânica, pois não há utilização de agrotóxicos e/ou de adubos químicos. E ainda acreditam que a utilização desses produtos químicos é prejudicial à saúde e, por isso, optam por produzir de forma mais saudável.

É, a terra é forte, até porque não foi muito explorada né, só pelo tempo que nós estamos aqui, então, se você chegar aí na frente da minha casa, ele chegar aí agora mandar seu Osvaldo arrancar um pé de aipim, aquele dia foi um pé de aipim, tu viu, enorme, não tem agrotóxico e nem tem 10/10, e nada. (ENTREVISTADO E1).

Todos consideram que o solo responde bem ao plantio. Com o solo rico em adubos naturais, as plantas crescem viçosas, sem a necessidade de aplicação de adubos industriais, o que contribui ainda mais para uma produção orgânica. Quando percebem que há necessidade de adubação, porque a planta deu sinais em seu desenvolvimento, é utilizado estrume de animais como fertilizante natural (quadro 10).

Quadro 10–Modelo de produção adotado no acampamento Estrela Vive

Manejo do solo	Orgânico.	Sem uso de agrotóxicos.	Sem uso de adubos químicos.
Tamanho da área de terra	50x100 m ² , para produção de alimentos.	50x150 m ² , para criação de animais.	Área adequada para produção da existência familiar.
Produção/comercialização	Sustento e economia local.	Suficiente para a produção da existência.	Possibilidade e articulação com as tecnologias sociais apropriadas.

Fonte:Elaboração do autor (2020)

Os acampados recorrem a diversas formas para comercializar sua produção, que vai desde iniciativas individuais, em que cada família vende separadamente suas mercadorias, até formas mais coletivas, como a participação em feiras e/ou eventos.

Dentre os meios individuais de venda, há aquele onde consumidores do município de Feira de Santana vêm até o acampamento procurar quem tem algum tipo de produto para venda, ou seja, o comprador vai até a casa das famílias acampadas para adquirir o produto da roça que lhes interessa.

A gente vende aqui mesmo, quando o pessoal da rua sabe que a gente tem aqui um feijão, abóbora, um milho, uma coisa, o pessoal vem comprar na porta, o aipim, a gente vende aqui mesmo na porta. Eles querem comprar a roça fechada, a gente não tem condições de vender assim, porque a gente também tem os animais da gente né. (ENTREVISTADA E5)

Outra forma utilizada é quando os acampados levam sua produção para as ruas e praças do município, nos bairros mais próximos do acampamento, em lugares onde há trânsito maior de pessoas e oferecem as mercadorias para os transeuntes.

Há ainda aqueles que procuram o Centro de Abastecimento de Feira de Santana para vender sua produção a terceiros. Já outros produtores entregam sua mercadoria em quitandas e pequenos mercados que existem nos bairros, negociando entregas regulares semanalmente. Há aqueles que tem familiares na cidade que se comprometem com a venda, esses vendem para os vizinhos, no trabalho, dentre outras alternativas.

Além dessas formas de comercializar e escoar a produção, existe a comercialização interna – acampados vendendo para outros acampados – tendo em vista que há uma diversidade grande de produção de alimentos, e que cada um produz lavouras diferentes. Ou seja, nem todo mundo produz as mesmas coisas, de forma que os acampados podem comprar aquilo que não plantaram no seu terreno ou, às vezes, efetuar trocas de produtos.

A gente vende aqui mesmo, o pessoal vem da rua, aí vão passando vão vendo, e para e compra, aí depois já atrás outras pessoas e aí vem muita gente comprar aqui. Agora vem mais mesmo é no São João. (ENTREVISTADO E9).

Sobre as formas coletivas, o MST, realiza anualmente alguns encontros de natureza estadual e nacional. Esses eventos exigem um esforço em busca de transporte para locomoção dos produtores e infraestrutura para montagem das feiras que geralmente ocorrem na capital ou no Estado de São Paulo (figura 5).

Um dos entrevistados afirma que “geralmente a gente produz e leva para feira nas ruas, ou para os eventos quando existem, mas, existem pessoas também que encomendam em nossa mão o que a gente colhe aqui, o que a gente planta e colhe”. (ENTREVISTADO E3)

Os acampados ainda discutiram sobre a possibilidade de criar uma feira permanente no município de Feira de Santana ou até mesmo de participar das feiras existentes no próprio município, onde os interessados em comercializar seus produtos possam frequentar. Entretanto, já existe um diálogo com a UEFS para possível participação na Feira de Saberes e Sabores organizada pela universidade.

Figura 4 – Feira Saberes e Sabores da UEFS



Fonte: Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS

Figura 5 – Feira Nacional da Reforma Agrária realizada pelo MST em São Paulo, em 2018.



Fonte: Matheus Alves (2018)

Um fator que alavanca muito as vendas dentro do assentamento para consumidores que vêm da cidade são as datas comemorativas como São João, São

Pedro e outros períodos festivos que fazem aumentar a busca por milho verde, principalmente o que demanda também a venda de outros produtos. O quadro 12 sistematiza as alternativas para comercialização da produção utilizadas no Estrela Vive.

Quadro 11–Modalidades de comercialização da produção do acampamento Estrela Vive

Na cidade	Ruas e praças; Centro de abastecimento, quitandas e supermercados.
No campo	Compradores que vêm da cidade; Entre os acampados e/ou parentes urbanos.
Eventos MST	Feiras estaduais, nacionais, regionais e locais.

Fonte: Elaboração do autor (2020)

Há ainda aqueles que não comercializam os seus cultivos, produzindo apenas para consumo próprio e da sua família. Eles não têm interesse em vender e reforçam especialmente uma característica fundamental de uma outra economia, a solidariedade, bem como a produção de valor de uso e não necessariamente valor de troca.

Os entrevistados apontaram como uma das dificuldades encontradas para a comercialização dos produtos a falta de transporte, uma vez que a grande maioria não possui nenhum tipo de veículo, seja ele automotor ou de força animal. Em muitos casos chegam a perder a produção, principalmente quem planta hortaliças, uma vez que essas perecem em um tempo muito curto, tornando-se inapropriadas para consumo.

Quase toda alimentação direcionada para venda na cidade é transportada por veículos como motos, bicicletas, carroças ou no lombo de animais, o que dificulta o transporte de porções maiores para serem comercializadas, demandando assim muito esforço na locomoção.

4.4 ÁGUA UM DIREITO NEGADO

Além dos processos organizativos que se deve encaminhar no sentido de alguma comercialização do excedente, ainda que considere a produção e reprodução da existência dos camponeses do Acampamento *Estrela Vive* algo por demais relevante, é preciso que estejam mobilizados enquanto movimento político

que reivindica políticas públicas tendo em vista as limitações infraestruturais daquele espaço que devem ser encaminhadas pelo poder público local, estadual ou nacional de forma integrada ou não. Nesse contexto, uma das limitações infraestruturais muito significativa para qual atentei através deste trabalho está relacionada com acesso à água. A dúvida que procurei esclarecer estava centrada em como os acampados agem para disporem desse suprimento básico necessário à vida em razão de ser tão essencial para uso pessoal, para plantação e para o trato com os animais.

Mesmo que com frequência produzam alimentos, há falta de água para os inúmeros serviços desenvolvidos no cotidiano, bem como para usos os mais fundamentais, tais como higiene pessoal, cozinhar e ingerir o líquido. Os acampados empregam os mais diversos meios para de alguma maneira captar água propícia para utilizações diversas.

Figura 06 – Tecnologias de captação de água da chuva



Fonte: Registro do autor. Maio/2020

Durante o período das chuvas, os acampados preparam os tetos das moradias, dos barracos para abrigarem em reservatórios dentro e fora das residências, como em caixa d'água de 500 a 1000 litros e garrafas de plástico com medida de 1 a 2 litros, retendo integralmente a água que forem aptos a juntar.

A situação de água aqui é assim, na época da chuva os tanques enchem, os reservatórios e tal, e daí a gente tem água pelo um bom tempo, tanto para os animais, como para lavar uma roupa. Tá entendendo? tanto para botar na plantação de tomate, na plantação de coentro. (ENTREVISTADO E1)

A captação de água coletada por intermédio das coberturas residenciais é empregada nos afazeres domésticos como limpeza de louças, roupas e banhos, irrigação de flores ao redor da habitação e também para o uso dos animais domésticos. Dispensando um cuidado primoroso, purificam o líquido ao ferver, após o que é estocado para consumo humano. Como se observa, utilizam-se tecnologias simples advindas das experiências de produção e reprodução da existência ainda em pleno funcionamento.

Na temporada das chuvas também são inundados os açudes existentes na propriedade, local onde os animais tomam toda água de que precisa durante o tempo em que ali houver. Nos açudes também se arranca água para aguar plantas no decorrer da seca. Esgotando-se a água desses lugares, os acampados se abastecem no do Rio Jacuípe que se encontra à borda da área, recolhendo a água mediante utilização de automóvel ou com o uso de animais e carroças. Em tempos de escassez a dificuldade se dá por falta da infraestrutura mínima que deve ser provida pelo Poder Público ou Políticas Públicas específicas para tal fim.

Com efeito, cessando o período das chuvas, os tanques que foram providos pelas águas gradualmente estarão esvaziados, havendo, a partir disso, a necessidade de adquirir ou de buscar água em Feira de Santana, lugar onde há parentes e eventualmente um fornecedor, amparando-se enquanto um sistema de saneamento básico disponível nessas residências urbanas.

[]... algumas pessoas pega as água, ferve e filtra né, e usa, eu mesmo nunca usei não, mas, aqui muita gente faz isso, muita gente aqui faz isso, tem gente que usa até do jeito que tá, mas, a gente sempre aconselha, já que quer usar, sirva, pelo menos acho que vai colocar na geladeira filtra, e usa, mas, aí a água é meio escasso, a dificuldade maior daqui é água. (ENTREVISTADO E1).

Há, ainda que de forma limitada, um método comunitário para compra de água por meio de apoio mútuo: unem-se aqueles que de alguma forma possuem algum recurso e adquirem um tanque de água de caminhão pipa, quantos forem possíveis com o dinheiro arrecadado, distribuindo para todo acampamento.

Figura 07 – Um dos vinte açudes da fazenda no Acampamento *Estrela Vive*



Fonte: Registro do autor. Maio/2020

Percebi que não há um sistema de saneamento público na comunidade, não havendo água potável disponível. Como notei, para ter acesso à água utilizam meios alternativos que a disponibilizam para o uso diário em dado tempo específico. Já foram executadas diversas intervenções de gênero governamental reivindicando ao Estado da Bahia a solução desse gravíssimo problema. Observei, contudo, não ter ocorrido qualquer resposta às solicitações apresentadas. Existem dois poços artesianos paralisados dentro da fazenda, sem utilização, posto que não existe estrutura suficiente para desempenho funcional, como eletricidade, rede de energia elétrica, bomba d'água, carecendo também da realização de manutenção em seu interior.

A água pra consumo daqui a gente reaproveita a água da chuva. Quando faltar água da chuva a gente usa a água do tanque para lavar prato, molhar o pé de planta, tomar um banho, lavar roupa, etc. E a água potável para a gente beber a gente, alguém trás da rua, pessoal tem transporte tá sempre indo e vindo, ou a gente compra o garrafão de água mineral. (ENTREVISTADO E5).

Por sorte, considerando a ação de solidariedade entre integrantes da comunidade, não há pessoas passando sede ou sofrendo os infortúnios da falta de

água. A ARCEV é quem organiza a arrecadação para aquisição de água, mas às vezes a aquisição ocorre com recursos próprios da entidade.

O Fórum Mundial da Água em sua Declaração Ministerial reconhece que os recursos hídricos são indispensáveis para todos os seres vivos e para viver em harmonia e em equilíbrio com o planeta e seus ecossistemas, reconhecidos por algumas culturas como “Mãe Terra”, que todos os países precisam tomar medidas urgentes para enfrentar os desafios relacionados à água e ao saneamento; (FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, 2018).

Pra o consumo, a gente aqui não tem água, tem água aqui pra consumo quando chove. Ai choveu todo mundo pega um tanque e bota para aparar água das teias, ai a gente pega essas águas e conserva ela pra nós beber, e quando não tem água nos tanque de beber, que é a água que Deus manda, a gente traz de Feira. Muitos compra água, traz nos carros pequenos, eu como tenho carroça pega a carroça vou em Feira trago nos bombo e bebe. Porque os tanques têm que, por causa de gado que anda dentro e tudo a gente não vai beber aquela água com bosta e mijo e cavalo tudo, aí vai adoecer a gente né. (ENTREVISTADO, E6)

Há uma necessidade básica de água nas suas formas e consumo mais simples, o Estado brasileiro também está munido de leis que o comprometem com o saneamento básico, determinando a forma e as ações que devem ser tomadas para atender essas populações que tem dificuldades de acesso a água no país.

A Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, demonstrando que o Estado brasileiro tem o dever de garantir esse direito tão necessário para seus cidadãos. Assim aduz o artigo 48, inciso VII:

Art. 48. A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes: VII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares; (BRASIL, 2007)

Nesse sentido, pude observar que a zona rural não está fora dessas diretrizes, estando o Estado autorizado a desenvolver essa política pública tão essencial à vida e tão necessária para comunidade do *Acampamento Estrela Vive*. Reafirmando essa obrigatoriedade estatal, tem-se o artigo 49, inciso IV da mesma Lei que assim anuncia:

Art. 49. São objetivos da Política Federal de Saneamento Básico: IV - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados.

Ainda há o Decreto federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a lei supracitada, também estabelecendo diretrizes sobre o saneamento básico, deixando claro em seu artigo 2º inciso XX que a área rural deve ser contemplada com essa política pública:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se: XX - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2010).

No mesmo decreto ainda há a concepção do que é o saneamento básico e quais são seus objetivos, dentre eles, o de atender as populações rurais, assim segue em seu artigo 53, inciso III, artigo 54, inciso VII e artigo 59, §1º:

Art. 53. A Política Federal de Saneamento Básico é o conjunto de planos, programas, projetos e ações promovidos por órgãos e entidades federais, isoladamente ou em cooperação com outros entes da Federação, ou com particulares, com os objetivos de:

III - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

Art. 54. São diretrizes da Política Federal de Saneamento Básico:

VII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

Art. 59. A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades providenciará estudos sobre a situação de salubridade ambiental no País, caracterizando e avaliando:

§ 1º Os estudos mencionados no caput deverão se referir ao saneamento urbano e rural, incluindo as áreas indígenas e de populações tradicionais.

Isso demonstra que o legislador brasileiro está preocupado com a questão, que é preciso garantir esse direito tão importante para vida como é o saneamento básico, e por consequência o direito à água. No entanto, o que se constata no Acampamento Estrela Vive é que a Lei não está sendo observada como deveria ser.

Para enriquecer o rol de leis que estou apresentando, há na Bahia a Lei Estadual nº 11.172 de 1º de dezembro de 2008 que institui princípios e diretrizes da política estadual de saneamento básico, estabelecendo as condições necessárias de acesso a água para população. Segundo o artigo 3º da Lei:

Art. 3º - Fica instituída a Política Estadual de Saneamento Básico como o conjunto de princípios, diretrizes, planos, programas e ações a cargo dos diversos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado da Bahia, com o objetivo de proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental à população, especialmente por meio do acesso à água potável e aos demais serviços públicos de saneamento básico, bem como o controle social de sua execução, podendo ser implementada através da cooperação e coordenação federativas. (BAHIA, 2008).

A mesma lei estadual amplia as condições de acesso a esse bem. Em seu artigo 8º, parágrafo único:

Art. 8º - A Política Estadual de Saneamento Básico será formulada com base nos seguintes princípios: I - universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico; Parágrafo único - Para os fins desta Lei, considera-se universalização a garantia de que todos, sem distinção de condição social ou renda, possam acessar serviços públicos de saneamento básico, observado o gradualismo planejado da eficácia das soluções, sem prejuízo da adequação às características locais, da saúde pública e de outros interesses coletivos.

É difícil entender quais são os motivos para faltar água potável distribuída pelo Estado a tantas famílias vivendo na área rural. Fica demonstrado que o Estado não cumpre suas obrigações impostas pela legislação. Ao não as cumprir, quem corre riscos são as populações que, para sobreviver, recorrem a meios e tecnologias acessíveis que possam amenizar o sofrimento em busca de água, sob diversas formas de captações conforme quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Formas de captação de água no Acampamento Estrela Vive

CHUVAS	AÇUDES	CARRO PIPA	RIO JACUIPE	FEIRA DE SANTANA
TELHADO DAS RESIDÊNCIAS	ESPALHADOS PELA FAZENDA(20)	AQUISIÇÃO COLETIVA	VEÍCULOS E ANIMAIS UTILIZADOS NA COLETA	COOPERAÇÃO FAMILIAR
DEPÓSITO EM CAIXAS D'ÁGUAS	CONSUMO ANIMAL E IRRIGAR PLANTAS	COMPRAS EFETUADAS	CONDUZEM AS CRIAÇÕES ATÉ O RIO	AQUISIÇÃO EM MERCADO
ARMAZENAMENTO EM VASOS PLÁSTICOS	UTILIZAÇÃO EM SERVIÇOS DOMÉSTICOS	DISTRIBUIDAS EM TODAS AS CASAS	VALEM-SE DO LAZER E LIMPEZA DE ROUPAS	BUSCAM NAS RESIDÊNCIAS URBANAS

Fonte: Elaboração do autor. Maio/2020

Observa-se no quadro acima as mais variadas formas de captação ou aquisição de água para o *Acampamento Estrela Vive* denotando a carência, bem como a criatividade das formas de aquisição para garantir a produção e reprodução da existência da comunidade nas suas ações socioprodutivas.

4.5 MUTIRÕES

Para além de se organizarem juridicamente junto à ARCEV, os acampados realizam alguns trabalhos de forma coletiva, em mutirão. São tarefas de diversas naturezas, para as quais todos são convocados para, juntos, realizarem a ação necessária. Dentre essas tarefas há a construção das casas daqueles que estão adquirindo materiais para esse fim, considerando que há necessidade de transportar os materiais com as mãos até o local reservado para a obra, uma vez que ainda não há estradas para trânsito de veículos. Há ainda os serviços de manutenção da estrada que dá acesso ao acampamento, seja em função de danos causados pela chuva, árvores que caem ou que precisam ser podadas à beira da estrada.

O coletivo ainda se reúne para executar a limpeza das edificações e estruturas físicas da fazenda, como as casas, os currais, o aprisco, os tanques que reservam água da chuva, além de cercas que caíram ou estão sendo construídas pelos moradores nos lotes. Esse trabalho coletivo também é utilizado para plantar as roças, com o objetivo de arrecadar recursos para ARCEV (quadro 12).

Quadro 12 – Funções desempenhadas de maneira coletiva pelos morados do acampamento Estrela Vive.

Construção de casas para os acampados	Transportar os materiais para a construção.
Manutenção das Estradas	Fazer reparos nas estradas, retirar árvores caídas e outros eventos.
Limpeza das Estruturas	Casas, currais, aprisco, tanques, cercas.
Lavoura da ARCEV	Arrecadar recursos para associação.
Formação dos Fundos Rotativos	Tecnologias sociais.

Fonte: Elaboração do autor (2020)

Nas entrevistas, percebi a importância do coletivo, principalmente quando se trata da arrecadação de recursos através da venda dos produtos da roça cultivada coletivamente. A arrecadação é utilizada para atender às necessidades dos membros da comunidade, como compra de remédios, passagens, alimentos e quando se identifica que alguém da comunidade está passando dificuldades financeiras. Esse recurso também é utilizado em atividades realizadas pelo MST desde que o acampamento se organize para aplicar em pagamento de transportes ou combustível, e/ou na compra de alimentos que não são produzidos por eles. Nesse sentido, estou de acordo com Lima (2017) quando afirma que:

As Tecnologias Sociais consubstanciam-se no conjunto das forças de trabalho coletivo em prol das comunidades organizadas, a partir de experiências, saberes e conhecimentos locais, somados também às descobertas científicas conduzidas historicamente, para o uso coletivo das pessoas na satisfação das necessidades socioprodutivas. Dessa forma, compreendem-se produtos, técnicas ou metodologias reaplicadas, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções aos problemas que se apresentam, bem como nas transformações sociais (LIMA, 2017, p. 124).

O coletivo se reúne todas as terças-feiras de acordo com um calendário permanente e de conhecimento de todos. Não resta dúvida de que um sistema que valoriza a participação coletiva, o cuidado com a vida em suas mais diversas espécies e o cuidado com a terra só pode estar alinhado com a solidariedade e na contramão do individualismo e da competitividade – elementos centrais do modo de produção capitalista.

4.6 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, AS TECNOLOGIAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO

Inicialmente, tratarei aqui dos conceitos que compõem esta subseção para tentar analisar os dados levantados em campo, identificando as relações existentes entre a teoria que traz a abordagem da Economia Solidária e os elementos encontrados no *Acampamento Estrela Vive*. Nesse sentido, iniciarei pela compreensão do conceito de Economia Solidária mencionando um dos principais

autores sobre esse tema, que contrapõe Economia Solidária ao conceito de capitalismo. Singer (2002) diz que:

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual e, economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada (SINGER, 2002, p.10).

Inferi, dessa forma, e a partir desses conceitos, que para ser uma entidade de Economia Solidária (ES) não é obrigatoriamente necessário que a organização tenha objetivo de interesse comercial ou financeiro, haja vista que nesse caso é necessário que a entidade seja de uso coletivo ou associado para que se possa enquadrar como Economia Solidária, ficando claro que não é apenas isso que a transforma em uma representação de cunho solidário.

Como é verificável no decorrer deste trabalho, o movimento social aqui apontado mantém uma estrutura organizativa que está bastante ligada à lógica da Economia Solidária, entretanto, nem por isso objetiva interesses econômicos e/ou financeiros, ainda que solidários. Ao conceituar o que seria a Economia Popular e Solidária, Lima (2017) diz algo relevante para a discussão do tema:

[...] não se atém apenas ao mercado, antes, preocupa-se com toda a sociedade, ao não aceitar depender da “mão invisível”, ou seja, do poder do mercado de se auto equilibrar entre oferta e demanda de trabalho, bens e serviços, demarcando a necessidade de algo planejado para todos (LIMA, 2017, p.19).

Essa afirmação fortalece a minha posição, pois estou reiterando que o elemento organizativo de um movimento social como o MST, representado pelo *Acampamento Estrela Vive*, foge à lógica de mercado capitalista e procura de forma coletiva, junto à sociedade, encontrar soluções para seu problema originário. Esse problema se configura como circunstâncias envolvendo a Reforma Agrária cujo intuito é procurar satisfazer as necessidades humanas e não apenas “produzir por produzir” mercadorias, transformando as pessoas em clientes. Dessa forma, não interessa um mundo de clientes, mas, antes de tudo, uma totalidade de pessoas e natureza de maneira integral. A Economia Popular e Solidária (EPS), nesse sentido, não é uma forma organizativa apenas voltada para atender demandas econômicas. Não é um movimento que tem como prioridade a comercialização: sua atuação é de

cunho social, preocupada com a qualidade de vida e com o envolvimento da sociedade como um todo. Mance (2005), ao explicar sobre a compreensão de Economia Solidária, afirma que:

Quando consideramos a economia como um conjunto de relações sociais sob a perspectiva da colaboração solidária, pensamos primeiramente na melhor maneira de assegurar o bem-viver de todas as pessoas, trabalhando e consumindo de maneira colaborativa, gerindo responsabilmente os recursos naturais e compartilhando as riquezas produzidas socialmente de modo justo e ecologicamente sustentável (MANCE, 2005, p.2).

O cuidado com o bem-viver, com o ambiente, o compromisso com a produção de alimentos saudáveis, como pode observar no processo de desenvolvimento deste trabalho são as principais preocupações dos acampados, além de ser uma proposta política do MST enquanto movimento político-social.

Não quero aqui dizer que o MST em Feira de Santana não tenha qualquer vínculo ou compromisso com a comercialização de produtos agrícolas, e que não está atento a essas questões. O que estou apontando é que há outras questões prioritárias que também não deixam de ter relação com a EPS consubstanciadas nos princípios e práticas desse movimento.

Apresentarei também estruturas ou tecnologias construídas pelas famílias que apresentam a perspectiva da EPS e se distanciam do capitalismo apresentando vínculos profundos com a Economia Solidária. Ainda no sentido de caracterizar a EPS, Nascimento (2007) afirma que:

A Economia Popular Solidária é construída coletivamente, através da participação dos integrantes em todos os processos decisórios, através do direito à democracia, liberdade e autogestão de cada um e do empreendimento. As iniciativas presentes nesses empreendimentos se tornam diferentes a alternativas com relação ao sistema vigente, pois mesmo em pequena escala, representam uma mudança social (NASCIMENTO, 2007, p.273).

Pude observar que esses são fatores importantes para se caracterizar um empreendimento de Economia Solidária. Assim, deve-se fugir do individualismo, estabelecendo uma relação coletiva com a sociedade, e fugir da perspectiva capitalista de lucro e de concentração de riquezas. Para que se caracterize como uma Iniciativa de Economia Popular e Solidária (IEPS), obrigatoriamente, é preciso

que essas características estejam presentes. Posso afirmar que, apesar de não ser um movimento de economia solidária, o MST de Feira de Santana traz, em sua forma organizacional, elementos fundantes dessa economia.

Com efeito, posso ainda dizer que a forma metodológica de organização dos Sem-Terra, bem como seu processo educativo e político – ao se organizarem socioeconomicamente enquanto coletivo – podem ser considerados uma Tecnologia Social que, segundo Lima e Rios (2019):

[...] se enquadra como uma Tecnologia Alternativa ou também conhecida como Tecnologia não convencional. O motivo é por ela não estar limitada à lógica de mercado, mas com propósito do impacto social, participação direta das pessoas envolvidas e beneficiadas, atuando a partir de espaços e práticas que articulam saberes e definem táticas cotidianas de resistência das classes trabalhadoras (LIMA; RIOS, 2019, p.119).

A partir desse entendimento, é possível compreender que a *Comunidade Estrela Vive*, além de ter vínculos profundos com a Economia Solidária, também preserva, em seu interior, elementos do conceito de tecnologia social aqui adotado, cuja sustentação teórica indica ser a tecnologia própria de outra economia. Reforçando a definição de Tecnologia social, Lima e Rios (2019) acrescentam que:

Exatamente a Tecnologia Social se constitui num conceito que propõe inovação para o avanço ao desenvolvimento local, considerando a participação coletiva no processo de organização, o envolvimento dos sujeitos na utilização. Ela permite que todas as classes sociais tenham oportunidades e que haja um desenvolvimento local e não apenas um crescimento e evolução centralizada em países mais ricos (LIMA; RIOS, 2019, p.131).

Toda a estrutura organizativa e social do MST em Feira de Santana tem como princípio a participação coletiva dos sujeitos. Obrigatoriamente todas as decisões internas do acampamento devem ser apreciadas pelo conjunto das famílias acampadas, independente do sujeito ter um cadastro para concorrer a um pedaço de terra, bastando ser um integrante da comunidade. Sem nenhuma dúvida, essa é a forma mais objetiva de se trazer para comunidade o desenvolvimento local. Mas o que seria o Desenvolvimento Local? De acordo com Lima (2017):

[...] compreende-se o Desenvolvimento Local Solidário como um modelo socioeconômico que centraliza as preocupações sociais,

ambientais, educacionais, culturais, políticas e econômicas, a partir e sob o comando do homem enquanto sujeito orientador da sua existência. (LIMA, 2017, p. 20).

Entendo, assim, que a promoção do Desenvolvimento Local Solidário está presente na atuação do MST, uma vez que este tem como principais objetivos a distribuição de terras para o homem e mulher do campo e a preservação e o cuidado do meio ambiente – elementos que mobilizam demandas locais de desenvolvimento.

O Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2016, ao analisar as dimensões socioestruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), mapeia algumas de suas formas organizativas. São quatro as formas identificadas: associações; cooperativas; grupos informais; e sociedades mercantis (IPEA, 2016, p. 21). É muito importante tratar deste mapeamento, uma vez que usarei inserir neste rol, não como empreendimento, mas como uma estrutura organizativa política de representação, o modelo organizativo das famílias do *Acampamento Estrela Vive* em Feira de Santana.

Não utilizarei apenas a forma organizacional do acampamento para minha análise, mas avaliarei outros elementos presentes no acampamento, tendo como intenção demonstrar que há diversos componentes que apontam sua relação com a Economia Popular e Solidária.

4.7 UMA RELAÇÃO NÃO ORGANIZADA

Após ter descrito as diversas formas e características de sustentação econômica que as famílias do *Acampamento Estrela Vive* utilizam para promover sua existência em seu território, farei agora, algumas reflexões, reafirmando dessa forma que há naquele espaço uma forma de organizar a economia distinta da economia capitalista. Há vários elementos que apontam na direção de uma outra economia, um outro modo de desenvolvimento cujo conceito de Economia Popular e Solidária pode contribuir para a compreensão.

França Filho (2008) assume definição de economia plural afirmando que esta historicamente encontrou distintas formas de produzir e distribuir riquezas, reconhecendo por isso diferentes economias a partir de diferentes comportamentos como o mercado autorregulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade.

Para França Filho (2008) a economia entendida como toda forma de produzir e distribuir riquezas admite:

- a) uma economia mercantil – fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário; pois, neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço ou da relação social que se busca numa lógica recíproca;
- b) uma economia não mercantil – fundada no princípio da redistribuição. Ou seja, é marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;
- c) uma economia não monetária – fundada no princípio da reciprocidade. Ou seja, é um tipo de relação de troca orientada, principalmente, segundo a lógica da dívida, tal como descrita por M. Mauss (2001). A dívida compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Nesse tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal, e o objetivo da circulação dos bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais. A lógica da dívida obedece, assim, a um tipo de determinação social específica, pois, ao mesmo tempo livre e obrigada, a dívida é essencialmente paradoxal.

A lógica da economia adotada pelos acampados está marcada, sobretudo, pela economia não monetária, tendo em vista alguns elementos como o grupo coletivo que cuida do bem-estar da comunidade. Ao realizar serviços de grande importância para o desenvolvimento da comunidade, o coletivo não está preocupado com o retorno financeiro, pois este não existe.

Fechar um buraco na estrada que atrapalha a passagem de veículo, utilizando para isso a força de um grupo que voluntariamente se disponibilizou para isso certamente não representa uma relação mercantil, no entanto, a ação pode ter grande utilidade econômica para comunidade tendo em vista que a estrada serve de acesso às pessoas que vão à comunidade para comprar alimentos.

Apesar de haver comercialização da produção interna, ela não é feita exclusivamente para venda no mercado, atende a outras demandas muito mais necessárias como a alimentação da família, de animais, para troca entre vizinhos de produtos diferenciados. Para o mercado geralmente ficam as sobras que não serão consumidas pela família, assim nos afirma Souza (2018, p. 64):

Podemos assim entender que o agricultor camponês que aqui nos referimos não se movimento em torno do mercado ou do lucro. Ele está preocupado com o bem-estar socioambiental de sua família; tudo aquilo que é produzido tem objetivo de atender em especial às necessidades do grupo familiar.

Nesse sentido, o modo de produzir e se relacionar com o mercado não é exclusivo. Para o camponês, o mercado é um complemento de seu próprio bem-estar, me levando a entender que esse tipo de economia tem profundas raízes na economia solidária: certamente não é uma economia capitalista centralizada no lucro e na exploração dos trabalhadores.

Como há uma possibilidade, como diz França Filho (2008), de fazer uma articulação de três formas de economia, não há que se dizer que ela é de cunho puramente capitalista por encontrar no processo de produção e comercialização o mercado entre as alternativas.

Diante do estudo que desenvolvi neste trabalho, quando tratamos sobre a territorialidade, é preciso afirmar, ainda de acordo com França Filho (2020, p. 120) que essa territorialidade é fundamental para o exercício da economia solidária. Ou seja, trata-se de mais um elemento que faz do acampamento um espaço adequado para desenvolver tais práticas.

Assim, no livro *Solidariedade e Organizações*, França Filho (2020, p. 120), ao pensar a economia de outra forma para conceber uma gestão solidária do desenvolvimento territorial afirma:

Nesse sentido, o processo de organização da solidariedade ligado à afirmação de uma outra economia torna-se um exercício de desenvolvimento territorial. Dito de outro modo, uma outra economia – como no exemplo de práticas de economia social e solidária – não pode se conceber independentemente da ideia de territorialidade. Isso nos conduz a uma dupla constatação: a) no Plano analítico, o território e seu desenvolvimento é um elemento indissociável da compreensão de uma outra economia; b) uma outra economia é um elemento estratégico para a formulação de uma agenda renovada em matéria de desenvolvimento territorial.

A multidimensionalidade do território, anteriormente discutida, traz essas características, e posso afirmar que há elementos suficientes que contribuem para o desenvolvimento de uma outra economia, apesar de essa não ser uma discussão

interna, mas, em meu ver, é sem dúvida a prática e a teoria mais adequada a ser utilizada no *Estrela Vive*.

Há na organização política do acampamento evidências que apontam para uma forma de gestão solidária, uma vez que esta demonstra ser uma forma de participação de todos os membros da comunidade no acampamento em todos os processos decisórios internos, pois a existência de atividades econômicas não é suficiente para ocasionar as mudanças e transformações necessárias. É preciso, como afirma França Filho (2020), para construir uma Economia Popular e Solidária (EPS), uma estratégia de organização virtuosa para emancipação das camadas populares. Acredito que este seja um dos principais elementos que podem garantir o desenvolvimento de alternativas econômicas fundadas nas orientações da EPS.

O MST, na Bahia, apesar de defender junto às instituições uma pauta econômica, pouco discute com sua base as formas e os métodos de como organizar a economia. Eventualmente, alguns assentamentos, associações e cooperativas autonomamente desenvolvem estratégias ligadas a EPS, obtendo muito sucesso por sinal.

Há outras características que apontam na direção da Economia Popular e Solidária, o mutirão, por exemplo, é uma mobilização comunitária que, em particular, determina um calendário de ações a serem desenvolvidas onde todos os integrantes do acampamento se envolvem.

A *Associação Rural Comunitária Estrela Vive* – ARCEV, é mais um exemplo do que venho falando. Apesar de toda sua estrutura presidencial, obrigatória para sua existência formal, sua organicidade não funciona nessa perspectiva, é a própria organização política do acampamento como um todo, as coordenações, núcleos e setores que dão a direção nas suas ações sem qualquer resistência daqueles que formalmente a conduzem. Nesse sentido, posso dizer que a gestão é o ponto fundamental para que Economia Solidária possa se desenvolver, mas não se trata de qualquer gestão. França Filho (2020, p. 259) traz a definição de uma outra gestão, uma gestão que segundo ele pode ser discutida em dez pontos:

- 1) gestão substantiva; 2) a gestão democrática; 3) a gestão de território; 4) a gestão de mercadorias fictícias; 5) a gestão de reconciliação; 6) a gestão da inovação social; 7) a gestão dos comuns; 8) a gestão do outro; 9) a gestão experimental; e 10) a gestão do bem viver.

Olhando para organização do acampamento a partir da leitura do livro de França Filho, pude refletir sobre as questões que me levam a entender que o acampamento já carrega consigo elementos de uma outra economia a partir do postulado de uma outra gestão, pois tendo em vista a gestão substantiva, é possível detectar que a escassez não orienta as decisões gestionárias, e muito menos que ela está orientada pelo consumismo.

No que diz respeito à gestão democrática, a organicidade política do acampamento – que se sobrepõe a todas as atividades desenvolvidas no acampamento – demanda a participação de todos e todas nos processos de tomada de decisões, sendo por isso uma gestão democrática. No que se refere ao território, a gestão também está ligada a esse elemento importante, tendo em vista a multidimensionalidade territorial. É o que se pode chamar de território de solidariedades tendo em vista a compreensão de Saquet (2009), que entende território como uma concepção comunitária de múltiplas dimensões, múltiplas territorialidades, diferenciando-o de espaço geográfico a partir de três atributos primordiais, quais sejam, as relações de poder, as redes e as identidades.

Sobre as mercadorias fictícias ou desmercadorização de mercadorias, há os cuidados com aquilo que produzem: o trato com a terra se dá de forma a não ofender a biodiversidade, preservar a natureza, sem uso de agrotóxicos. A natureza não é mercadoria, precisa ser protegida.

A gestão da reconciliação se trata de uma possibilidade de reconciliar a economia ao social, existe uma participação democrática, elemento que tem um propósito social que se constitui de meios para fazer a reconciliação, não se tratando de forma de cunho altamente capitalista.

No que tange à inovação social, certamente é o aspecto mais visível. Como afirmei nos capítulos anteriores, considero a forma como os acampados se organizam como uma tecnologia social e, por isso, entendo ser algo inovador, pois além disso está ancorada em um território e gerida democraticamente.

A gestão do outro é fundamental nessa reflexão, princípios organizativos contribuem nesse sentido, por exemplo, os da tomada de decisão de forma coletiva. É um princípio ético, não se pode participar daquilo que não participou, é preciso reconhecer a importância do outro, é necessário um convívio amigável entre todos, e para isso o individualismo deve ser afastado.

Uma gestão experimental estimula a criatividade, faz com que sejam realizadas investigações na perspectiva de resolver problemas que se apresentam trazendo para isso soluções que podem resultar em melhorias para um possível conflito.

Como pude verificar, a diversidade de definições que abordam uma outra gestão reflete com profundidade a própria organização do *Acampamento Estrela Vive*, pois é notável que existe grande relação do modelo econômico solidário com o modelo do acampamento.

As famílias ainda não atentaram para o fato de que a organização da economia desenvolvida por eles naquele espaço é orientada pela Economia Solidária. No entanto, é interessante perceber o quanto as práticas desenvolvidas por elas têm conexões enormes com a teoria, fornecendo elementos para propor essa discussão internamente. Entendo, dessa forma, que apesar de até o momento a Economia Popular não ter uma ampla discussão difundida internamente no acampamento, não significa que ele esteja fechado ao debate da questão ou que não tentem de alguma forma se organizar orientados teoricamente por ela.

5 A CONJUNTURA POLÍTICO-JURÍDICA QUE ENVOLVE O MST EM FEIRA DE SANTANA

Dentre os desafios abordados no decorrer deste capítulo está a condição agrária do imóvel ocupado pelo MST, uma vez que se trata de terra pública pertencente ao Estado da Bahia, o que demandou estudos de Direito Agrário Brasileiro através dos quais busquei respostas sobre como agir para possibilitar a realização do sonho de assentamento daquelas famílias. O MST, ao ocupar a área, tinha ciência de que se tratava de terra pública, uma vez que a terra estava sendo “abandonada” por uma empresa pertencente ao Estado.

Neste capítulo resgato a importância da reforma agrária tendo como elemento peculiar a condição de patrimônio público da área em questão, o que demandará para o assentamento das famílias ali acampadas ações junto ao Estado da Bahia, as quais discutirei.

Há um processo judicial em andamento que serviu como fonte de informação sobre dados da fazenda e da própria EBDA, uma vez que este tem diversos documentos importantes anexados. Lancei mão de dados da titulação da propriedade além de informações da legislação urbana de Feira de Santana e do Plano Diretor do município, enriquecendo o texto com elementos importantes da realidade feirense, principalmente, no que se refere à localização da Estação Experimental.

Por se tratar de um material discutido organicamente entre os estudiosos e muito útil ao Processo Político Educativo do Movimento, uma cartilha de estudos do MST utilizada como fonte de propagação de sua base política também foi analisada para ajudar na compreensão sobre determinados fenômenos cujo tema propõe um novo modelo de Reforma Agrária classificada como Reforma Agrária Popular, que se tornou foco de meu interesse.

5.1 EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: UMA EMPRESA ESTATAL EXTINTA

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA foi criada para prestar serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária no Estado da Bahia. Extinta pelo decreto nº17.037 de 23 de setembro de 2016, a EBDA

chegou a atuar em 417 municípios baianos, atendendo em média 316.000 agricultores em todo o Estado. A extinção da empresa foi autorizada pela Lei 13.204 de 11 de dezembro de 2014, a qual, no seu artigo 35, II, diz:

Art. 35 Fica o Poder Executivo autorizado a praticar os atos necessários à extinção:
II - da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. - EBDA, Sociedade de Economia Mista, vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura - SEAGRE.
(BAHIA, 2014).

Toda a sua estrutura fora liquidada pelo Poder Público baiano, ficando todos os bens imóveis recepcionados pela SAEB, conforme aponta o decreto nº17.037 de 23 de setembro de 2016 em seu artigo 3º:

Art. 3º - A SAEB, através da Superintendência de Patrimônio, recepcionará todos os bens imóveis das empresas extintas, conforme inventários apresentados pelos liquidantes, providenciando a regularização da titulação, porventura pendente, bem assim a sua avaliação e regularização contábil, integrando-os ao acervo patrimonial do Estado da Bahia (BAHIA, 2016).

A Estação Experimental, ocupada pelo MST em 2009, fora fixada dentro de um desses imóveis pertencentes à extinta EBDA, transferida pelo referido decreto à SAEB em 2016. No dia 16 de março de 2009, famílias organizadas pelo MST, advindas de diversos bairros da cidade de Feira de Santana, ocuparam a propriedade na esperança de um dia serem assentadas na área e, assim, poderem trabalhar e produzir suas existências. Tendo em vista que no interior do modo de produção capitalista subsistem outras formas de produzir, distribuir e consumir, como faz compreender a economia popular, não pressupondo a exploração do trabalho (TIRIBA, 2007), a reforma agrária é um forte e acertado elemento que contribui com a reprodução da vida.

5.2 LOCALIZANDO O IMÓVEL

Torna-se necessário um estudo sobre a localização do imóvel dentro do município de Feira de Santana, tendo em vista que foi aprovada a expansão urbana da cidade nas esferas do Legislativo e do Executivo.

Em 2013, a área urbana do município de Feira de Santana foi expandida pela Lei 075/2013, que ampliou geograficamente os limites da urbanização. A lei criou, dentre outras coisas, 6 novos bairros, assim expresso nos artigos 3º e 4º, conforme texto abaixo:

Art. 3º Os limites dos 06 (seis) novos Bairros inseridos no Perímetro Urbano de Feira de Santana se encontram estabelecidos através desta Lei, conforme mapeamento apresentado no TÍTULO IV - ANEXOS, desta Lei, se constituindo em sua parte integrante.

Art. 4º Os novos Bairros de Feira de Santana são os seguintes:
045 - VALE DO JACUÍPE; 046 - PEDRA FERRADA; 047 - CIS NORTE; 048 - MANTIBA; 049 - REGISTRO; 050 - CHAPARRAL (FEIRA DE SANTANA, 2013).

Ao refletir sobre o Projeto de Lei Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana (2018), no título VIII do Ordenamento Territorial, percebe-se que, dentre os objetivos específicos, existe a definição de uma nova divisão territorial, assim expressa no artigo 173, I, do Projeto. O projeto utiliza um instrumento chamado de macrozoneamento, estabelecendo o conceito no artigo 180:

Art. 180 O macrozoneamento é o instrumento que define a estruturação e divisão territorial, urbano e rural, face às ações estratégicas de desenvolvimento urbano, rural e socioeconômico estabelecidas para o período de vigência do Plano Diretor, configurando-se como referência a ser observada pelo Poder Público e para o controle social (FEIRA DE SANTANA, 2018).

Esse instrumento criou uma série de espaços no município e, dentre eles, a chamada de “Macroárea de Expansão Urbana” que tem a seguinte conceituação:

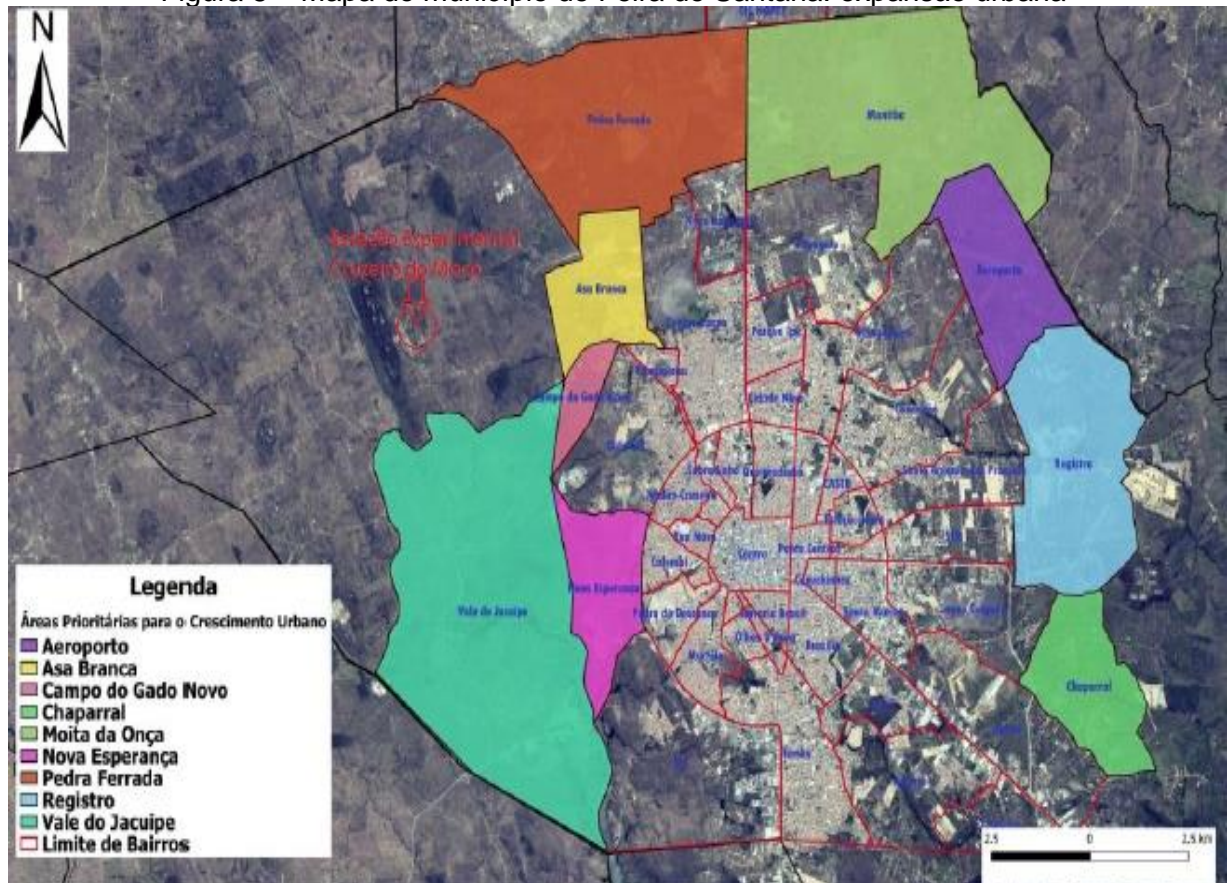
Art. 194 A Macroárea de Expansão Urbana define-se como espaço territorial de ampliação do tecido urbano da cidade de Feira de Santana, proporcionando novas dinâmicas.

Parágrafo único - Caracteriza-se como um avanço da malha urbana, prioritariamente para os sentidos nordeste e sudeste do território, avançando pela zona rural da sede, até atingir os limites do município, na margem direita do rio Pojuca, e, como segundo vetor de expansão, pelo lado oeste, seguindo pelo Vale do Jacuípe, nas cercanias do condomínio Alphaville (FEIRA DE SANTANA, 2018).

Nessa Macroárea estão desenhados os novos bairros criados pela Lei 075/2013, citados anteriormente. A Estação Experimental Cruzeiro do Mocê tem

divisas fronteiriças com um dos novos bairros criados pela Macroárea, o Vale do Jacuípe, que configura um limite entre o urbano e o rural. O mapa de Feira de Santana (figura 4), retirado do Projeto de lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana, já aprovado, demonstra essa expansão com a criação dos novos bairros:

Figura 8 – Mapa do município de Feira de Santana: expansão urbana

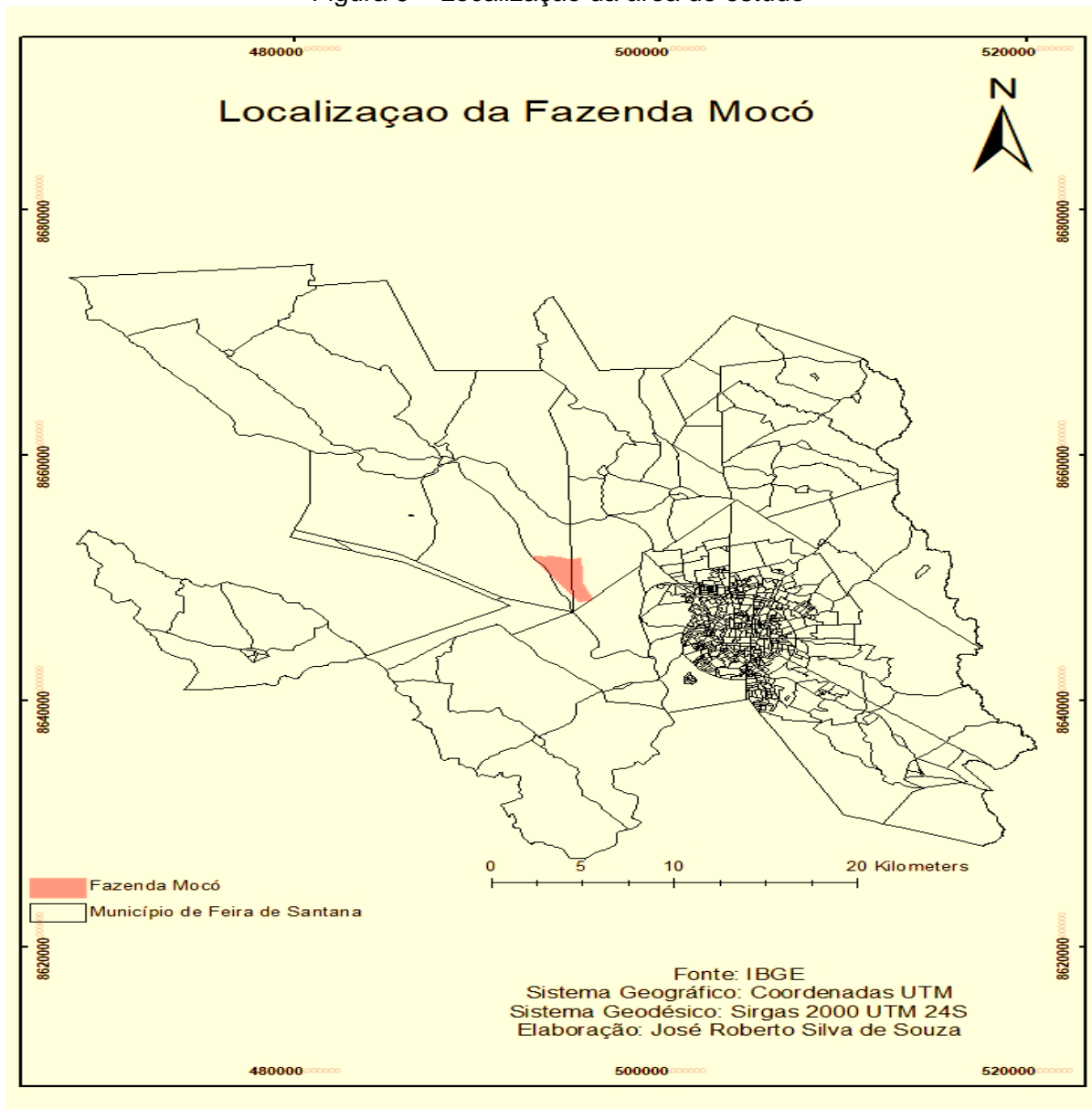


Fonte: Projeto de Lei Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana (2018).

No mapa acima, as partes coloridas representam os novos bairros criados. Nele, é possível observar que a Estação Experimental Cruzeiro do Moco está fora do perímetro determinado pela Macroárea como área de expansão urbana tendo, desta forma, permanecido na Zona Rural do município. Ocorre que a demora na definição desses espaços acarretou um retardamento nas discussões com a administração pública do Estado baiano, uma vez que pairavam dúvidas sobre a localização dos limites da fazenda quanto à sua localização dentro dos limites da expansão territorial do município ou não.

O mapa abaixo (figura 5) apresenta as coordenadas geográficas do acampamento, dando a localização exata do imóvel.

Figura 9 – Localização da área de estudo



Fonte: Elaboração do autor (2020)

5.3 TERRA COMO PATRIMÔNIO PERTENCENTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Já é sabido que, atualmente, determinado por meio do decreto nº17.037 de 23 de setembro de 2016, o imóvel de 582 hectares ocupado pelo MST pertence à SAEB, sendo, desta forma, considerada terra pública, uma vez que pertencente ao Estado da Bahia. No sentido de consubstanciar a qualificação do imóvel enquanto

um bem público, lanço mão da definição de Carvalho Filho (2015), para quem bens públicos são:

[...] todos aqueles que, de qualquer natureza e a qualquer título, pertençam às pessoas jurídicas de direito público, sejam elas federativas, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sejam da Administração descentralizada, como as autarquias, nestas incluindo-se as fundações de direito público e as associações públicas (CARVALHO FILHO, 2015, p.1181).

De acordo com o registro de imóvel anexado aos autos do processo judicial movido contra as famílias acampadas na fazenda, essa área foi comprada pelo Estado juntamente com outros quatro imóveis, sendo as duas primeiras aquisições efetuadas no ano de 1938 e as duas outras em 1948 no período do primeiro governo de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo.

Em termos Jurídicos, a propriedade ocupada pelo MST é um bem público adquirido no mercado de terras para que atendesse a uma finalidade estatal, à época de sua aquisição, de desenvolvimento de pesquisa e extensão rural. É preciso atentar para algumas questões que envolvem o conceito de bens públicos, principalmente no que se refere a um imóvel rural, pois esse tema resvala na condição da terra ocupada pelo movimento, uma vez que no Brasil há uma herança colonial, sobretudo no que se refere às questões do Direito Agrário. No Brasil as terras públicas geralmente são conhecidas juridicamente como terras devolutas, conceito discutido por Marés:

Terras devolutas, portanto, estavam definidas, e estão até hoje, por sua negação, quer dizer, devolutas são as terras que não são aplicadas a algum uso público, nacional, provincial ou municipal, não se achem no domínio particular, nem tivesse sido havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial (MARÉS, 2003, p.73).

Ainda em vigência, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, define em seu artigo 3º o significado de terras devolutas:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do

Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei (BRASIL, 1850).

Dessa maneira, entende-se que o imóvel aqui analisado, apesar de ser um bem público, não é terra devoluta, uma vez que era utilizada pelo Estado para fins de desenvolvimento de pesquisa e extensão agrícola como uma tarefa estatal pública e de auxílio à agricultura no Estado da Bahia. Uma outra característica que retira a menção de terra devoluta é o fato de o Estado ter adquirido a propriedade por meio de compra de vários outros proprietários, assim registrado no título da propriedade. No entanto, esta é uma afirmação que se encontra no passado, uma vez que hoje em dia o imóvel não cumpre mais a função inicial, não sendo mais utilizado pela administração pública, ao menos, temporariamente, o que não confere a ela o status de devoluta. Nessa direção, é possível entender que terras devolutas são bens públicos, mas existem terras públicas que não são devolutas, pois o Estado deu uma função ou destino a esta ou a adquiriu no mercado. Segundo Rocha (2015, p. 165):

As terras devolutas se diferenciam das terras pertencentes ao patrimônio público mesmo que as duas sejam consideradas bens públicos, pois as terras devolutas são aquelas que não se acham aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal, que não hajam legitimamente sido incorporadas ao domínio privado (art. 5º do Decreto-Lei nº 9.760/46), já as terras públicas pertencentes ao patrimônio fundiário público são aquelas que estão inscritas e destinadas para algum fim, seja para preservação ambiental ou para reforma agrária.

O conceito de bens públicos é desenvolvido pelo Código Civil Brasileiro, Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que no artigo 98 aduz: Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem (BRASIL, 2002).

Atualmente, os 582 hectares de terra daquela área encontram-se em desuso. O Estado não tem dado qualquer utilidade àquele bem, que se encontra há mais de 10 anos ocupado pelos Sem-Terra e, por ora, contra a vontade da administração

pública, está servindo para que as famílias trabalhem e produzam alimentos, reproduzindo desta forma suas existências.

Enquanto o bem estava sendo utilizado para um fim determinado, segundo algumas teorias do mundo jurídico, ele era tratado como “bem de uso especial”, que de acordo com Carvalho (2017, p. 1089), são “bens usados para a prestação de serviço público pela administração ou conservados pelo Poder Público com finalidade pública”.

Todo bem público de uso especial, segundo doutrina jurídica, é um bem afetado, haja vista sua utilidade pois, de acordo com Carvalho (2017, p. 1090), “afetar o bem é dar destinação pública”, sendo desta forma inalienável, ou fora do comércio, conforme se confere abaixo:

Tradicionalmente, a doutrina costumava enumerar a inalienabilidade como característica básica de bens públicos. Tal regra, modernamente se aplica aos bens de uso especial e os de uso comum são afetados, logo insuscetíveis de alienação (CARVALHO, 2017, p.1092).

Ao ser extinta, a EBDA, em sua liquidação, teve todo seu patrimônio imóvel transferido para a SAEB. Sem ter dado qualquer função ao imóvel, ocorreu o fenômeno conhecido no direito por *desafetação*, que é definido por Carvalho (2017, p. 1094) como a ação de “suprimir a destinação de bem que estava atrelado, de alguma forma, ao interesse público”.

Ao não instituir uma função utilitária para o imóvel, estando há mais de 10 anos em desuso, o Estado o transformou em um bem de uso dominical ou dominial, que na visão de Carvalho (2017, p. 1090), refere-se aos bens que “não têm qualquer destinação pública”. Os bens dominicais são bens alienáveis, ou que podem ser comercializados, uma vez que desafetados. Sendo assim, segundo o autor “Tais bens somente poderão ser alienados no caso de serem desafetados, quando, então, deixam de ser bens de uso especial (ou comum) e passam a ostentar a qualidade de bens dominicais” (CARVALHO, 2017, p.1092).

Também Rocha (2015, p. 280) caracterizando os bens públicos dá uma informação:

Os bens públicos de modo geral possuem as seguintes características: a) inalienabilidade - a princípio, não podem ser vendidos e somente podem ser alienados se for previsto em lei, desde que se tenha a autorização legislativa e após ocorrer a

avaliação, a licitação e a desafetação do bem (desafetar significa que o bem deixou de servir a um interesse público); b) imprescritibilidade - não podem ser objeto de usucapião, não podem ser adquiridos por prescrição aquisitiva; c) impenhorabilidade - não podem ser dados em garantia de dívida ou ser objeto de penhora.

A apresentação de tais conceitos aqui é necessária para que se possa propor uma alternativa de destino para o imóvel. A princípio, não pensei em propor a sua alienação, mas dizer que o imóvel pode e legalmente está disponível para venda. O que quero propor é que ele seja destinado à Reforma Agrária, uma vez que não é um bem afetado, sem qualquer função social destinada a ele.

5.4 LEGISLAÇÃO BAIANA E FEDERAL SOBRE TERRAS – UMA SÍNTESE

Por se tratar do Estado da Bahia, inicialmente me referenciarei na legislação baiana sobre o tema da Reforma Agrária podendo já de início apontar na Constituição Estadual de 1989 elementos que concedem ao Estado o poder de deliberar sobre questões de natureza agrária. Assim, consta no artigo 171, III, da Constituição Estadual:

Art. 171. São princípios e objetivos fundamentais da política agrícola e fundiária:

III – a garantia do acesso à propriedade da terra a trabalhadores que dela dependem para a sua existência ou subsistência e de suas famílias, como exigência da realização da ordem social (BAHIA, 1989).

Nesse sentido, observo que se trata de uma determinação dirigida ao Estado. O dispositivo citado faz parte do capítulo III da Constituição Estadual que estabelece a Política Agrícola, Fundiária e a Reforma Agrária, ficando clara a responsabilidade do Estado em desenvolver sua própria política. Esse fato legitima a mobilização das famílias do *Acampamento Estrela Vive* em uma ocupação que reivindica o assentamento delas sobre a área em questão, haja vista o teor da legislação vigente.

Ainda há o artigo 172, que reforça a obrigatoriedade do Estado da Bahia em desenvolver a Reforma Agrária em seu território: Art. 172. É dever do Estado e dos Municípios colaborar na execução da reforma agrária, visando à realização do desenvolvimento econômico e à promoção da justiça social (BAHIA, 1989).

Não restando dúvida sobre a importância do protagonismo estatal para realização da Reforma Agrária, cabe às famílias organizadas pelo MST exigir desse Estado a consumação de seus direitos já positivados. O estado da Bahia tem todas as ferramentas legais necessárias para realizar o assentamento das famílias acampadas, a Reforma Agrária como política pública necessita ser aplicada, atingindo assim aqueles que dela precisam.

A Lei n.º 3038 de 10 de outubro de 1972 dispõe de normativas relacionadas às terras públicas, determinando as situações em que a terra deve ser considerada como terra pertencente ao Estado da Bahia. Segundo o 1º da lei:

Art. 1º São do domínio do Estado da Bahia as terras:

- a) Transferidas ao seu patrimônio pela Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891;
- b) do domínio particular abandonadas pelos seus proprietários e as arrecadadas como herança jacente;
- c) que não estejam por título legítimo, sob domínio de terceiros;
- d) adquiridas por qualquer outro meio legal (BAHIA, 1972).

É certo que essa propriedade foi adquirida por meios legais – pelo menos é o que se pode concluir ao analisar o registro de imóvel do bem, uma vez que foram compradas diversas pequenas propriedades para aumentar a extensão da terra que seria utilizada pelo Estado.

As famílias acampadas exigem do Estado o direito de se assentarem naquele bem público que, a princípio, encarei como sendo um bem desafetado e dominical, o que acaba por elevar a complexidade da realização da Reforma Agrária, uma vez que desconheço assentamentos criados em um bem público dessa natureza. A Constituição do Estado da Bahia em seu artigo 18 apresenta:

Art. 18 - A alienação, a qualquer título, de bens imóveis do Estado, e de suas entidades que não explorem atividades econômicas lucrativas, excetuadas as terras devolutas, inclusive as discriminadas e arrecadadas, dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de licitação pública, dispensada esta quando o adquirente for pessoa jurídica de direito público interno, ou entidade de sua administração indireta e subsidiária. (BAHIA, 2018).

Em caso de alienação do imóvel pertencente ao Estado, é necessária a anuência da Assembleia Legislativa, uma questão que pode ainda inviabilizar o processo, tendo em vista as relações políticas – certamente um Legislativo não muito simpático à ideia de Reforma Agrária, da repartição da terra, uma vez que,

nesse âmbito se encontra o latifúndio defendendo seus interesses. Há na Constituição baiana, no artigo 70, o texto a seguir:

Art. 70 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador, legislar sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:

X - Autorização para alienar ou gravar bens imóveis do Estado.

Nesse sentido, se trata de um ritual, devendo ser aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador uma possível proposição que transformaria o bem público aqui discutido em outras pequenas propriedades por meio de alienação. Apesar de haver nas entrelinhas de sua Constituição Estadual uma política fundiária, não fica claro que os bens públicos – imóveis, como o aqui discutido – podem estar no rol de bens que podem ser destinados à Reforma Agrária.

Caso fosse permitido uma simetria do dispositivo para bens dessa natureza, seria possível apresentar o artigo 174 Constituição Estadual para tal fim:

Art. 174 - Decreto fixará para as diversas regiões do Estado, até o limite de quinhentos hectares, a área máxima de terras devolutas que os particulares podem ocupar, visando torná-las produtivas, sem pedir permissão ou autorização do Estado.

§ 1º - É ocupante de terra devoluta aquele que a explora efetivamente, obedecidas as disposições legais.

§ 2º - Ao ocupante cabe a preferência na aquisição das terras que ocupa; se o Estado não respeitar o seu direito de preferência por motivo de interesse público ou social, indenizará as benfeitorias e acessões feitas.

Ou seja, nesse caso haveria um caminho diverso do apontado anteriormente. Sem necessidade de passar pela alcunha da Assembleia Legislativa, o Governador, por meio de um Decreto, realizaria repartição das terras nas áreas ocupadas com menos de 500 hectares de terra pública – dominical, neste caso – contemplando a política agrária constitucionalizada.

Uma outra proposta para que se efetive a política agrária do Estado contemplando os bens públicos imóveis do Estado seria um projeto de emenda à Constituição Estadual para que no capítulo III do Título VI da Constituição possa ser construído um artigo que contemple a determinação

5.5 CONCEITUANDO A REFORMA AGRÁRIA

Diante do problema aqui apresentado, preciso me debruçar sobre o tema da Reforma Agrária, entender o conceito e a classificação para propor uma solução

para este caso específico, num esforço de contribuir com as famílias que há algum tempo vêm lutando para que a Reforma Agrária se realize naquela terra.

De acordo com Stédile (2012, p. 659), “Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”. Nesse sentido, a distribuição de terras é uma política pública que deveria ser desenvolvida com mais determinação do Estado, visando uma dinâmica econômica que favoreça o sustento típico ao modo de vida dessas famílias.

Ainda conforme Stédile (2012, p.660), “com base nas diversas experiências de Reforma Agrária, ocorridas em todo o mundo, pode-se aglutiná-las e classificá-las em diferentes tipos de Reforma Agrária”. Elencarei aqui os modelos referenciados pelo autor: Reforma Agrária Clássica; Reforma Agrária Anticolonial; Reforma Agrária Radical; Reforma Agrária Popular; Reforma Agrária Parcial; Reforma Agrária de Liberação Nacional, Reforma Agrária Socialista; e por fim, Políticas de Assentamentos Rurais.

Posso considerar as políticas de assentamento rurais o tipo de Reforma Agrária mais difundida pelos últimos governos brasileiros. Nas palavras de Stédile (2012), isso significa:

São aqueles programas de governo que procuram distribuir terras a famílias de camponeses, utilizando-se da desapropriação ou compra da terra dos fazendeiros. São, porém, limitados na abrangência e não afetam a estrutura da propriedade da terra (STÉDILLE, 2012, p. 665).

A espécie de Reforma Agrária que o Estado desenvolverá ao assentar as famílias do *Acampamento Estrela Vive* possivelmente será esta, a Política de Assentamentos Rurais, uma vez que não se trata de distribuição de terras em massa com objetivo de anular o latifúndio no Brasil, mas sim a de atender a uma demanda reivindicativa. O Estatuto da Terra, Lei 4.504/1964, dispõe em seu artigo 1.º, §1, a seguinte premissa:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (BRASIL, 1964).

Nesse sentido, há que se observar que essa política de assentamento atende ao que está positivado pelo legislador, tendo apenas o sentido de transformar a propriedade da terra na expectativa de atender uma demanda social e de produtividade. Posso afirmar, assim, que não é obrigatoriamente necessário que o Estado desapropriar uma fazenda para que se faça um assentamento, sendo possível utilizar um bem de uso dominical para este fim, o que seria ainda menos oneroso para os cofres públicos – no presente estudo aponto a fazenda ocupada pelos Sem-Terra em Feira de Santana.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 184, indica a desapropriação para fins de Reforma Agrária para o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, determinação que não serve a este caso concreto, uma vez que não há que se desapropriar um bem estatal.

A partir de uma interpretação sistemática do dispositivo constitucional, grande parte dos juristas têm sustentado que somente poderá ser desapropriada para fins de Reforma Agrária a grande propriedade privada rural improdutiva e que não cumpre a sua função social. No entanto, o que estou discutindo é como ficaria a Reforma Agrária sobre terras públicas, como se daria esse processo, e em quais fundamentos está consolidada essa possibilidade e, especificamente neste caso, em terras que são classificadas como bem público desafetado e dominical.

Proponho que, apesar de ser um bem público, é cabível a exigência do princípio da função social da terra estabelecida na Constituição para promover o assentamento das famílias do *Acampamento Estrela Vive*, uma vez que não há como justificar a inutilização de um bem tão precioso como a terra, com tantas famílias Sem-Terra querendo um espaço para plantar e reproduzir suas vidas.

5.6 SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Esse é um tema de grande destaque entre juristas. Tido como um princípio constitucional, ele relativiza o direito de propriedade, tirando o caráter absoluto que, equivocadamente, muitas vezes, o proprietário acredita que tem. Oliveira (2004, p. 170) apresenta uma lição muito rica sobre o tema, demonstrando como uma diversidade de autores tratam do assunto, desde suas origens no Direito

Constitucional, as mutações do conceito no decorrer da História, até chegar ao significado que tem na atualidade. Nas palavras do autor:

[...] a função social da propriedade não seria senão o concreto modo de funcionar da propriedade, seja como exercício de direito de propriedade ou não, exigido pelo ordenamento jurídico, direta ou indiretamente, por meio de imposição de obrigações, encargos, limitações, restrições, estímulos e ameaças, para satisfação de uma necessidade social, temporal e especialmente considerada (OLIVEIRA, 2004, p. 170).

Não é pelo fato de a propriedade ser pública que ela está isenta de observar o princípio da função social. É preciso estar claro que mesmo sendo pública ela deve obedecer aos preceitos constitucionais, estando o patrimônio obrigado a cumprir as determinações a ele incumbidas.

Não fosse a ação dos Sem-Terra nos últimos 10 anos sobre a propriedade, com certeza ela estaria abandonada, não sendo exercida qualquer atividade produtiva sobre ela. Aliás, diga-se de passagem, que todo patrimônio físico existente sobre a propriedade, tais como prédios, currais, cercas e açudes devem sua manutenção aos cuidados prestados pelos acampados.

A Constituição Federal do Brasil é a grande limitadora do Direito de Propriedade. Em seu artigo 186, incisos de I a IV, são estabelecidas as obrigações que determinam quando a propriedade está cumprindo com sua função social:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988, p.)

Concluo que o Estado fere a lei ao deixar um patrimônio público como a área em questão abandonado, sem nenhum cuidado, sem nenhum proveito ou utilização dos seus recursos, ainda mais quando nega o direito à terra àqueles que dela tanto precisam para sobreviver.

Posso ainda indicar como elemento que fortalece essa posição o dispositivo com existência anterior à atual Constituição e ainda vigente, a Lei 4.0504, de 30 de

novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. No § 1º do art. 2º, alíneas de “a” a “d” há o seguinte texto:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964)

Essas determinações do Estatuto da Terra também são válidas para a propriedade pública, ou pelo menos deveriam ter validade, haja vista que não foi dado ao Estado autorização para desobedecer à lei ou não a cumprir. Entendo que, apesar de o Estado não ter dado qualquer finalidade para a área, Ele deve ter compromisso com os princípios da função social.

Marés (2006), ao tratar do tema da desapropriação, afirma que o principal objetivo do princípio da função social é direcionar as propriedades que não cumprem com suas obrigações para implementação da reforma agrária. Assim:

[...] a Constituição e o Estatuto da Terra dizem que a propriedade que não cumpre a função social, pode ser desapropriada por interesse social, para fins de reforma agrária. Alguns juristas e muitas decisões judiciais entendem que esta é a sanção que corresponde ao não cumprimento da função social (MARÉS, 2006, p. 70).

Importante perceber que o autor afirma a necessidade da implementação da Reforma Agrária quando a propriedade não cumpre sua função social. Entendo que, se a imposição da desapropriação para fins de Reforma Agrária serve para a propriedade particular, certamente também deveria atingir o bem público. Essa posição está completamente alinhada à Constituição Federal que, em seu art. 184, assevera:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988)

Por ser pública, a propriedade não está liberada do cumprimento da lei, ainda mais quando se trata de um imóvel rural. Pressupõe-se que, por isso, ela está sob o império da Lei. Estando a propriedade sujeita à Lei, é necessário o cumprimento da Reforma Agrária.

No caso analisado, a desapropriação é um elemento descartado, sendo que a terra já foi adquirida pelo Estado. No entanto, não é possível afastar o elemento da função social, uma vez que esse é um critério constitucional. O Estado não está fazendo aquela área cumprir sua função social, o bem encontra-se em desuso, inutilizado, o que justifica sua utilização para assentar as famílias que o ocupam.

5.7 REFORMA AGRÁRIA POPULAR: PROPOSTA DO MST

A proposta deste eixo é discutir elementos relevantes para uma Reforma Agrária, mas, principalmente, entre tantas possibilidades, a Reforma Agrária Popular. Não posso deixar de analisar um pensamento propagado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, denominado de Reforma Agrária Popular. Trata-se de uma proposta de programa agrário aprovado no VI Congresso Nacional do MST, no ano de 2013, realizado na cidade de Brasília. Nesta proposta o MST afirma a necessidade de uma agricultura diferenciada do agronegócio, definindo-a da seguinte forma:

Esse programa sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõem um processo de acúmulo de forças, tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro (MST, 2013, p. 35).

O projeto serve de orientação para que o movimento articule as forças políticas da sociedade em favor da reforma agrária na perspectiva de mobilização social em torno dessa temática. Assim, nas palavras do MST (2013): O programa é um importante instrumento na definição das alianças políticas e nas mobilizações unitárias junto às organizações populares e sindicais da classe trabalhadora, do campo e da cidade (MST, 2013, p. 39). Essa ideia transforma a proposta em uma ferramenta de uso coletivo, uma vez que não só o MST seria defensor da ideia, mas a sociedade levantaria essa bandeira como objetivo de ver a Reforma Agrária realizada. Nesse sentido, os dados levantados através das entrevistas realizadas no

acampamento de Feira de Santana apontam que há uma articulação de forças políticas bastante ampla, uma vez que as famílias se relacionam com partidos políticos, com autoridades públicas como vereadores, deputados, senadores, diversas entidades da sociedade civil, professores, universidade, dentre outros.

Dentre as ideias defendidas no Programa de Reforma Agrária Popular do MST (2013), há a de democratizar o acesso à terra, aos bens da natureza e os meios de produção na agricultura a todos os camponeses. Há nessa proposta um elemento importante que muito me interessa e que se resume em:

Assegurar que a democratização do uso, posse e propriedade da terra e dos bens da natureza, esteja vinculada aos interesses e necessidades sociais, econômicas, culturais e políticas da população camponesa, especificamente, e, de modo geral, de toda a população brasileira (MST, 2013, p. 40).

Importante relatar que a fazenda ocupada, apesar de o Estado ainda não ter regularizado a situação das famílias, já teve suas terras distribuídas entre os ocupantes, e que já se encontra produtiva, atualmente oferecendo uma diversidade de alimentos que são comercializados na cidade de Feira de Santana e nas feiras de Reforma Agrária organizadas pelo MST em diversas partes do Brasil. Considero essa produtividade na região um feito importante, haja vista as adversidades enfrentadas no sertão baiano com a seca. Dessa forma, cumpre-se o papel social, econômico, cultural e político proposto pela Programa.

Posso ainda encontrar no Programa do MST (2013) uma questão que tem a ver com uma temática aqui já abordada que objetiva exigir a devolução de todas as terras públicas que foram griladas por fazendeiros e empresas e destiná-las à Reforma Agrária. Nesse quesito, as terras públicas não estão inseridas entre os tópicos do programa como um bem público, uma vez que esta é quase que uma exclusividade da área estudada aqui, ao menos com essas dimensões.

Um outro elemento importante exposto é a forma como a terra será adquirida pelas famílias. Essa é uma questão muito importante, pois uma vez feita a distribuição das terras, a proposta não é que a família se torne proprietária e possa fazer dela uma mercadoria, mas que receba apenas o direito de uso daquela terra, como é possível comprovar a seguir:

Todas as famílias beneficiadas da reforma agrária receberão apenas títulos de concessão de uso, com direito à herança familiar, com dupla titularidade incluindo a mulher, estando proibida a venda das parcelas de terra de reforma agrária (MST, 2013, p. 41).

Aqui podemos ver que a proposta do Programa é a de que a propriedade permaneça sendo um bem público, e que o Estado apenas conceda a permissão para utilizá-la. A terra não é para ser comercializada, sendo transferida apenas por direito de família, fugindo da lógica de que a terra seria um bem financeirizável podendo ser negociado no mercado.

Os acampados na área da extinta EBDA querem a terra para produzir alimentos, para ter onde morar, onde trabalhar e prover suas famílias. Não têm propósito de comercializar a terra, querem dela viver. Portanto, a propriedade, sendo pública, pode trazer maior segurança à família, uma vez que não está submetida às regras do mercado.

O Programa vai mais adiante apontando outras questões muito importantes na discussão da Reforma Agrária como a água, a produção agrícola, matriz tecnológica, distribuição de riqueza, indústria, política agrícola, educação, infraestrutura, administração do Estado dentre outros temas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da Estação Experimental é necessária para chamar a atenção da sociedade sobre a questão agrária do município, uma vez que se trata de uma área de terra pública em desuso pelo Estado e sem qualquer fim social.

Entendo que, de acordo com o Projeto de Lei Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana, que expande a área urbana do município, o território ocupado não atinge a área de terra aqui estudada, ficando, desta forma, localizada na Zona Rural.

O caso específico do *Acampamento Estrela Vive* em Feira de Santana refere-se a um imóvel rural que pertence ao Estado da Bahia, mas que não é terra devoluta, uma vez que foi adquirido através de compra e transformado em um bem público, agora desafetado pela administração, convertido em bem dominical.

Sendo bem de uso dominical, é possível sua venda ou doação. É inadmissível, portanto, não dar uma função social ao imóvel, ainda mais se tratando de uma propriedade pública. As famílias nele acampadas podem ser beneficiadas dando ao bem uma função social.

A propriedade imóvel, quando é um bem público estatal, também está submetida à vontade da lei. Ela deve cumprir a função social determinada pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto da Terra, não restando dúvida de que a Fazenda Cruzeiro do Mocê deve e precisa estar alinhada com lei, tendo a obrigação de cumpri-la.

O Instrumento resultante desta Dissertação é um projeto de produção de nossa autoria que fora aprovado e financiado pelo Estado da Bahia, indica um reconhecimento indireto por parte por deste ente federativo, que aqueles trabalhadores acampados merecem a propriedade daquela terra.

A Legislação Estadual autoriza o assentamento das famílias, não restando qualquer motivo para a administração pública baiana não atender à reivindicação dos acampados naquela área.

A Reforma Agrária ou a política de assentamentos desenvolvida no Brasil é o meio pelo qual o Estado distribui terras atualmente. Ela está positivada em nosso ordenamento jurídico, autorizando o Estado a realizá-la.

As famílias acampadas, metodologicamente, se apropriaram da terra organizando-se de forma a garantir a permanência delas sobre o bem, criando

representações para que suas decisões sejam assumidas por todos. A organicidade proporciona e facilita um diálogo coletivo no qual todos os membros da comunidade podem e devem opinar sobre as ações do acampamento.

O formato como produzem revela a preocupação e o cuidado necessários para com o meio ambiente e para com a saúde humana, uma vez que são conscientes de que a produção orgânica de alimentos é a alternativa mais saudável para todos.

O método como organizam o acampamento aponta o modelo de Reforma Agrária desejado pelas famílias e pelo MST de forma geral, uma vez que o Programa de Reforma Agrária defendido pelo movimento é fruto da vivência e da prática da luta pela terra historicamente presente em nosso país.

Com efeito, compreendo também, na esteira do que entende o MST, que a política pública existente para Reforma Agrária é insuficiente para atender às demandas das famílias Sem-Terra em todo o país. Por esse motivo se propõe um programa de Reforma Agrária Popular feita pelo povo e para o povo. Os trabalhadores assentados de Feira de Santana precisam, portanto, de terra, mas especificamente agora, desta terra!

O MST propõe uma Reforma Agrária que foge aos moldes capitalistas, entretanto, precisa adotar um modelo de economia que possibilite a distribuição de renda e de riqueza que didaticamente envolva a participação coletiva das pessoas, que culturalmente produza alimentos saudáveis e que cuide da vida da saúde de todos. Ou seja, que se preocupe com as diversas dimensões da vida.

A Economia Popular Solidária deve ser uma parceira efetiva da Reforma Agrária, haja vista que sua proposta de desenvolvimento tem relações profundas com as ações desenvolvidas pelo MST no *Acampamento Estrela Vive*, em Feira de Santana e, com certeza, em muitos outros acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária conquistados pelo movimento.

O acampamento tem em sua estrutura organizativa diversos elementos que dialogam com a Economia Popular e Solidária através das tecnologias sociais aqui apresentadas, tais como a organização política, a associação, o grupo coletivo, e o desenvolvimento local solidário, como pôde ser observado no decorrer deste trabalho.

Com efeito, percebi uma relação dialógica entre o processo de construção em que se constitui a Reforma Agrária e como esta se articula com os elementos

característicos da Economia Popular e Solidária, tais como o associativismo, o cooperativismo, as relações solidárias consubstanciadas em outra construção tecnológica – a tecnologia social – cuja perspectiva de desenvolvimento, trata do desenvolvimento individual, coletivo, comunitário, ou seja, do desenvolvimento local solidário.

A organização política do acampamento é a base principal para a territorialização dos Sem-Terra. Uma vez estabelecido o modelo de representatividade, todas as ações encaminhadas dentro do acampamento serão realizadas de forma coletiva, tendo isso como princípio que reforça todas as práticas comunitárias.

Compreendemos que o *Acampamento Estrela Vive* é um local marcado pela luta territorial em suas diversas dimensões, uma vez que ali estão presentes relações de natureza social, econômica, política, ambiental e cultural, bem como de diversas outras dimensões da vida.

A ocupação da Estação Experimental tem se mostrado necessária para chamar a atenção da sociedade para questão agrária do município, uma vez que se trata de uma área de terra pública em desuso pelo Estado e sem qualquer fim social.

Infiro, com efeito, que reconhecer as dimensões territoriais do acampamento é importante para uma melhor compreensão da luta, pois dentro da complexidade social e inserido em uma realidade objetiva é possível perceber com precisão a conflitualidade em torno do espaço existente.

A pessoa jurídica ali existente ao mesmo tempo em que representa os interesses das famílias traz para o território maior segurança, uma vez que cuida das questões mais burocráticas e administrativas junto aos entes públicos municipal, estadual e federal, garantindo ao movimento um processo de valor político consolidado.

O trabalho coletivo demonstra uma forma de construção ou territorialização de um espaço onde a solidariedade entre as famílias prevalece. Infiro a objetividade na busca de valorização da relação comunitária, característica fundamental das ocupações do MST e de muitas comunidades rurais, sendo assim elementos efetivos presentes naquele território.

Portanto, e por fim, observo que a forma como o movimento maneja a terra também é uma característica dos Sem-Terra, voltados para a produção de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos e insumos químicos. Essa tem sido a prática

orientada e realizada permanentemente, cuja experiência aponta a Reforma Agrária como elemento base e relevante que justifica a existência de um movimento territorial diferenciado em Feira de Santana-BA.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Constituição** (1989). Disponível em:

[http://www.lex.com.br/legis_14128604_Constituição do Estado da Bahia.aspx](http://www.lex.com.br/legis_14128604_Constituição%20do%20Estado%20da%20Bahia.aspx).

Acesso em: 30 jan. 2019.

BAHIA. **Decreto nº 17.037, de 23 de setembro de 2016**. Dispõe sobre o encerramento do processo de liquidação e a consequente extinção da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A - EBDA, em liquidação, e da Empresa de Turismo da Bahia S.A - BAHIATURSA, em liquidação. [S. I.], 2016. Disponível em: <https://www.escavador.com/diarios/382234/DOEBA/executivo/2016-09-24>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BAHIA. **Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014**. Modifica a Estrutura Organizativa da Administração Pública do Executivo Estadual e da das Outras Providências. [S. I.], 3 ago. 2020. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13204-2014-bahia-modifica-a-estrutura-organizacional-da-administracao-publica-do-poder-executivo-estadual-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BAHIA. **Lei nº 3.038, de 10 de outubro de 1972**. Dispõe sobre terras públicas e dá outras providências. [S. I.], 1972. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85821/lei-3038-72>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BAHIA. **Lei Estadual nº 11.172 de 1º de dezembro de 2008**. Institui princípios e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico, disciplina o convênio de cooperação entre entes federados para autorizar a gestão associada de serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências. Disponível em: https://www.embasa.ba.gov.br/images/Institucional/legislacaoeregulacao/leis/estaduais/20180808_LEI_Lei11172de1dedezembrode2008.pdf. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL, **Constituição** (1988). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. [S. I.], 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. [S. I.], 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. [S. l.], 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 03 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7217.htm. Acesso em: 03 jan. 2021.

BRINGEL, B., & Varella, R. V. S. (2016). A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital De Direito Administrativo**, São Paulo, n.3, v.3, p. 474-489, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609>. Acesso em 01 abr. 2021.

CALDART, R. A. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?lang=pt#ModalArticles>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CARVALHO FILHO, J. dos S. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO, M. **Manual de direito administrativo**. Salvador: Juspodivm, 2017.

DINIZ, M. O método Clínico na Investigação da Relação com o Saber de Quem Pesquisa e Ensina: Contribuição para a Formação Docente na Tensão Entre Saber e Conhecer. **ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Educação**. GT n. 8, p. 1-8, 2006. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/o-metodo-clinico-na-investigacao-da-relacao-com-o-saber-de-quem-pesquisa-e-ensina>. Acesso em: 03 jan. 2021.

FEIRA DE SANTANA. **Lei complementar nº 75, de 20 de junho de 2013.** Fixa os limites interdistritais, amplia o perímetro urbano e delimita 06 (seis) novos bairros do distrito sede do município de Feira de Santana e dá outras providências. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2013/8/75/lei>. Acesso em: 30 jan. 2019.

FEIRA DE SANTANA. **Projeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana**. [S.l.], 2018. Disponível em:

<http://feiradesantana.ba.leg.br/wp-content/uploads/2018/08/Plco20180003-PDDU.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FRANÇA FILHO, G. Carvalho de. Considerações Sobre um Marco Teórico-Analítico para Experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA JR, Jeová Torres; MÂSIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. **Gestão Social: Práticas em Debate, Teoria em Construção**. Juazeiro do Norte: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri, 2008, p. 117-126.

FRANÇA FILHO, G.; EYNAUD, P. **Solidariedade e Organizações: Pensar uma outra gestão**. Salvador: EDUFBA, 2020.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 69-90.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3_Gottmann. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: IPEA, 2016.

LIMA, J. R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Otra Economia**, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 3-17, jan./ jun. 2016. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.01/5337>. Acesso em: 25 out. 2019.

LIMA, J. R. O. **Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: uma relação estratégica**. Salvador: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes de Colaboração Solidária**. Disponível em: http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redde_Colaboracao_Solidaria.pdf. Acesso em: 11 abr. 2020.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003.

MARÉS, C. F. Desapropriação sanção por descumprimento da função social? **Revista de Direito Agrário**, Goiânia, n.19, v. 18, p. 65-76, 2016. Disponível em: <http://www.abda.com.br/revista18/pdf/artigos/Desapropria%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 9-49.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Programa Agrário do MST**, 2013. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf> . Acesso em: 30 jan. 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Hino dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/06/nosso-hino/>. Acesso em 30 jan. 2019.

NASCIMENTO, A. F. do. Economia Popular Solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 264-281, jul./ dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2317/3247>. Acesso em: 11 abr. 2020.

NUNES, G. F.; SILVA, H. I. A sociologia clínica no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**. Sergipe, v.6, n. 12, p. 181-199, jan.-abr. 2018. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/356/205>. Acesso em: 01 abr. 2021.

OLIVEIRA, U. M. de. **Princípio de direito agrário na constituição vigente**. Curitiba: Juruá, 2004.

RIOS, D. M. da S.; LIMA, J. R. O. Desenvolvimento local endógeno: reflexões a partir das tecnologias com foco na tecnologia social. **Ambivalências**, Aracaju, v. 7, n. 14, p. 125-142, nov. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/12328>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SANTOS, R. A. dos; MARTINS, D. L.; SANTOS, R. L. Balanço hídrico e classificação climática de Köppen e Thornthwaite no município de Feira de Santana - BA. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 1-17, 19 ago. 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1c5c/2d6e21823d2b0c21361146dd22a0769dc088.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: ESPOSITO, E. S. **Território e territorialidades**: teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, J. R. S. Crítica para uma estrutura agrícola juridicamente apropriada: um estudo no assentamento Salete Strozak no município de São José do Povo - MT. In: DIEHL, D. A.; CARVALHO, E.; PAZELLO, R. P. **A luta pela terra, água, florestas e o Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, p. 57-80.

STÉDILE, J. P. Reforma agrária. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.659.

TAKEUTI, N. Desafio Sociais e Abordagens Sócio Clínicas por V. de Gaulejac. **CRONOS**, Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN. Natal, v. 1, n. 1, p.75-86. Jan./Jun, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/issue/view/593> Acesso em: 03 jan. 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TIRIBA, L. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 27, n 71, p. 85-98, Jan./ Abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a06v2771.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.